

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Retrato(s) de D. Paio Peres Correia

Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Literatura Portuguesa
(Especialização em Literatura Medieval Portuguesa)

Isabel Cristina dos Santos Sebastião

Faro
2005



TESES
SD

Retrato(s) de D. Paio
Peres Correia - Sebastião,



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Retrato(s) de D. Paio Peres Correia

**Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Literatura Portuguesa
(Especialização em Literatura Medieval Portuguesa)**

Isabel Cristina dos Santos Sebastião

**Faro
2005**

*

INVENTARIO DE ALGUNA VEZ
LIBRO DE
20/05/05 61914
827.134.3.09
SEB*Ret

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Retrato(s) de D. Paio Peres Correia

Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Literatura Portuguesa
(Especialização em Literatura Medieval Portuguesa)

Isabel Cristina dos Santos Sebastião

Faro
2005

NOME: *Isabel Cristina dos Santos Sebastião*

DEPARTAMENTO: *de Letras Clássicas e Modernas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve*

ORIENTADORES:

Doutor Pedro Alfonso Ferré da Ponte, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco, Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

DATA: *Faro/2005*

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *Retrato(s) de D. Paio*

JÚRI:

Presidente do Júri

Doutor José Joaquim Dias Marques, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Vogais

Doutor Pedro Alfonso Ferré da Ponte, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Doutor António Manuel da Costa Guedes Branco, Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Doutor João Miguel Quaresma Mendes Dionísio, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Dedicatória:

Aos meus queridos Pais

Agradecimentos:

No *terminus* deste trabalho, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que, cada um à sua maneira, tornaram possível a sua concretização.

Aos Professores António Branco e Pedro Ferré da Ponte, em primeiro lugar por terem aceite a orientação da dissertação de alguém com conhecimentos tão incipientes e por terem possibilitado a discussão de ideias e o esclarecimento de dúvidas, fornecendo pistas para o desbravar do caminho da investigação.

Ao Luís Filipe Oliveira pelas palavras de estímulo e pela documentação que me deu a conhecer.

Ao círculo de Familiares e Amigos mais restrito, um misto de agradecimentos e desculpas. Agradecimentos, pois, sem saberem, sempre foram manifestando apoio nas perguntas que, nos poucos encontros que tínhamos, faziam acerca do decorrer do trabalho. Desculpas, pelas ausências em tantos momentos importantes.

Por último um grande obrigado à sempre minha Professora Camila Ferreira Pinto pelas palavras de incentivo, pela força que me deu nos momentos menos bons, pelos sorrisos partilhados nas descobertas, pela paciência que sempre demonstrou e disponibilizou nos instantes de indecisão.

RESUMO

A *Crónica da Conquista do Algarve* é um texto medieval que relata os feitos de um notável fidalgo português mestre da Ordem de Santiago desde 1242 até 1275 com um relevante papel na Reconquista de Portugal aos Mouros, em particular no que respeita ao Algarve, reinando D. Afonso III. Texto inicialmente polémico, é hoje entendido, por muitos investigadores, como um importante testemunho da actividade das ordens religioso-militares na Península Ibérica durante a Idade Média. Esta narrativa chega até ao presente em três versões, que deram origem a diferentes teses sobre as possíveis relações fonte/cópia, e cujo parentesco ainda não foi descoberto. Uma delas postula a hipótese de a CCA ter tido como fonte a *Crónica de D. Paio Peres Correia*.

O narrador da CCA toma decisões a nível da construção da narrativa que fazem da personagem de D. Paio Peres Correia o protagonista da diegese, mesmo adulterando a verdade histórica, contribuindo, assim, para a exaltação do triunfo do cristianismo sobre o islamismo. Neste sentido, a decisão da Reconquista é atribuída ao mestre; todas as restantes personagens existem como suporte da acção do Herói: mesmo o rei; a imagem do inimigo reflecte, em negativo, as características positivas do Herói; bem como a descrição das batalhas – rápidas, eficazes, decisivas – contribuem para a construção do retrato.

À semelhança da CCA, textos castelhanos também engrandecem o retrato, acrescentando ao perfil guerreiro a faceta de bem-aventurado.

Contrariamente ao retrato instituído, uma Cantiga de Escárnio denuncia o reverso muito negativo do retrato heróico.

Palavras-Chave:

Historiografia Medieval
Crónica (da Conquista do Algarve)
Herói (D. Paio Peres Correia)
Construção do retrato
Reverso

SUMMARY

The *Crónica da Conquista do Algarve* is a medieval text that relates the achievements of a remarkable portuguese nobleman, master of the Santiago Order since 1242 until 1275, who played an important role in reconquering Portugal from the Moors, in particular the Algarve, under the reign of king Afonso III. Initially controversial, the text is presently considered by many researchers as noteworthy evidence of the religious and militar orders in the Iberian Peninsula during the Middle Age. Today there are three versions of this narrative that have led to various thesis of the probable link to the original/ copy, although its relationship has get to be confirmed. One of those thesis claims that the CCA may have had the *Crónica de D. Paio Peres Correia* as main version.

The narrator of CCA structures the narrative in such a way that D. Paio Peres Correia appears as main character historical truth is even altered, enhancing the triumph of Christianity over islam. In this case D. Paio Peres Correia is the decision-maker concerning the reconquest, all the other characters support the activities of the hero, even the king; the enemy is described negatively which enhances the best features of the hero; the description of the battles – quick, efficient, decisive – structures the portrayal.

As the CCA other spanish texts enlarge the picture of the warrior considering him a blessed person.

However there is a reverse the positive description of the hero in a “Cantiga de Escárnio” as he unfavourably presented.

Key words:

Medieval Historiography
Crónica da Conquista do Algarve
 Hero (D. Paio Peres Correia)
 Structure of a portray
 Reverse

Índice

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Resumos	vi
Introdução	1
<i>I Parte</i>	4
I - Breve panorama sobre a Historiografia Medieval Portuguesa	5
- dos anais às crónicas de Fernão Lopes	5
II - A Crónica da conquista do Algarve	17
1. Os documentos existentes	20
1.2. (Possível) Fonte Desconhecida	25
2. Os problemas da CCA	29
2.1. A relação existente entre os textos	29
2.1.1. Os textos descobertos no Arquivo Histórico de Tavira	30
2.1.2. A CCA e a C1419	31
2.1.2.1. As diferentes teses	32
I - CCA um extracto da C1419?	33
II - CCA fonte da C1419?	37
III - CCA excerto da Crónica de D. Paio Peres Correia?	41
2.2. A questão do autor	41
2.3. Data da redacção	48

<i>II Parte</i>	51
Algumas considerações	52
Apresentação do Herói	53
- o contributo da epígrafe	53
- o primeiro capítulo	58
A Formulação do Projecto de Reconquista	63
D. Paio e os outros	74
- os companheiros	76
- o(s) rei(s)	82
- o inimigo	92
“Testemunhos” de confirmação	103
Da CCA aos textos castelhanos	117
Uma Cantiga de Escárnio	128
“Chegou Paio de maas artes”	133
Conclusão	144
Bibliografia	147

Introdução

Os textos que chegam até ao presente constituem um importante testemunho da actividade literária de cada contexto de génese. O legado que cada época vai deixando permite, de alguma forma, criar uma perspectiva do seu contexto de produção.

A *Crónica da Conquista do Algarve*, texto por mim escolhido como objecto central deste estudo, representativo do que seria a actividade historiográfica medieva, é um desses testemunhos que relata os feitos de um notável português, D. Paio Peres Correia. Visto como um homem guerreiro, é-nos oferecida a sua acção na Reconquista de Portugal aos Mouros, em particular no que respeita ao Algarve. Não sendo este o primeiro argumento, confesso que o facto de descrever um acontecimento decorrido na região algarvia motivou o meu interesse, dado que estas são as minhas origens.

A Literatura Medieval, cujas características conhecemos, constitui as bases da nossa história literária. A forma como estes textos se apresentam “arquitectados” sempre me fascinou, pois mais do que descrever acontecimentos eles parecem querer sustentar objectivos que assistem à sua produção, por outras palavras, talvez se possa dizer que o leitor sente que a criação de uma imagem de história inaugura ao mesmo tempo o texto literário.

Este é um texto que tem vindo a originar opiniões de certa forma contraditórias sobre a sua verosimilhança histórica. Assim, a primeira parte deste trabalho tem como objectivo dar conta da situação em que se encontram as investigações sobre o texto e que lugar ocupa na historiografia medieval portuguesa. Para tal, procederei a uma revisão da bibliografia existente sobre a crónica. Sei de antemão que o trabalho não responderá às inúmeras dúvidas existentes relativamente ao momento de produção da narrativa, porque continuamos a não dispor de informações que permitam tirar conclusões mais sólidas. Mesmo assim, será meu objectivo reunir o máximo de dados disponíveis de modo a poder contribuir para investigações futuras – próprias ou mesmo alheias – mais aprofundadas.

Na *Crónica da Conquista do Algarve*, D. Paio Peres Correia assume, inegavelmente, o protagonismo, na medida em que a sua intervenção na acção, o seu posicionamento, relativamente ao espaço e ao tempo, se destacam das restantes personagens que povoam a Crónica, nomeadamente a do rei. A análise que constituirá a II parte do trabalho tem como finalidade examinar qual o investimento do texto na construção da personagem. Pretende-se verificar que dimensão é conferida ao protagonista pelo discurso do cronista, o mesmo será dizer: como aparece construída a imagem deste Herói? Tomarei como definição de Herói a que o concebe como aquele que pela sua força prodigiosa, pela sua coragem, pelos êxitos na guerra, pela grandeza de alma, nobreza e força de carácter, num contexto muito especial – neste caso, o da Reconquista – se distingue dos demais.

Será ainda minha intenção, uma vez que esta personagem desenvolveu esforços na luta contra os mouros por toda a península, levantar um pouco o véu do que será a sua imagem à luz dos textos castelhanos, na tentativa de perceber se essa imagem será ou não a mesma em contextos diferentes.

Tendo este trabalho como objectivo principal a observação da imagem deste mestre da Ordem de Santiago, pareceu-me de todo curioso, a exploração de uma Cantiga acerca de um “Paio de maas artes”, que como se verá, parece poder identificar-se com D. Paio Peres Correia, e que, de alguma forma, vem trazer uma imagem um pouco diferente da presente nos textos já mencionados.

Embora este trabalho não venha acrescentar novas perspectivas ao campo da investigação sobre as características da Literatura Medieval, ele poderá trazer uma nova luz sobre a(s) dimensão (ões) da personagem D. Paio que emergem de diferentes textos medievais, dimensões que parecem denunciar os objectivos diferentes que presidem à elaboração de cada texto de cada texto em particular. E, assim, procurar demonstrar através de uma análise tão rigorosa quanto a interpretação do texto literário (pessoal, subjectiva e, por isso, múltipla) o permitir, como o retrato de uma personagem, mesmo histórica, será sempre um construto elaborado de acordo com os objectivos que estarão subjacentes ao acto de escrita.

I PARTE

I - Breve panorama sobre a Historiografia Medieval Portuguesa
- dos anais às crónicas de Fernão Lopes

Os textos mais antigos que compõem a historiografia da época medieval portuguesa são os designados “anais latinos”, datam dos séculos XI/ XII, e “são os únicos textos autóctones de carácter puramente histórico que se reflectem, e em escala reduzida, nos primeiros textos da historiografia romance portuguesa.”¹. No entanto, estes não possuíam as mesmas características que os primeiros anais, de que se conhece a existência, tal como são descritos por Bernard Guenée: “de brèves notes écrites une année après l’autre, dans les marges des tables pascales, grâce auxquelles une communauté entendait garder la mémoire du ou des événements marquants d’une année.”² Os *Annales Portucalenses Veteres*, nome atribuído aos anais latinos por Pierre David³, e pelo qual são normalmente designados, integram-se já numa perspectiva mais evoluída que representa uma autonomização relativamente às características que identificam os primeiros. Libertaram-se, assim, do espaço restrito das margens, ganharam autonomia e “leur texte put s’amplifier; les simples notes devinrent parfois bref récit.”⁴. Na

¹ Lindley Cintra, “Introdução” in *Crónica geral de Espanha de 1344*, vol.I, Lisboa, I.N.C.M., 1951, p. CDXIII.

² Bernard Guenée, *Histoire et culture historique dans l’Occident médiéval*, Paris, Aubier Montaigne, 1980, p.203-204.

³ Pierre David estudou de forma bastante aprofundada as suas origens e as versões existentes, bem como as relações entre elas no seu trabalho intitulado “*Annales portucalenses veteres*” in *Études historique sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Paris - Lisboa, 1947, pp.257-346.

⁴ Bernard Guenée, *op. cit.*, 1980, p. 204.

historiografia portuguesa, a sua existência servia o propósito de comemorar “o passado da Reconquista da fronteira cristã ocidental, associando a lembrança dos feitos militares nela praticados pelos reis das Astúrias e Leão à recordação de sucessão dos seus abades (Lorvão) e à memória da acção de nobres guerreiros regionais (Santo Tirso)”⁵.

No entanto, Diego Catalán anota que, nesses anais, esta manifestação dos sucessos históricos permanece um pouco à margem da historiografia astur-leonesa, que se desenvolvia nos reinos vizinhos, por ser alheia à “la concepción de la monarquía asturleonésa como una restauración de la toledana, y nada tienen de común con el patrón historiográfico «Historia Gothorum», propio de las obras leonesas.”⁶ A perspectiva subjacente à iniciativa régia castelhana é a isidoriana, que tinha como objectivo formar um conceito de monarquia neo-gótica astur-leonesa herdada da de Toledo. Nesses anais latinos, estão incluídos os *Annales D. Alfonsi Portugalensi Regis*⁷, onde se heroiciza o rei fundador pelas “vitórias obtidas contra o Islão, nelas encontrando, cruzadisticamente, a legitimidade da independência portuguesa”⁸. Digamos que estes registos analíticos comemoram os feitos de Afonso Henriques, atribuindo, desta forma, ao reino português uma reconquista autónoma relativamente ao reino de Leão, pois de acordo com

⁵ Luís Krus, “Historiografia”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p.312.

⁶ Diego Catalán Menedez Pidal, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Editorial Gredos, 1962, p. 208.

⁷ Representados pela segunda parte do *Livro de Noa* de Santa Cruz e pela chamada *Chronica gothorum*, que constituem a versão longa.

⁸ Luis Krus, *op. cit.*, 1993, p. 312.

estes anais não eram reconhecidos quaisquer direitos históricos aos leoneses sobre o território mais ocidental da península.

Durante o século XIII, período em que a historiografia nos reinos de Castela e Leão encontra um momento de verdadeira prosperidade, em Portugal não se faz sentir qualquer nuance desse espírito, continuando a ignorar-se “la tradición historiográfica leonesa y castellana en lengua latina que venía desarrollándose desde Alfonso III de León (880) hasta el arzobispo Toledano (1243)”⁹, uma vez que a actividade exercida pelos grandes centros de cultura religiosa, personificados pelos principais Mosteiros – o de Santa Cruz de Coimbra e o de Santa Maria de Alcobaça -, ainda se limitavam aos registos analísticos com intuitos panegíricos relativamente às memórias régias.

Este ímpeto da historiografia leonesa e castelhana só vai ter repercussão na historiografia de língua portuguesa no século seguinte, mais precisamente no início do século XIV, com D. Dinis, que na esteira de seu avô, Afonso X, toma a iniciativa de mandar traduzir a conhecida *Crónica do Mouro Rasis*. No entanto, e pelas palavras de Lindley Cintra, é o filho bastardo de D. Dinis, D. Pedro, “o mais culto de entre os filhos do Rei, que, já em tempo e certamente sob a forte influência de seu próprio pai, mas também e principalmente sob a forte impressão causada pelo contacto directo com os meios castelhanos onde eram prolongadas e refundidas a

⁹ Diego Catalán, *op. cit.*, 1962, p. 211.

obras de Afonso X, se dedica insistente e decididamente à imitação dos empreendimentos do grande rei de Castela no campo da historiografia¹⁰. Assim, é com D. Pedro que a *Crónica de Vinte Reis* é traduzida e ampliada, bem como uma refundição da *Crónica Geral* do rei Sábio, dando origem à *Crónica Geral de Espanha de 1344*. O filho de D. Dinis procede ainda à redacção do *Livro de Linhagens*, que conjuntamente com dois outros, o *Livro Velho* e o *Livro do Deão* ilustram o vestígio do interesse pela genealogia ocorrido por esta altura. Estes últimos livros terão sido compostos entre os finais do século XIII e meados do século XIV, e têm como principal objectivo apresentar notícias e tradições linhagísticas das diferentes famílias, segundo uma sequência descendente, quer por via masculina quer por via feminina.

O mais antigo é o *Livro Velho de Linhagens*¹¹, e, com base nas palavras de José Mattoso, terá sido composto por um monge do Mosteiro de St^o Tirso provavelmente ligado à família Maia, por volta de 1270 ou talvez mais tarde, atendendo à época em que viveram os nobres que nele figuram. As cinco partes que o compunham estavam destinadas a consagrar cinco famílias do reino, consideradas as mais nobres: Sousa, Maia, Riba Douro, Baião e Bragança¹², como o prólogo anuncia.

¹⁰ Cintra, *op. cit.*, 1951, CDXIII.

¹¹ Manuscrito que se conserva, apenas, em cópias posteriores ao século XVII, somente o correspondente à primeira parte e ao início da segunda, constituindo, assim, um fragmento curto correspondendo a nove páginas nos *Portugaliae Monumenta Historica*.

¹² José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.35, e “Livros de Linhagens” in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p.419-420.

O *Livro de Linhagens do Deão*¹³ recebe este nome por ter sido encomendado a Martim Anes por um Deão, que o documento não identifica. Luis Krus coloca a hipótese de o referido Deão ser Martim Martins Zote, da Sé de Braga.¹⁴ Deverá ter sido elaborado antes de 1343¹⁵, dado que nele consta o relato do “desbarato de Barcarrota, episódio das guerras com Castela que se deu em 1337”¹⁶, e tem como objectivo dar a conhecer as origens dos homens fidalgos naturais e moradores no reino de Portugal, em algumas das vezes, recorrendo mesmo à invenção de episódios¹⁷.

Na sequência temos o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*¹⁸ redigido em duas fases: a primeira entre os anos 1325-1340 e, depois, a sua conclusão por volta dos anos 1340-1344. Posteriormente, sofreu duas refundições, a primeira entre os anos 1360-1365, onde se modificaram aspectos formais como a divisão dos títulos em parágrafos, e aspectos de conteúdo, como a actualização das novas gerações das respectivas famílias, já mencionadas pelo texto primitivo. A segunda refundição ocorre entre 1380-1383 e o seu

¹³ Também se conserva um fragmento representativo – cerca de dois terços da relação das linhagens enumeradas pelo prólogo.

¹⁴ Para mais informação confrontar Luis Krus, *A concepção Nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa FCG e JNICT, 1994.

¹⁵ Mattoso propõe, ainda, uma data mais precisa – entre 1337 e 1340 – baseando-se no facto de o Livro não mencionar o casamento de D. Pedro I com D. Constança Manuel, pois o casamento deu-se inicialmente por procuração em 1336 e pessoalmente em 1340.

¹⁶ José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa – A família e o poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 35.

¹⁷ José Mattoso, “Introdução” in *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 185.

¹⁸ Confrontar cuidadosos estudos nas seguintes obras já citadas: “Introdução” da *Crónica Geral de Espanha 1344* de Luís Filipe Lindley Cintra e de Diego Catalán Menéndez Pidal, *De Alfonso X al conde de Barcelos*.

refundidor introduz, sobretudo, alterações a nível do conteúdo dos títulos já existentes, não dando ênfase às actualizações genealógicas.

Os textos linhagísticos pretendem revelar as origens das famílias nobres com o objectivo de reconstruir “em função do prestígio fidalgo, uma história genealógica da nobreza do reino que não só remonta a épocas anteriores à fundação de Portugal, como, no caso do texto do conde, recua até às origens bíblicas, fazendo das linhagens portuguesas as herdeiras das tradições de uma cavalaria hispânica onde entroncavam as dinastias régias peninsulares e onde confluíam e se superavam, pela transcendental guerra contra o Islão, as famas dos heróis troianos e asturianos”¹⁹. Por outras palavras o conde D. Pedro pretendeu colocar num mesmo tronco a história das ilustres linhagens portuguesas com as linhagens do resto da península, unindo-as, por sua vez, a uma mesma origem, a história genealógica da Europa Ocidental (franca e bretã) e da Antiguidade (romana, grega, hebraica, persa e mesopotâmica). Assim, o conde de Barcelos D. Pedro aplicando o “processo usado nas grandes compilações históricas de Afonso X”²⁰; de compilar, de forma organizada, transcrições de diversas fontes, confere, com o seu *Livro de Linhagens*, uma visão universalista à história genealógica do reino português.

Às obras linhagísticas fica, então, reservado o objectivo de “dar a conhecer a descendência de uma família ou de um conjunto de famílias ou

¹⁹ Luis Krus, *op. cit.*, 1993, p.313.

²⁰ Lindley Cintra, *op. cit.*, 1951, p. CDXV.

indivíduos”²¹, limitando-se, normalmente, a apresentar a relação dos familiares e respectivos laços, citando os nomes correspondentes, não descrevendo, normalmente, os acontecimentos relativos à dita família. Quando tal acontece é feito de uma forma extremamente breve com um objectivo muito específico e de extrema necessidade para a compreensão da genealogia. A atribuição de um carácter narrativo à sucessão de familiares e consequentes acontecimentos que envolvem os intervenientes é matéria reservada a um outro género divulgado na historiografia medieval – a crónica.

Possuindo características diferentes, mas apresentando objectivos semelhantes, é natural que estes dois géneros se influenciem, pois, segundo José Mattoso, existem “crónicas que procuram o fio condutor na sucessão hereditária e põem em relevo os parentescos, e genealogias que desenvolvem as notícias sobre os actos dos seus personagens mais importantes”²². Embora permaneça a mesma matéria, o objecto altera-se, pois modificou-se a perspectiva de observação. Assim, parece adivinhar-se difícil a tarefa de definir este género, pois ao observarmos os géneros verificamos que “um novo género é sempre a transformação de um ou de vários géneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação.”²³

²¹ Mattoso, *op. cit.*, 2001, p.28.

²² Mattoso, *op. cit.*, 2001, p.29.

²³ Tzvetan Todorov, *Os Géneros do Discurso*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 48.

Num primeiro momento da historiografia medieval, a designação atribuída aos diferentes géneros historiográficos (anais, crónica)²⁴, como afirma Bernard Guenée “étaient loin d’être claires, et beaucoup employaient [ces] mots l’un pour l’autre, comme de parfaits synonymes.”²⁵ No entanto, é possível distinguir de uma forma mais clara o género crónica de outros géneros, possuindo esta características que a definem e particularizam. Para estes “la chronique privilégiait la chronologie” e “était «un abrégé» qui résumait l’histoire du monde en tableaux chronologiques.”²⁶

Ao longo do subcapítulo intitulado “Le choix du genre”, Bernard Guenée insiste no carácter cronológico e sucinto da reconstituição dos acontecimentos passados, afirmando nomeadamente que “une chronique est l’oeuvre consciente élaborée d’un historien qui, [...] tente de reconstruire la chronologie du passé.”²⁷ para além de considerar que “pour rappeler chacun de ces événements, il n’était pas besoin de longues phrases; la brièveté était nécessaire et suffisante.”²⁸

Assim, entender-se-á por crónica, e na linha do *supra* referido Guenée, aquele texto que, nos primórdios da nossa historiografia, fez prevalecer a

²⁴ Para a realidade francesa Bernard Guenée fala ainda de história como género de texto. Durante muito tempo os conceitos crónica e história confundem-se, sendo que os principais traços distintivos eram o da prolixidade no caso da história e o da brevidade no caso da crónica.

²⁵ Bernard Guenée, *op. cit.*, 1980, p. 203.

²⁶ Bernard Guenée, *op. cit.*, 1980, p. 203.

²⁷ Bernard Guenée, *op. cit.*, 1980, p. 204.

²⁸ Bernard Guenée, *op. cit.*, 1980, p. 205.

configuração temporal da sucessão dos eventos que se entrelaçam na construção da tessitura da narrativa.

Ainda no que respeita às características desta narrativa é de salientar o facto de os acontecimentos se revestirem, muitas vezes, de uma certa ficcionalização/ ficcionalidade de forma a assegurarem o propósito da mesma, isto é, o destaque de uma figura, seja ela régia ou não.

Desta forma, a crónica parece surgir como o ideal para reforçar os interesses régios na questão ideológico-política das origens.

Bem mais praticado no vizinho reino de Castela, este registo foi introduzido no território lusitano, no reinado de D. Dinis, antes de 1315, através da tradução do árabe para português da *Crónica do Mouro Rasis*. Será por volta de 1340 que a historiografia portuguesa assumirá o género cronístico²⁹, devido à renovação do gosto senhorial pela história, provocado pela conjuntura criada com a vitória da Batalha do Salado, que “reavivou as memórias da unidade da Cristandade Ibérica”³⁰, propiciando a produção de “crónicas panegíricas da acção de antigos mestres, como parece ser o caso da *Crónica do Mestre D. Paio Peres Correia*”³¹.

²⁹ A propósito, lembremos aqui as palavras de Tzvetan Todorov na relação entre o género e a sociedade de que este faz parte: “cada época tem o seu próprio sistema de géneros que se relaciona com a ideologia dominante” de forma que os géneros, de alguma forma, “destacam as características constituintes da sociedade a que pertencem”. É a sociedade que determina e codifica o modo discursivo que melhor poderá servir a sua ideologia “é por isso que existem determinados géneros numa sociedade e a sua ausência noutra”, 1981, pp. 52-53.

³⁰ Krus, *op. cit.*, 1993, p. 313.

³¹ Krus, *op. cit.*, 1993, p. 313.

De certo modo, o rei Lavrador segue o exemplo de seu avô, Afonso X, que, na esteira do historiador em língua latina do século XIII, D. Rodrigo, arcebispo de Toledo, proclamava: “fixar pela escritura todos os feitos, bons ou maus, dos antepassados, de que foi possível alcançar notícia, a fim de que não esqueçam e sirvam de exemplo aos vindouros”³². É nesta perspectiva que o rei Sábio incentiva e impulsiona a produção historiográfica com a criação da primeira história geral da península – *General Estoria* – relevando de uma concepção universalista do mundo, visão esta que se vinha sentindo desde os primeiros escritos.

Esta Crónica Geral será trazida para Portugal, traduzida em Galego e servirá de modelo às produções que se seguem. Um exemplar, ainda incipiente, de uma primeira fase desta crónica teria sido a *Crónica Galego-Portuguesa de Espanha e Portugal*³³, hoje desaparecida. No entanto, temos conhecimento, como veremos mais adiante, que Cristóvão Acenheiro teve a oportunidade de a consultar, no século XVI, e, posteriormente, servir-se dela na sua polémica obra a *Crónica dos Reis de Portugal*³⁴.

Será com base no que vai chegando à península, produções de diferentes origens e naturezas, e com o que por cá se vai produzindo, baseado no método afonsino de justaposição ou compilação das diferentes obras existentes, que se dará o passo para o nascimento da *Crónica Geral de*

³² Luís Filipe Lindley Cintra, “Historiografia” in *Dicionário de Literatura Portuguesa*, (org.) J. P. Coelho, Figueirinhas, Porto, 1997.

³³ Da qual a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz* passaria a ser um fragmento. Lindley Cintra, *ibidem*, 1997, p. 402.

³⁴ Lindley Cintra, *op. cit.*, 1997, p. 402.

*Espanha de 1344*³⁵, no fundo uma variante da já existente *Primeira Crónica Geral de Espanha*, onde se conta a história da Hispânia desde as suas origens até ao século XIV. O que se intenta, mais uma vez, como defendia Afonso X, era fixar pela escrita, para mostrar aos pósteros, os feitos dos seus antepassados. Poder-se-á dizer que é através da Historiografia Portuguesa que o rei Sábio vai atingir o seu objectivo de realização da *CGE1344*. Desta crónica haverá uma segunda redacção nos finais do século XIV, da qual a visão universalista será suprimida; pretende-se agora, unicamente, contar a história dos reinos que constituem a península. Verificamos assim que de uma visão universalista, onde o que se procura é a explicação das origens, se passa a uma visão particular, onde o que vai interessar é a história do lugar.

Chegamos a finais do século XIV e, porque o “sentimento de independência em relação ao resto da península”³⁶ se vai tornando cada vez mais enraizado na mentalidade do “povo” português, consequência possível da crise de 1383-1385, surge a necessidade de separar a matéria portuguesa da matéria castelhana, reunida na *CGE1344*. Então, em 1419, e com o patrocínio da coroa portuguesa, inicia-se a redacção de uma *Crónica de Portugal*, que relata a história desde D. Afonso I a Afonso IV. Reinava por este tempo D. João I e ocupava os cargos de escrivão do reino e guarda das escrituras da Torre do Tombo o tabelião-geral Fernão Lopes³⁷. Ser-lhe-á,

³⁵ Acerca da *CGE1344* ler Lindley Cintra, “Introdução”, in *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

³⁶ Cintra, *op. cit.*, 1951, p. 402.

³⁷ Este cronista segue, inicialmente, os métodos históricos dos seus antecessores, mas cedo se começam a delinear as características particulares do seu modo de historiar, como é o caso de aproveitamento de documentos notariais, a preocupação em confrontar fontes e,

assim, incumbida a tarefa de escrever a história do reino “onde o país se cumpri[sse] na cíclica história de uma realeza cruzadística e missionária, capaz de levar Portugal a superar as famas da heróica reconquista peninsular”³⁸.

Paralelamente a este percurso da historiografia régia, dos finais do século XIV inícios do século XV, surge o hábito de elaboração de crónicas e memórias relativamente a particulares pertencentes à nobreza, como nos serve de exemplo a conhecida *Crónica do Condestabre*. Hoje, através do confronto dos textos que chegaram até nós, reconhece-se que estes textos serviam de testemunhos às redacções das crónicas régias.

sobretudo, o facto de extrair desse confronto a verdade sobre os acontecimentos narrados, que tornam a sua produção literária original.

³⁸ Krus, *op. cit.*, 1993, p. 314.

*II - A Crónica da Conquista do Algarve*³⁹

Feita esta brevíssima resenha sobre a Historiografia Medieval, da qual cumpre sublinhar o carácter meramente introdutório, parece chegado o momento de nos questionarmos acerca do lugar ocupado pelo nosso objecto de estudo, a dita *Crónica da Conquista do Algarve*, no panorama historiográfico *supra* delineado, quase desconhecido, aliás, do (grande) público.

A CCA é o único texto, até agora conhecido, dedicado ao relato de um acontecimento histórico da região algarvia: a fase final da Reconquista⁴⁰ de Portugal aos mouros. Como é de conhecimento geral, os muçulmanos dominaram o território peninsular do século VII ao século XV⁴¹, deixando, para sempre, marcas da sua permanência na toponímia, na língua, nos costumes, entre outros.

Durante este período, assistiu-se a uma constante de movimentos de avanços e de recuos, perante as fronteiras comuns a estas duas forças guerreiras, que foram sendo ilustrados por uma série de tácticas e estratégias militares, conduzindo, finalmente, à já referida Batalha do Salado, que constitui um marco decisivo no combate entre os cristãos e os muçulmanos.

³⁹ Daqui por diante designada por CCA.

⁴⁰ Conceito que está longe de se poder considerar pacífico ou totalmente esclarecido. Para mais informação confrontar A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

⁴¹ Os marcos temporais que delimitam o domínio muçulmano na península situam-se em 718 com a Batalha de Covadonga e em 1492 com a Conquista de Granada.

É ainda de salientar que o esforço empreendido contra o infiel se tornou eficaz com a ajuda das Ordens Religiosas e Militares, ou seja, a reconquista deveu-se a esforços partilhados. Como lembra Oliveira Marques: “a conquista do Alentejo e do Algarve deveu[-se] a esforços vários, onde sobressaíram principalmente os dirigidos pelo rei e os da Ordem de Santiago”⁴². Prova desta afirmação, retratada pela *Crónica da Conquista do Algarve*⁴³, serão as diversas doações papais e régias concedidas à mesma Ordem. Reforçando o desempenho das ordens militares na reconquista, não podemos deixar de reproduzir as palavras de Derek Lomax, que explica a função da já referida Ordem, afirmando que: “la Orden de Santiago se fundó para reconquistar España de los moros”⁴⁴.

As versões da Crónica em estudo a que temos acesso não estão, lamentavelmente, na sua forma original. Todos sabemos como é extremamente difícil que o autógrafo de um texto medieval consiga chegar até aos nossos dias, uma vez que muitas são as condições adversas e inerentes à passagem dos séculos. Temos, por um lado, os agentes físicos, mais directamente ligados aos manuscritos, e, por outro, talvez de maior importância, os relacionados com o copista, mais especificamente, o(s) acto(s) de transcrição que um texto pode sofrer. Estas condições extrínsecas à documentação provocam alterações que afectam profundamente as suas

⁴² Oliveira Marques, *Ib*, 1996, .p. 45.

⁴³ Embora a acção régia esteja desenhada pela crónica de uma forma peculiar, questão que merecerá atenção um pouco mais adiante.

⁴⁴ Cf. Derek Lomax, *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Madrid, Consejo Superior de Investig. Científicas, 1965, p. 9.

características originais e, inclusivamente, anulam, muitas vezes, informações extremamente necessárias para o conhecimento do texto.

O valor atribuído à CCA tem variado consoante os séculos e, também, as descobertas que se têm vindo a fazer no que respeita à época medieval. Assim, vários têm sido os autores que se têm pronunciado e, conseqüentemente, diferentes teses têm surgido. Desde autores que lhe retiram toda a credibilidade e importância no panorama histórico-literário, como é o caso do historiador Alexandre Herculano⁴⁵, que a considerou como não sendo “mais do que um tecido de vagas tradições, contra as quais a experiência nos deve ter assaz premunidos”⁴⁶, a José Mattoso, que lhe restitui a sua devida importância, acusando o já referido historiador de possuir uma visão “simplista”, pois a crónica é “mais valiosa do que supuseram Herculano e Azevedo”⁴⁷.

⁴⁵ Penso que será de todo importante lembrar que, e para melhor se entender a sua posição, Alexandre Herculano desconhecia o facto de a matéria diegética da CCA coincidir com uma passagem inserida no correspondente da *C1419* ao reinado de D. Afonso III, que, aliás, no séc. XIX, ainda não tinha sido descoberta, embora o exemplar do manuscrito tivesse passado pela sua mão, que o rubricou, quando desempenhava o cargo de Bibliotecário na Biblioteca do Porto, nos três primeiros anos de existência desta. Conhecia apenas a *Crónica de Afonso III* de Rui de Pina (só eram então conhecidas as Crónicas de Pina, Galvão e as Crónicas Breves), e no que se refere às semelhanças entre esta e a editada pela mão de Frei Joaquim de Santo Agostinho considera que, provavelmente, Pina se serviu da CCA como fonte. Veja-se Artur de Magalhães Basto, *Estudos - Cronistas e Crónicas Antigas, Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1959, p. 85.

⁴⁶ Alexandre Herculano, “Notas de Fim de Volume” in *História de Portugal*, tomo III, Livraria Bertrand, 1980, p. 531.

⁴⁷ J. Mattoso, “Notas Críticas de Fim de Volume”, in *ibidem*, 1980, p. 587. Luís Gonzaga de Azevedo, historiador de finais do século XIX, meados do século XX, foi também um dos que desacreditou a CCA. Publicou artigos sobre a Conquista do Algarve na revista *Brotéria*, nomeadamente nos volumes XV e XVI (1932/1933), onde a determinada altura, in “Elemento lendário da história da conquista do Algarve”, transcreve um excerto da crónica do início do Capítulo VIII - quando D. Beatriz se dirige a Toledo para falar com seu pai - e seguidamente faz a seguinte apreciação “Isto não merece nenhum crédito.”, alegando que a crónica não

Para que possamos conhecer um pouco melhor o texto que desencadeia este trabalho, penso ser de todo pertinente começar por descrever o percurso desta Crónica, desde a sua descoberta até aos nossos dias. A crónica, recorde-se, chega até nós em três versões diferentes.

1. Os documentos existentes

Em 1788, o historiador Fr. Joaquim de Santo Agostinho, pelas informações que estão disponíveis, terá sido o primeiro a aperceber-se da sua existência. Este frade descobre na Câmara Municipal de Tavira, no primeiro dos Tomos Velhos, um pequeno texto⁴⁸ que, como afirma, “[julgo] de algum interesse”⁴⁹. Razão suficiente para que o referido documento, quatro anos mais tarde, viesse a ter a sua primeira edição nas *Memorias de Literatura Portugueza* da Academia Real das Ciências, com o título de “Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos mouros”.⁵⁰

descreve os acontecimentos da forma como realmente aconteceram Cf. *Brotéria*, 1933, vol. XVI, p. 82.

⁴⁸ Segundo as palavras de Fr. Joaquim “por sua muita antiguidade não tem princípio nem fim, desde pag. 207 até 213 por treze laudas completas de fol grande”. “Introdução” in *Memórias da Literatura Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1792, pág. 74.

⁴⁹ SANTO AGOSTINHO, *op. cit.*, 1792, pp. 74.

⁵⁰ Frei Joaquim afirma tê-lo copiado fielmente, como podemos verificar na seguinte afirmação: “Quanto à sua integridade, em dous, ou mais lugares a julgo mutilada de poucas palavras, que o contexto está requerendo se suppraõ; e eu o não fiz, por querer conservalla no seu mesmo estilo, Orthografia, e forma, segundo a copiei fidelissimamente do exemplar do Tomo Velho já citado”, *op. cit.*, p. 75. Este, por ser o mais antigo, será o documento a que farei referência ao longo de todo o trabalho.

Por outro lado, Frei Joaquim de Santo Agostinho verificou ainda que em 1733 já o referido texto tinha sido trasladado para o primeiro dos Tomos Reformados⁵¹. Temos, portanto, provas da existência de dois manuscritos. Actualmente, o primeiro encontra-se desaparecido, sem se saber ao certo qual foi o seu destino. Peixoto da Fonseca coloca a hipótese de “ter sido vendido a peso ou ter desaparecido no decorrer de um incêndio”⁵², mas certezas não as possuímos. No entanto, o segundo manuscrito teve, felizmente, melhor sorte: chegou até aos nossos dias e encontra-se ainda no Arquivo Histórico de Tavira, tendo já sido publicado por um investigador local, Arnaldo Casimiro Anica⁵³.



Foi a versão mais antiga que, no século XIX, foi reeditada por Alexandre Herculano na ingente compilação de textos manuscritos (a que as actividades de Bibliotecário no Porto, e na Biblioteca da Ajuda, lhe permitiram ter acesso): nos *Scriptores dos Portugaliae Monumenta Historica*⁵⁴, onde lhe manteve a designação já anteriormente referida e lhe acrescentou uma outra: *Crónica da Conquista do Algarve*⁵⁵, designação, aliás, pela qual o texto passará a ser conhecido no futuro.

⁵¹ “Desde a pag. 3 até o meio da pag. 9, por treze laudas e meia”. Frei Agostinho, *op. cit.*, p.74.

⁵² F. V. Peixoto da Fonseca, “Crónica da Conquista do Algarve” in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, vol. xxxviii, 1987, pág. 206.

⁵³ A. C. Anica, “«Coronica» da Conquista do Algarve” in *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, de Damião A. B. de Vasconcelos, CMT, 1999, pp.293-304.

⁵⁴ Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, I, Lisboa Academia das Ciências, 1856.

⁵⁵ A ausência de um título nesta crónica, situação normal na Idade Média, como afirma Bernard Guenée “il est bien vrai que les oeuvres historiques n’ont souvent ni prologue ni titre. Beaucoup d’historiens jugeaient sans doute prétentieux d’écrire un prologue et de donner un titre à leur travail” in *Histoire et Culture historique dans l’Occident médiéval*, 1980, p.200), fez com que fosse, até Alexandre Herculano, o *incipit* do primeiro capítulo a

É ainda de referir que é com base no texto publicado por Frei Joaquim de Santo Agostinho que, em 1979, José Pedro Machado procede a uma reedição da Crónica⁵⁶, onde faz alguns comentários e anotações que, no decorrer deste trabalho, serão tidas em consideração.

As descobertas levadas a cabo por Frei Joaquim, vistas apenas na perspectiva enunciada, levam a supor que estamos perante um texto autónomo e independente que, tal como o título indicia, se destina a registar a movimentação dos conquistadores da região algarvia chefiados pelo ilustre Mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Peres Correia, contra os mouros que, até meados do século XIII, recorde-se, mantinham o território em seu poder.

No entanto, a realidade em redor desta narrativa medieval não se configura tão clara e objectiva como poderia parecer, uma vez que, por volta dos anos 40 do século XX, são feitos dois achados que, de certa forma, vêm turvar um pouco a situação, aparentemente tão óbvia, atrás delineada.

desempenhar essa função. Se o “*incipit-título*” nos direcciona para a acção do mestre D. Paio Peres Correia, destacando o herói da narrativa nos horizontes de expectativa do leitor, a atribuição de um outro título por parte de Herculano – *Crónica da Conquista do Algarve* – vai conferir uma dimensão mais generalizante a esse mesmo horizonte de expectativas. Segundo dá conta Bernard Guenée, Herculano apenas continua uma tradição: “les éditeurs modernes se sont trop souvent permis de ne point reproduire l’inutile bavardage qu’était à leurs yeux un prologue, et de négliger ou modifier le titre auquel l’auteur s’était arrêté.” (1980, p.201). Mas, penso que será de todo pertinente lembrar que a atribuição de um título não constitui um acto puramente inocente, acaba sempre por revelar da intenção do autor desse título, pois, citando Elisabeth Gaucher, *La Biographie Chevaleresque, Typologie d’un genre (XIII^e - XV^e siècle)*, “Le choix d’un titre *a posteriori*, reflet d’un discours sur le texte, nous renseigne donc sur la réception de ce dernier et sur le genre auquel on le rattache” (1994, p.52). Sabendo que “les titres des textes qui nous intéressent réunissent les deux points de vue: formel (nom du genre) et diégétique (nom du héros) (Gaucher, *in Histoire et Culture historique dans l’Occident médiéval*, 1994, p. 52/53), Alexandre Herculano ao elaborar determinada designação está, de alguma forma, a minorizar a acção/ papel desempenhado por esta personagem, e, ao mesmo tempo, denunciando o seu próprio juízo relativamente ao texto em questão.

⁵⁶ “Crónica da Conquista do Algarve – Texto de 1792” *in Anais do Município*, vol. VIII, Faro, Câmara Municipal, 1978.

O primeiro dos achados foi protagonizado por Artur de Magalhães Basto em 1942, quando, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, se lhe revela um códice⁵⁷, que apresentava como título *Crónica dos Cinco Primeiros Reis de Portugal*⁵⁸, anteriormente pertencente à livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Este códice é composto por um capítulo inicial respeitante ao Conde Henrique de Borgonha e pelos relatos relativos aos primeiros cinco reis da primeira dinastia, designada Afonsina, mais especificamente, do período que medeia entre os reinados de D. Afonso I e D. Afonso III.

Em 1952, Carlos Silva Tarouca traz a público um texto, descoberto sete anos antes na Biblioteca da Casa do Cadaval⁵⁹, em muito semelhante ao anterior. Este códice⁶⁰ parece revelar-se mais completo relativamente ao de Santa Cruz de Coimbra, porque inclui não só os reinados já referidos, como também a narração dos dois reinados posteriores, isto é, os correspondentes a D. Dinis e a D. Afonso IV. Para além da diferença revelada pelo facto de recobrir um maior período da acção régia, há ainda uma outra igualmente verificável, como sustentam as palavras de Luís Krus, uma vez que, neste segundo manuscrito se “procura colmatar algumas das suas lacunas com a transcrição de passagens extraídas das Crónicas de Rui de Pina e de Duarte

⁵⁷ Apógrafo dos fins do século XVI, actual códice 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁵⁸ Texto editado: Artur de Magalhães Basto, *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945. Designá-la-ei, a partir de agora, por C5R.

⁵⁹ Apógrafo da 1ª metade do século XVI, actual códice 965 da Biblioteca da Casa do Cadaval.

⁶⁰ O texto veio a ser editado por Carlos da Silva Tarouca, *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, vol. I, Lisboa, Academia Port. de História, 1952. Daqui em diante designada por C7R.

Galvão”⁶¹. Isto é, relativamente ao anterior, este manuscrito apresenta-se mais completo. O resultado destas duas descobertas, poder-se-á dizer destes tesouros da historiografia portuguesa, numa edição crítica levada a cabo por Adelino de Almeida Calado⁶², vai dar origem à intitulada *Crónica de Portugal de 1419* ⁶³.

A necessidade de se fazer referência a estes dois manuscritos descobertos, ou seja, a C1419, quando se fala da CCA, prende-se com o facto da primeira possuir uma considerável extensão de texto (nove capítulos) que coincide – diegeticamente quase na totalidade, linguisticamente de uma forma parcial – com os nove capítulos que compõem o texto que ilustra a reconquista do território algarvio. Perante esta situação o contexto que envolve o texto conhecido em Tavira torna-se mais complexo, colocando-se, de imediato, a questão “que tipo de relação existirá entre estas duas versões?”.

Antes de concluir a questão dos documentos conhecidos, terei ainda de referir uma versão da CCA, baseada “em crónicas anteriores, quase exclusivamente as de Rui de Pina”⁶⁴, que chega até nós com um formato

⁶¹ “Crónica de Portugal de 1419” in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p.176.

⁶² *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998. Daqui em diante será a referência utilizada.

⁶³ Esta designação, ou simplesmente *Crónica de 1419*, foi proposta pelo Prof. Lindley Cintra, com base no facto de o manuscrito C5R conter a informação de que a sua realização ter-se-ia iniciado na “era de anos 1457”, correspondendo na era de Cristo a 1419, *op. cit.*, p. XL. Futuramente designada por C1419.

⁶⁴ Obra reeditada por Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 3, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983, p. 6. É de conhecimento geral que Rui de Pina, tal como Duarte Galvão, ter-se-á apoderado e escreveu as suas crónicas com base em materiais oriundos de uma *Crónica Geral do Reino* escrita por

diferente, concebida no fervor do Renascimento onde a avidez pelo novo e pelo antigo se misturavam, abrindo caminhos para o sentido da descoberta. Refiro-me à obra de Frei João de S. José, *Corografia do Reino do Algarve*, apresentada em 1577. Tendo como objectivo principal descrever o território, para que o homem dominasse o seu próprio espaço, nesta obra o frade transmite “ao leitor em poucas frases o essencial da reconquista”⁶⁵; não cria nem se limita a copiar da fonte; acaba no fundo por alterar estilisticamente o texto de que se serve: “sem constrangimento nem respeito, à boa moda do tempo, arrumou-o diferentemente quando quis, parafraseou-o, substituiu-o. Sobretudo melhorou-o.”⁶⁶, para, de algum modo, responder mais adequadamente às necessidades da época e intencionalidade do género.

1.2. (Possível) Fonte Desconhecida

Falando de documentos que existem relativamente à conquista do Algarve, teremos aqui de referir um outro, do qual, infelizmente, não possuímos, ainda, nenhum manuscrito, refiro-me à *Crónica de D. Paio Peres Correia*. Embora não tenhamos nenhum exemplar, dispomos de informações

Fernão Lopes. Para mais informações sobre este assunto temos um trabalho de Artur de Magalhães Basto intitulado *A Tese de Damião de Góis em Favor de Fernão Lopes. A posição da Crónica de Cinco Reis em face dessa tese*, Centro de Estudo Humanísticos da Universidade do Porto, 1951.

⁶⁵ Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, *ib.*, p. 10.

⁶⁶ Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, *ib.*, p.7.

que apontam consistentemente para a sua existência, e por isso, deveremos tomá-la em consideração.

Foi Derek Lomax que, em 1961, veio pela primeira vez trazer a lume a descoberta de uma notícia que se reportava à existência da dita crónica. Numa das suas investigações encontra um texto, datado de 1440, pertencente aos Estatutos da Ordem de Santiago, que se referia à crónica do mestre. A passagem é a seguinte:

En el tiempo del maestre don Pelayo Pérez Correa, que dios aya, nuestra orden e religión padesció muchos dampnos e al dicho maestre vino grand detrimento por los cavalleros de nuestra orden en aquella sazón que eran de gran linaje non le querer dar las fortalezas que tenían quando el maestre gelos demandava, e aun al rey don Alfonso, fijo del rey don Fernando, que entonce rregnava, grand deservioçio, segund en la corónica del dicho maestre se cuenta⁶⁷. Por ende siguiendo la vía de nuestros antecessores, ordenamos e estableçemos e en virtud de obediencia mandamos que todos los freyles e cavalleros que castillos e fortalezas de la dicha nuestra orden tovieren, nos las den cada e quando gelas demandaremos e a los maestros que después de nos vernán⁶⁸

Pela leitura deste pequeno excerto, considero não haver dúvidas quanto à existência da crónica do mestre, pelo menos no século XV. Corroborando a perspectiva que foi apresentada, Derek Lomax crê ainda que essa mesma crónica tenha sido utilizada como fonte de outras crónicas, como

⁶⁷ Itálico meu.

⁶⁸ Derek W. Lomax, "A Lost Mediaeval Biography: The Corónica del Maestre Pelayo Pérez" in *Bulletin of Spanish Studies*, vol. Xxxviii, 1961, p. 153. O documento da Ordem de Santiago que foi citado é, actualmente, o códice nº 668 do Arquivo Histórico Nacional de Espanha.

é o exemplo da “Castilian translation of the *Crónica de España* of Lucas de Tuy, by an anonymous compiler, probably in the fifteenth century”⁶⁹, pois este apresenta, relativamente à versão vernácula do século XIII, ou a outras anteriores ao século XV, um acréscimo de nove capítulos onde D. Paio Peres Correia ocupa um lugar de destaque.

A este ponto da situação Avalle-Arce dá a conhecer ainda que um outro texto do século XV intitulado *Historia de los hechos del marqués de Cadiz* se refere igualmente à existência da Crónica do mestre D. Paio, excerto que passo a transcrever:

Otrosy no es de dejar oloido el bienaventurado maestre de Santiago Peláez Correa, que tanto floreció favoreciendo la fe de Jesucristo, que yendo un día en pos de los moros con muy poca gente, e los moros eran gran número de ellos de caballo e de pie, e como él se fallase ya puesto encima de la sierra de Santa María de Tudía, e viese tan gran morería, e como el día fuese ya pasada la mayor parte dél, que ya era tarde, e su gana era grande de pelear con los moros, e como él era devoto de Nuestra Señora la Virgen María, él se apartó un poco de sus caballeros, e puso las rodillas en tierra junto con una peña blanca que parecía cristal, e con muchas lágrimas fizo una muy devota oración, los ojos y manos levantados contra el cielo, e dijo:” ¡OH Señora Virgen María, por reverencia y acatamiento de tu limpieza y santísima Virginidad, detén hoy este día y danos vencimiento contra estos enemigos, porque el nombre de Jesucristo por todas las generaciones del mundo sea loado!” E la oración acabada,

⁶⁹ Derek Lomax, 1961, p. 154.

*según cuenta su corónica*⁷⁰, el sol estobo quedo tres horas e media, y luego el maestre se vino a sus caballeros, muy alegremente, e cómenoslos mucho a esforzar, e díxoles: “Ea, caballeros, que hoy es nuestro día”. E todos con grande alegría se fueron contra los moros, peleando muy bravamente, e venció toda la morería, e siguiendo el alcance, mató infinitos de ellos.⁷¹

De acordo com o anteriormente dito, podemos concluir que no século XV a Crónica de D. Paio Peres Correia era conhecida e servia de fonte a documentos o que leva Avalor-Arce a afirmar “que podemos deducir la existencia de varias versiones”⁷².

Ainda no que se refere às crónicas que testemunham a difusão à escala peninsular de um texto referente ao mestre, será de sublinhar a seguinte afirmação de Philippe Josserand: “Ils relatent en effet longuement le rôle majeur de Pelayo Pérez Correa dans la conquête de l’Algarve qu’ils disent à plusieurs reprises aborder sur la foi d’un récit écrit.”⁷³

A hipótese de a CCA constituir um extracto da crónica do mestre de Santiago, tese defendida por Luís Krus, fundamenta-se, sobretudo, na vitória dos cristãos frente aos muçulmanos, que, como já referi anteriormente, espoletou um intenso momento de produção historiográfica onde o que

⁷⁰ Itálico meu.

⁷¹ Extraído de Avalor-Arce, 1974.

⁷² Avalor-Arce, 1974, p. 16.

⁷³ “Itinéraires d’une rencontre: les Ordres militaires et l’ideal chevaleresque dans la Castille du Bas Moyen Âge (XIII – XV siècle” in *L’univers de la Chevalerie en Castille (fin du Moyen Âge – début des temps modernes)*, Paris, Ed. J. P. Sanchez, 2000, p. 92.

pretendia era sobretudo exaltar as figuras que contribuíram para a o triunfo da supremacia da cruz sobre o crescente.

2. Os problemas da CCA

Mantém-se sobre esta narrativa uma misteriosa obscuridade relativamente ao momento da sua génese, que tem dado origem a teses várias, algumas delas em absoluta oposição umas às outras, outras com alguns pontos de contacto.

Para além da questão do tipo de relação entre os dois textos, colocam-se outras que até hoje não obtiveram, apesar das tentativas, resposta decisiva e definitiva. É o exemplo de questões relacionadas com a autoria e a datação que, pela escassez de informação, não têm sido possíveis de determinar.

2.1. A relação existente entre os textos

Como anteriormente já vimos, são três as versões existentes do texto em estudo (a publicada por Frei Joaquim, a existente no Arquivo Histórico de Tavira e os capítulos pertencentes ao reinado de D. Afonso III na *C1419*). É na tentativa de perceber a relação entre as diferentes versões que muitas questões se colocam.

2.1.1. Os textos descobertos no Arquivo Histórico de Tavira

Começamos, então, por observar, primeiramente, os textos do Arquivo Histórico de Tavira. Estes manuscritos, dos quais um já se encontra desaparecido, pelo contexto da sua descoberta, dão-nos a conhecer um texto aparentemente independente, que relata os feitos de um guerreiro português. Tal como o título denuncia logo à partida, a tónica é posta no protagonista, um notável fidalgo, que desenvolve uma eficaz acção na Reconquista do Algarve aos Mouros, durante a vigência do reinado de D. Afonso III.

A relação existente entre os dois textos encontrados no Arquivo de Tavira é de fácil percepção, pois, segundo as palavras de Arnaldo Casimiro Anica, a “Crónica da Conquista de Algarve, tal como consta manuscrita no Livro-Tombo 1º do Registo da Câmara de Tavira” “foi trasladada do Tombo-velho em 1733”⁷⁴ para o *supra* citado livro. Isto é, um é cópia do outro; antes que o Tombo-Velho tivesse desaparecido, e não se sabe muito bem como, diferentes mãos se encarregaram de trasladar o texto para os Tomos Reformados⁷⁵.

⁷⁴ Damião de Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, C.M.Tavira, 1999, p. 10.

⁷⁵ Para mais informação sobre os intervenientes no processo de transladação consultar as anotações elaboradas por Arnaldo Casimiro Anica, na publicação já referida: *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, p.302.

2.1.2. A CCA e a C1419

No entanto, as descobertas de Artur de Magalhães Basto e Carlos Silva Tarouca, o mesmo será dizer *Crónica de 1419*, vieram trazer alguma perturbação ao contexto das hipóteses existentes em volta da *Crónica da Conquista do Algarve*, uma vez que esta última se encontra, quase integralmente, reproduzida nos dois códices, no período respeitante ao reinado de D. Afonso III. Isto é, na crónica do reino, nos capítulos respeitantes ao rei, que são no total treze, apenas quatro (os três primeiros e o último) dizem única e exclusivamente respeito à vida do monarca, os restantes nove capítulos apresentam uma estrutura e um discurso diegético muito idêntico aos textos anteriormente identificados por Frei Joaquim de Sto Agostinho em Tavira, relatando, portanto, a movimentação do Mestre de Santiago por terras algarvias.

Perante esta situação de semelhança textual, e com os dados disponíveis, é possível colocar algumas hipóteses de relação entre estes dois textos.

Será, como defendem alguns investigadores, a CCA, ou seja, a versão do Arquivo Histórico de Tavira, um excerto da C1419, que posteriormente foi copiado e tornado independente por alguém, talvez um algarvio, que se aproveitou do conteúdo em favor da sua região? Por outras palavras, terá

sido a *C1419* fonte da *CCA*? Ou, pelo contrário, a *CCA* é um texto anterior, completamente independente, do qual se serviu o autor de 1419?

Sendo um texto independente, será uma crónica da região? Ou, tal como o título parece indicar, será este um fragmento da crónica perdida do Mestre D. Paio, do qual relata os feitos?

Será, ainda, que estamos perante um excerto de uma crónica da Ordem a que pertence o mestre?

Parece-me que todas estas hipóteses apresentam potencialidades de se confirmarem. Necessário será conseguir validar uma(s) em detrimento de outra(s).

Assim, perante esta paleta de possibilidades surge a necessidade de perceber que tipo de ligação se manifesta entre a *CCA* e a *C1419*, ou se há outras possibilidades. Na tentativa de se chegar a uma conclusão, desde que se deram as descobertas dos manuscritos nos anos 40, vários investigadores têm formulado hipóteses de que passarei a dar conta.

2.1.2.1. As diferentes Teses

Autores há que defendem que a *CCA* é um extracto da *C1419*, outros contradizem esta hipótese, propondo exactamente o oposto, ou seja, que a *C1419* terá utilizado a *CCA*. Outros ainda, colocam a possibilidade de a *CCA* ser um excerto da *desaparecida Crónica de D. Paio Peres Correia*.

I - CCA um extracto da C1419?

O primeiro investigador a colocar uma hipótese sobre uma possível relação entre os dois textos de que tenho vindo a falar, foi Artur de Magalhães Basto, defendendo que a relação entre os mesmos é de dependência, mais concretamente, considera que a CCA é um excerto da C5R. Quando pretende mostrar que a obra de Cristóvão Rodrigues de Acenheiro, apesar de ser uma miscelânea de textos, possui valor, ou seja, como ele próprio designa é “um cemitério de Crónicas”⁷⁶, que guarda importantes vestígios literários, única fonte que permite saber da existência de muitos textos ainda não descobertos, o investigador acaba por formular a hipótese dessa dependência entre a CCA e a C1419. A obra em questão é a *Cronyqua dos Reys de Portugal*, de Acenheiro, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa na *Colecção de Inéditos da História Portuguesa*, em 1824. Esta obra revelou-se muito polémica, o que levou, numa primeira fase, a que muitos investigadores a classificassem como ineficiente⁷⁷, e, por isso, durante algum tempo não foi tida em consideração. No entanto, posteriormente,

⁷⁶ Confrontar Magalhães Basto, 1959, pp. 95-99.

⁷⁷ Temos como exemplo Teófilo de Braga e Alexandre Herculano. O primeiro afirma que a obra de Acenheiro “roça pela imbecilidade”, o segundo classifica-a como um “rol de mentiras e disparates” in *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”* de M. Basto, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, p. 89.

outros autores como Diego Catalan⁷⁸ e Magalhães Basto⁷⁹ reconheceram, pelas suas características, o valor informativo prestado à historiografia galego-portuguesa.

O trabalho deste eborense consiste na compilação, de forma abreviada, de Crónicas existentes, abrangendo um período da história do reino que vai desde o Conde D. Henrique a D. João III. Crónicas essas que o próprio Acenheiro identifica como “tôdas as crónicas velhas, cinco portuguesas, e as novas do reino, e outra galega, até à Batalha do Salado”⁸⁰. As crónicas que aqui são designadas por novas são, em opinião de Magalhães Basto, as de Galvão e de Pina; as velhas são textos que hoje ainda se encontram perdidos e, por isso, desconhecidos.

Para Magalhães Basto, o interesse da crónica de Acenheiro reside essencialmente neste último aspecto, pois defende que “embora tenha aproveitado as Crónicas de Galvão e de Pina, sumariou e extratou, por sinal, em maior grau, crónicas que não se conhecem hoje”⁸¹, salientando ainda que uma das Crónicas desaparecidas, mas cuja existência se conhece⁸², pelo menos pelas referências que lhe são feitas, é a *Crónica de Portugal*.

⁷⁸ “es todo lo que de la Crónica «gallega» conocemos gracias a nuestro bachiller de Evora; pero aun siendo tan poco, es bastante para precisar el puesto de la interesantísima obra perdida en el desarrollo de la historiografía en lengua gallego-portuguesa”, 1962, p.219.

⁷⁹ Cf. “Acenheiro, esse desconhecido” (pp.89-93) e “Um Cemitério de Crónicas” (pp.95-99), 1959.

⁸⁰ Magalhães Basto, *op. cit.*, 1959, p 92.

⁸¹ Magalhães Basto, *op. cit.*, 1959, p. 95.

⁸² Vide do mesmo autor “De El-Rei D. Duarte e da sua livraria” in *Fernão Lopes suas «Crónicas Perdidas» e a Crónica Geral do Reino*, Porto, Livraria Progredior, 1943.

Para poder comprovar o que afirma, procede a uma comparação entre excertos dos seguintes textos: os capítulos correspondentes ao reinado de D. Afonso III, na *Crónica de Acenheiro* e na *Crónica de D. Afonso III de Rui de Pina*, e a *Crónica da Conquista do Algarve*. A confrontação dos textos permite verificar, de facto, que há uma grande proximidade entre os mesmos. Na observação a que procede, Magalhães Basto relembra que “basta, porém, a circunstância de Pina ter escrito a sua crónica⁸³ antes de estar composta a de Acenheiro⁸⁴ para se ser obrigado a pôr de parte a hipótese de que o trabalho de Acenheiro tenha servido a Pina”⁸⁵. No entanto, o inverso também não se verificou uma vez que do resultado da comparação conclui-se que Acenheiro não sumariou Pina, pois não há repetição de expressões deste último⁸⁶. Há sim uma grande aproximação entre a *Crónica de Acenheiro* e a *CCA*, pelo que Magalhães Basto acrescenta sobre a *CCA*: “ao contrário do que se tem suposto, talvez não se possa considerar uma crónica independente - (...) está toda contida pelas mesmas palavras (com raras excepções...) numa crónica dos primeiros reis de Portugal até hoje inédita e ignorada⁸⁷, mas que ainda

⁸³ Pina foi nomeado cronista-mor do reino em 1497, por D. Manuel.

⁸⁴ “Obra escrita no mês de Maio de 1535 anos”, Magalhães Basto, “Acenheiro, Esse desconhecido...”, *op. cit.*, 1960, p. 89.

⁸⁵ Magalhães Basto, “Um cemitério de Crónicas” in *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, p. 96.

⁸⁶ Magalhães Basto deixa ainda observado, com algumas reservas, que Pina não se deve ter baseado na *Crónica da Conquista do Algarve* (como diz Alexandre Herculano), mas sim na *C5R*, uma vez que a primeira termina na Conquista de Loulé e Aljezur, sem as descrever, e a segunda continua a narrar descrevendo as conquistas tal como faz Pina.

⁸⁷ A *Crónica* a que o autor se refere é a hoje conhecida *Crónica dos Cinco Reis*.

existe, (...) = crónica essa que foi toda sumariada e extratada, desde já posso afirmá-lo, por Cristóvão Rodrigues de Acenheiro!”⁸⁸.

Luís Filipe Lindley Cintra, na esteira de Magalhães Basto, na “Introdução” da edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, em 1951, a propósito da relação entre esta Crónica e as origens da historiografia portuguesa, mais especificamente, no estudo sobre as fontes portuguesas que podem ter servido ou serviram de base à produção da referida Crónica⁸⁹, afirma, com base na publicação da *Crónica de Cinco Reis*, que a *Crónica da Conquista do Algarve* “não passa de um extracto desta crónica [C5R]”⁹⁰. A razão invocada pelo autor para sustentar a sua opinião é a inclusão da CCA na C5R, o mesmo será dizer C1419.

No *Dicionário de Literatura Portuguesa*⁹¹ a entrada correspondente à CCA, da responsabilidade do mesmo autor, vem reforçar o anteriormente dito e considera o texto que historia a conquista do Algarve como uma “secção da *Crónica de Portugal*”⁹². Não parece haver dúvidas para este historiador de que a designada CCA é composta apenas por “capítulos [que] se encontravam transcritos, muito antes de a obra [C5R] ser conhecida na

⁸⁸ Magalhães Basto, *op. cit.*, 1960, p. 99.

⁸⁹ Luís Filipe Lindley Cintra, “Introdução” in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Lisboa, I.N.C.M., 1951, p. ccclii, nota nº 94. “Se exceptuarmos a *Memória do Arquivo Nacional* e a *Segunda Crónica Breve de Santa Cruz*, todos os textos mencionados estão intimamente relacionados com os capítulos da história portuguesa da *Crónica Geral de Espanha de 1344*”.

⁹⁰ *Ib.*, p. ccclii.

⁹¹ *Dicionário de Literatura*, dir. Jacinto do Prado Coelho, I volume, Porto, Figueirinhas, 1997.

⁹² *Ib.*, 1951, p.238. (Ao que parece, segundo testemunhos pessoais recolhidos indirectamente pelo meu orientador, Prof. António Branco, mas que não estão registados e dos quais não há garantias, Lindley Cintra, anos depois, já não defendia esta tese.)

íntegra”⁹³. Deixa, no entanto, formulada a hipótese da existência de um texto independente, relativo à Conquista do Reino Algarvio, anterior à chamada *Crónica de Portugal*. Opinião partilhada por outros autores, como veremos no decorrer deste trabalho.

Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca partilha a opinião dos anteriores estudiosos, chegando mesmo a afirmar, peremptoriamente, que “aquele que redigiu o apógrafo perdido de Tavira, (...), utilizou a seu bel-prazer o *C5R* e o *C7R*, modernizando-lhe a ortografia, sobretudo, também o vocabulário e o estilo, ou então reproduziu uma redacção anterior que já o tivesse feito”⁹⁴.

II - CCA fonte da C1419?

António Branco defende uma tese contrária às já apresentadas. Transmite-a numa comunicação realizada no *VI Congresso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* ⁹⁵.

Organiza os seus argumentos de forma a corroborar a afirmação de que a parte respeitante ao período reinado por D. Afonso III na *C1419* teve como principal fonte a *CCA*, embora admita ainda que o autor da crónica

⁹³ *Ib*, 1951, p. 238.

⁹⁴ Peixoto da Fonseca, *op. cit.* pp. 208/209.

⁹⁵ Artigo publicado com o título “O lugar do Mestre Paio Correia na História – 1. A Cónica de 1419 e a Crónica da Conquista do Algarve” in *Actas del VI Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Alcalá de Henares, Universidade de Alcalá, 1997, pp. 357-364.

régia pudesse ter tido acesso a outras fontes. Assim, a perspectiva de Branco é a de que a *CCA* é um texto anterior à *C1419*, uma vez que foi utilizado na produção da crónica referente ao reino.

Para reforçar a tese defendida, este autor procede, tal como anteriormente Magalhães Basto, à comparação dos mesmos textos, mas desta vez unicamente com excertos da *C1419* e da *CCA*⁹⁶.

Da análise minuciosa de pequenos extractos dos dois textos, Branco pretende demonstrar, em favor da sua argumentação, que “o Cap. 4 da *C1419* tem uma estrutura anómala, ao contrário do que sucede com o texto correspondente da *CCA*”⁹⁷, pois considera que as várias opções discursivas tomadas pelo autor da crónica régia não lhe parecem nada naturais. Segundo o autor, a *C1419* parece apresentar uma quebra na diegese denunciada pela forma como são apresentados alguns assuntos. Há assuntos que se encontram repetidos, nomeadamente no que se refere à lista de descendentes do rei Afonso III. Esta matéria é iniciada logo no primeiro capítulo da matéria régia, retomada depois, de forma mais completa, no terceiro capítulo, o correspondente ao primeiro da *CCA*. O facto de o texto apresentar uma organização discursiva menos linear devido à repetição de um assunto leva António Branco a considerar que houve apropriação, por parte da *C1419*, da *CCA*.

⁹⁶ Utiliza a edição de José Pedro Machado.

⁹⁷ Branco, *op. cit.*, p. 362.

Outro argumento em favor da tese de António Branco prende-se com o capítulo 12 da *C1419*, pois “contém informação que a *CCA* deveria ter incluído, se fosse cópia daquela”⁹⁸. Para ilustrar a afirmação, entre outras que faz, toma como referência a forma como ambos os textos terminam a narração da acção do Mestre D. Paio. A *CCA* acaba, no cap. IX, com a narração dos factos, aludindo somente à tomada de Loulé, a uma pequena conversa deste conquistador com o rei e à conquista de Aljezur. A *C1419* prolonga a resposta de D. Paio ao rei e revela pormenores relativos à tomada de Aljezur. Acrescenta, ainda, o relato da conquista de Albufeira, acontecimento a que a *CCA* não faz menção. Assim, parece que a *C1419* se revela mais completa em relação à crónica da região algarvia, até porque o cronista da *C1419* assume que recorre a outras fontes, referindo-as, mas que infelizmente não identifica: “Mas do mestre Dom Payo Corea não achamos cousa que de contar seja ate o acabamento de sua vida. E da morte dele não sabeem alguns onde moreo ou hu jaz soterado, mas nós achamos esprito que moreo em Vellos, x dias de fevereyro, era de mill iii^c xiii^e anos”⁹⁹. Numa primeira fonte nada se encontrou sobre a vida do mestre, uma outra fornece a informação da data de morte, indicando também o lugar onde se encontra o túmulo. Para António Branco “a primeira não deve ser uma biografia, visto que o registo da morte do herói é uma das características essenciais do

⁹⁸ Branco, *op. cit.*, p. 362.

⁹⁹ CALADO, A. de Almeida, *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

género. Já a falta desses dados na CCA não é totalmente despropositada, se aceitarmos que a intenção do autor não era transcrever a biografia do mestre, mas, sim, aproveitar dela o que melhor servia os interesses da Ordem de Santiago no Algarve¹⁰⁰.

O último argumento que António Branco usa em favor da sua tese é o facto das “epígrafes da CCA e Cap. 4 da C1419 apresentar[em] diferenças que apontam para a anterioridade da primeira dessas narrativas”¹⁰¹. Isto é, a primeira, a epígrafe que antecede o texto descoberto por Frei Joaquim de Sto Agostinho, apresenta-se como um título autónomo que identifica o protagonista da narrativa, responsável pela reconquista da maior parte do território algarvio, na segunda, título do quarto capítulo do reinado de D. Afonso III, desaparece por completo o laço existente entre o Mestre e a Ordem e são referidas apenas duas localidades de todo um conjunto de conquistas, atenuando, desta forma, a acção do dito mestre no contexto da crónica régia em que o texto está inserido.

É de salientar, ainda, que António Branco admite a possibilidade da existência de uma *Crónica do Mestre D. Paio Peres Correia*, colocando-se, de certa forma, em conformidade com outros autores, como vimos *supra*, é também o caso de Derek Lomax, Lindley Cintra, A Valle-Arce, Luís Krus.

¹⁰⁰ Branco, *op. cit*, p. 360.

¹⁰¹ Branco, *op. cit*, p. 362.

III - CCA excerto da Crónica de D. Paio Peres Correia?

Esta é uma questão para a qual ainda não há resposta(s). A resposta mais desejada viria com a descoberta efectiva da Crónica de D. Paio, ou de um excerto da mesma, que viesse provar a existência de uma ligação, ou não, entre as duas.

Ora uma crónica do mestre, o mesmo será dizer, uma biografia, não fará mais do que relatar os feitos do protagonista ao longo da sua vida. Nesta perspectiva poder-se-á colocar a seguinte questão: não poderá a CCA constituir um excerto da biografia de mestre de Santiago?

2.2. A questão do Autor

Qualquer texto tem na sua origem uma entidade física – o autor – que, dominando técnicas de escrita, vai tornar possível a criação de um universo diegético. No entanto, na Idade Média, a noção de autor não recebe a mesma configuração, a que a erudição contemporânea atribui grande importância, uma vez que o trabalho de dar forma a um texto não era um acto individual, mas sim um processo onde poderiam intervir vários participantes. Como

afirma Bernard Guenée era, essencialmente, um “travail d’atelier”¹⁰², portanto, um trabalho colectivo¹⁰³.

A palavra autor, e segundo Elisabeth Gaucher, recebia várias acepções, assumindo um carácter semântico diversificado. Poderia designar “l’autorité qui supporte l’initiative de l’ouvrage”, simultaneamente “le compositeur qui est responsable de sa mise en forme” ou, ainda, “le scribe qui se contente d’en assurer la copie.”¹⁰⁴

Conhecer o autor do texto medievo é possível desde que os documentos suportem uma informação onomástica, isto é, que conservem o autógrafo do autor, ou através de indicações fornecidas por outros textos contemporâneos relativamente ao autor de determinado texto. No caso da CCA, não sabemos quem foi o seu autor, uma vez que o tempo e todos os seus aliados, ou seja, os agentes de destruição que actuaram sobre o texto, não permitiram que essa informação chegasse até nós, nem conseguimos angariar tal referência em textos seus coevos.

Frei Joaquim de Santo Agostinho, pelo que parece, o único que teve contacto com a versão mais antiga da crónica, revelou, desde logo, a preocupação e empenho em descobrir o autógrafo do texto, mas esse foi um esforço que lhe saiu gorado, uma vez que essa referência, como afirma, em

¹⁰² *Histoire et Culture historique dans l’Occident médiéval*, Paris, Aubier Montaigne, 1980, p.50.

¹⁰³ Uma ilustração de um exemplo de como era o trabalho colectivo, *vide* a mesma obra do autor, páginas 49-50.

¹⁰⁴ *La Biographie Chevaleresque, Typologie d’un genre (XIII^e - XV^e siècle)*, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1994, p.209.

parte alguma do manuscrito foi encontrada (“o não pude já mais conseguir”¹⁰⁵).

Não havendo uma resposta concreta e definitiva, criam-se, assim, condições para se formularem hipóteses em redor da questão da autoria.

Alguns investigadores têm considerado admissível que o autor, embora anónimo, terá sido algarvio, pois a perícia que revela na apresentação que faz da região é de quem a conhece perfeitamente. O grau de conhecimento demonstrado pelo cronista revela-se profundo a nível geográfico e a nível dos costumes/ necessidades da região. O primeiro poder-se-á elucidar pelo rigor da descrição que faz do espaço. Relembremos aqui uma passagem do capítulo VIII, relativamente à explicação do percurso tomado por D. Afonso III, ao chegar ao Algarve:

[D. Afonso III] mandou logo aparelhar suas gentes e foiçe logo á graõ preça ao algarve e foi por beja e dahi a almodovar do campo de ourique e passou a serra pellas corticadas e encaminhou direito a faraó (Cap. VIII)

O caminho traçado mostra uma travessia rápida e eficaz da serra. A fronteira natural entre as duas províncias do sul sempre foi vista e sentida como um obstáculo aos desejos dos militares, por isso a trajectória definida apresenta-se como uma opção muito acertada. No mesmo capítulo, podemos observar outro exemplo representativo dessa familiaridade entre cronista e

¹⁰⁵ Santo Agostinho, *op. cit.*, p. 75.

território a descrição, quase fotográfica, que é feita da fortaleza de Faro. Romero Magalhães defende esta perspectiva, pois em sua opinião, o cronista anónimo “revela um conhecimento da terra que não há fantasia que consiga disfarçar”¹⁰⁶. O outro aspecto indiciador de que o autor da crónica se movimenta muito bem neste espaço parece ser o domínio em relação aos costumes da região. Ainda segundo afirmações de Romero Magalhães, a crónica “[n]ão pode ter sido escrita por alguém que desconhecesse a vida agrícola do Algarve, nem a necessidade, vital, de apanhar o figo até S. Miguel – tempo de colheita, alacil”¹⁰⁷. Quem escreveu a crónica sabe perfeitamente a importância que a colheita do figo tem na vida económica da região.

Parece haver, por outro lado, outros autores que colocam uma outra hipótese: a de a Crónica ter sido escrita por um monge da Ordem de Santiago. A Valle-Arce afirma que o texto que relata os feitos do “maestre Pelayo Pérez Correa, me parece razonable suponer en su autor una relación com la Orden de Santiago.”¹⁰⁸ Associemos a estas palavras as de Luís Krus quando afirma que “a Crónica da Conquista do Algarve remete para um texto oriundo dos *scriptoria* da Ordem de Santiago”¹⁰⁹ e, atendendo a que na Idade Média quem dominava a escrita e as suas técnicas era o clero, a

¹⁰⁶ *A Conquista do Algarve aos Mouros*, Faro, Ed. da Câmara Municipal de Faro, 1987, p. 10.

¹⁰⁷ “Uma interpretação da Crónica da Conquista do Algarve”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, I, Porto, Sep. da Rev. da Fac. Letras, 1987, p.128.

¹⁰⁸ “Sobre una Crónica medieval perdida”, in *Temas Hispánicos Medievales*, Madrid, Editorial Gredos, 1974, p. 53.

¹⁰⁹ “Crónica da Conquista do Algarve”, in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p.176.

hipótese faz todo o sentido, reforçada pelo facto de o texto poder pertencer aos *scriptoria*¹¹⁰ de uma Ordem Religiosa, neste caso a de Santiago. Esta probabilidade parece ser também advogada por José Pedro Machado quando declara: “Creio também que, para além da informação histórica, o coordenador teria, entre outros objectivos, exaltar a figura de D. Paio Peres Correia, a Ordem Religiosa a que este pertencia”¹¹¹.

Não existindo nada em concreto que possa confirmar tal conjectura, penso que o argumento que suporta esta suposição prende-se com a base ideológica presente no texto: o da Guerra Santa. Sendo o objectivo das Ordens o de expulsar da península o Infiel, um texto que tenha como propósito louvar o mestre de uma ordem, estará, por extensão, a enaltecer/engrandecer a respectiva Ordem Religiosa. Neste sentido, Phillippe Josserand afirma: “Il semble que son image ait été exploitée par l’Ordre qui mit à profit la participation du maître à la reconquête de L’Andalousie et de l’Algarve pour le présenter sous les traits du chevalier parfait.”¹¹², conferindo a tal acto uma espécie de carácter negativo, dado os objectivos religiosos próprios das ordens.

¹¹⁰ Recorde-se como Maria José Azevedo Santos define *scriptorium* “Tratava-se de um lugar próprio de mosteiros e sés, individual ou colectivo, e de localização e características que em muitos casos ainda se desconhecem. Era, todavia, destinado, sempre, à actividade da escrita, particularmente da cópia, encadernação e iluminação de manuscritos.” *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000, p.89.

¹¹¹ “Crónica da Conquista do Algarve – Texto de 1792” in *Anais do Município*, vol. VIII, Faro, Câmara Municipal, 1978, p.23.

¹¹² “Itinéraires d’une rencontre: les Ordres militaires et l’ideal chevaleresque dans la Castille du Bas Moyen Âge (XIII – XV siècle” in *L’univers de la Chevalerie en Castille (fin du Moyen Âge – début des temps modernes)*, Paris, Ed. J. P. Sanchez, 2000, p. 92.

Considero que, de um modo geral, as hipóteses enunciadas prendem-se não com informações rigorosas e precisas oferecidas pelo texto, porque os manuscritos que conseguiram resistir até aos nossos dias não as possuem, mas sim com a estrutura textual e com a ideologia subjacente ao texto. Penso que esta mesma ideologia está directamente relacionada com o objectivo do mesmo, e com as influências que condicionam qualquer “autor” e se inscrevem no produto do seu acto criativo. Como ilustração do que se acabou de afirmar, recordem-se as palavras de Finazzi-Agró “a literatura medieval permanecia como sendo o domínio privilegiado de uma intertextualidade, sobre o qual o autor, propriamente falando, não age, antes sofrendo a sua acção.”¹¹³

Existe ainda uma outra tese defendida por autores como Magalhães Basto, Carlos Silva Tarouca e Lindley Cintra, segundo a qual, permitindo postular a existência de um laço de dependência da CCA em relação à C1419, a autoria da primeira caberá ao tão nosso conhecido Fernão Lopes. Vejamos: com as descobertas de Magalhães Bastos e Carlos Silva Tarouca equaciona-se a hipótese de estas serem as desaparecidas crónicas de Fernão Lopes¹¹⁴, pois, como vimos na breve resenha ao panorama historiográfico medieval, ao ocupar os cargos de guarda-mor da Torre do Tombo - 1418/1454 - e de cronista do reino -1431/1451 - D. Duarte encarrega o cronista de escrever a

¹¹³ Ettore Finazzi-Agrò, “Autor” in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 75.

¹¹⁴ Toda a problemática sobre a relação entre a C5R e C7R encontra-se equacionada em Artur de Magalhães Basto, *Estudos, Cronistas e Crónicas Antigas – Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1960.

história dos reis portugueses e de alguns particulares¹¹⁵. Esta última referência é ilustrada pela existência dos respectivos documentos, ou seja, as Crónicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João I (1ª e 2ª partes), a primeira, relativamente à elaboração da crónica do reino, consolida-se porque nestas crónicas de particulares “há numerosas referências a factos de reinados anteriores que o Cronista afirma já ter narrado”¹¹⁶. É com base nestes factos que Magalhães Basto afirma que “Fernão Lopes não só foi encarregado de escrever a *Crónica dos Reis de Portugal*, aproveitando as estórias já existentes, mas também, o que é mais importante, escreveu essa crónica, embora não se possa dizer se a levou inteiramente a cabo, pois quinze anos depois da primeira destas cartas¹¹⁷, 1449, ainda trabalhava na *Crónica dos feitos dos Reis de Portugal*.”¹¹⁸ Relembro que esta possibilidade de a autoria pertencer a Fernão Lopes está dependente da confirmação de uma relação mais estreita, ou seja, a de que a origem da CCA resida na C1419, uma vez que muitos são

¹¹⁵ Prova do que se afirma é esta passagem asseverada por Zurara: “em sendo infante [D. Duarte], (l)he cometeo o cargo de apanhar os avisamentos que pertenciam a todos aqueles feitos (guerra da independência entre Portugal e Castela) e os ajuntar e ordenar segundo pertencia à grandeza delles, e authoridade dos principes e outras notáveis pessoas que os fizeram”. Reforçando a ideia Magalhães Basto acrescenta a referência a duas cartas de D. Duarte a Fernão Lopes. A 1ª data de 19 de Março de 1434 e a determinada altura diz o seguinte: “o cárrego a Fernam Lopez seu escriptvam, de poer em caronica as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram; esso meesmo os grandes feytos e altos do muy virtuoso e de grandes vertudes El Rey meu senhor e padre, ...” e a segunda de 11 de Janeiro de 1449 onde se pode ler: “pelos grandes trabalhos que êle há tomado e ainda há-de tomar em fazer a chronica dos feitos dos Reys de Portugal”. Magalhães Basto, *Fernão Lopes – suas “Crónicas Perdidas” e a Crónica Geral do Reino – a propósito duma crónica Quatrocentista Inédita dos Cinco Primeiros Reis de Portugal*, Porto, Livraria Progredior, 1943, pp. 7-8.

¹¹⁶ Magalhães Basto, *ibidem*, p. 9.

¹¹⁷ As cartas são as referidas e extractadas na nota nº. 115.

¹¹⁸ Magalhães Basto, *ibidem*, p. 8.

os factos que levam a crer que a autoria da *C1419* parece pertencer a Fernão Lopes.

Julgo que, sendo de todo válida a tese de Magalhães Basto, devemos recordar, até pelas palavras usadas por D. Duarte, o método utilizado pelos nossos cronistas medievos na elaboração da(s) crónica(s) – de adaptação, resumo, compilação e refundição de textos que serviam de fontes, método *compilatio* praticado pelo próprio Fernão Lopes, no início da sua actividade literária.

2.3. Data da Redacção

A data da elaboração da crónica constitui, tal como a sua autoria, um assunto que, apesar das várias tentativas feitas, ainda se encontra por resolver, devido à escassez de informação relativamente ao mesmo.

A confirmar-se a tese defendida por Lindley Cintra, e outros, a data de redacção da *CCA* será de fácil detecção, dada a indicação fornecida pelo manuscrito de 1419, altura em que a crónica começou a ser escrita. No entanto, nada está absolutamente definido e por isso continua-se a tentar encontrar uma resposta.

Se recorrermos à análise do conteúdo da narrativa, e é isso que tem vindo a ser feito por muitos investigadores, talvez possamos estabelecer uma possível data ou um hipotético período de produção do texto.

Analisando o primeiro capítulo da *CCA*, verificamos que a narração nos fornece duas alusões à *Crónica de Espanha*: “segundo a *Coronnica espanha fas mençaõ*” (ll.10/11) e “segundo achamos escrito na *Coronnica de espanha*” (ll.18/19) e faz, ainda, uma referência a uma outra fonte, que não identifica: “mas queremosvos dizer aqui brevemente como estes luguares foram tomados segundo ho achamos escripto.” (ll.15-17).

Estas indicações fornecidas pelo cronista, principalmente as duas primeiras, permitem-nos concluir que a *CCA* terá de ser posterior à *Crónica Geral de Espanha de 1344 (CGE1344)*, pois o texto confirma claramente que a segunda serviu de fonte à primeira. De acordo com este raciocínio, deduz-se que a *CCA* teve de ser escrita depois da *CGE1344* existir. Sabe-se que a *Crónica de Espanha* foi elaborada “por Pedro Alfonso, conde de Barcelos, em 1344 e refundida cerca de 1400”¹¹⁹; assim, não se poderá atribuir uma data à produção da *CCA* anterior a 1344. Por outro lado, o facto de a *CCA* coincidir com um excerto da *C1419*, e admitindo que ela foi para aí copiada, significará que não poderia ter sido escrita depois de 1419, data da realização da crónica do reino.

Assim, penso que é possível, de acordo com as informações de que dispomos, estabelecer um período para a elaboração da *CCA*, que terá como fronteiras cronológicas 1344 e 1419. Generalizando, há a possibilidade de esta

¹¹⁹ Krus, *op. cit.*, 1993, p.189.

narrativa ter tido o seu momento de génese na segunda metade do século XIV princípios do século XV.

José Pedro Machado, nesta perspectiva e com base em aspectos históricos, calcula de um modo mais preciso a hipótese da data da crónica: “Parece-me, mais precisamente, que esta teria sido escrita antes de 1357, data da morte de D. Afonso IV”¹²⁰. O estudioso considera que o texto, para além de prestigiar a Ordem de Santiago, pode, também, pretender valorizar a imagem de D. Afonso IV em detrimento das de Afonso III e D. Dinis, com os quais o rei Bravo manteve sempre uma relação difícil.

Relativamente ao desejo de a crónica aspirar à elevação do prestígio da Ordem de Santiago, pela acção do mestre, parece ser de todo coerente apontarmos para esta data, uma vez que, por esta altura, e de acordo com a opinião de Luís Krus, na esteira de Avalor-Arce, como já foi referido, vivia-se um ambiente de louvor cruzadístico espoletado pela vitória da Batalha do Salado.¹²¹

¹²⁰ MACHADO, José Pedro, *Crónica da Conquista do Algarve - Texto de 1792* in *Anais do Município*, Separata VIII, Faro, Câmara Municipal, 1978, p. 27.

¹²¹ Agora que as diferentes teses respeitantes à relação entre a CCA e a C1419 foram apresentadas, será pertinente recordar que, no plano inicial desta dissertação, tinha sido delineada a intenção de proceder a um confronto minucioso entre as mesmas, para, de forma sistemática recolher dados que possam contribuir para procurar estabelecer, fundamentadamente, o tipo de laço que as une. Efectivamente, esse trabalho foi iniciado; no entanto, oferecendo, parece-me, dados pertinentes que podem vir a contribuir para aclarar a relação entre as crónicas, a análise a que procedi revelou-se mais extensa e morosa do que podia imaginar. Assim, dada a dimensão de tal análise e as características do presente trabalho, a que não é alheia a questão, e gestão, do tempo, foi decidido que o melhor seria suspender temporariamente o rumo das investigações e avançar para o estudo do texto propriamente dito, que aqui se dará conta. Desta forma, o trabalho já realizado será retomado em breve, num projecto futuro.

II PARTE

Algumas Considerações

Depois de uma brevíssima perspectiva sobre historiografia medieval, no início deste trabalho, cumpre-nos, de alguma forma, concluir que a historiografia ao longo dos séculos medievos se revelou interessada em descrever acontecimentos que se pudessem considerar notáveis, por ver neles a garantia de prestígio no futuro.

O narrador denuncia, desde muito cedo, a tendência heróica deste cavaleiro. Por isso, todo o contexto discursivo criado será direccionado nesse sentido. Assim, será ainda de recordar as palavras de Bernardo Vasconcelos e Sousa relativamente à preservação e apropriação dos acontecimentos, que o mesmo será dizer, da memória, pois esta é “construída com imagens preservadas segundo as motivações de quem as retém e transmite aos vindouros, a apropriação dessa memória processa-se a par de sua sedimentação, num processo em que a técnica da escrita desempenha destacado papel”¹²².

¹²² “O Sangue, a Cruz e a Coroa – A Memória do Salado em Portugal” in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 2, Dep. História da F.C.S.H. – U.N.L., 1989, p. 33.

Apresentação do Herói

- O contributo da epígrafe

*Coroniqua de como Dom Payo Correa mestre de Santiago de
Castella tomou este reino do algarve aos moros*

O protagonista é aquele elemento da narrativa que assume uma superioridade relativamente às restantes personagens do enredo e impulsiona o desenrolar da acção através das suas características e movimentações. Tal facto é recebido, por parte do leitor, como uma dimensão de heroicidade que, uma vez configurada, será constante ao longo de “qualquer” leitura.

No caso da CCA esse protagonismo é desempenhado pelo mestre da Ordem de Santiago: D. Paio Peres Correia. Poder-se-á assim dizer que será através da personagem do mestre que o cronista se propõe a narrar os acontecimentos.

No que respeita a informações sobre o passado (infância ou adolescência) de D. Paio Peres Correia, o texto não nos fornece qualquer indicação, oferecendo-nos, à partida, o protagonista em acção, o que será para o leitor/ ouvinte garantia de esta personagem conquistar liminarmente

uma perspectiva de personagem triunfalista¹²³, pela indiscutível centralidade que assumem os seus actos. Permite, assim, que esta se dê a conhecer através da sua movimentação/ percurso ao longo da narrativa.

O protagonismo de D. Paio é induzido no espírito do leitor/ ouvinte desde as primeiras palavras que, explicitamente, inscrevem no texto a dimensão extraordinária dos feitos da personagem “mestre de Santiago que tomou este reino do Algarve aos moros”, desvendando os propósitos engrandecedores da acção do mestre da Ordem de Santiago que terão presidido à elaboração de uma crónica.

Com efeito, a primeira vez que aparece, o nome de D. Paio surge associado à conquista do Algarve. Por outras palavras, é logo na epígrafe do I capítulo que o narrador se refere ao herói da reconquista, revelando, por antecipação, a identidade daquele que se afirmará no desígnio cristão de escorraçar definitivamente os mouros da Península. Desta forma, apresenta-o, revelando o seu nome próprio - “D. Payo Correa”; explicitando a sua função - “mestre de Santiago de Castella”; e, por último, mas não menos importante, enunciando o acto que lhe garante a assunção do estatuto de herói - “tomou este reino do algarve aos moros”. A natureza da categoria nome próprio enquanto designador de referente fixo e único¹²⁴, só por si, já garante a individualidade deste herói, identificando-o e, por essa razão,

¹²³ Carlos Reis e Ana C. M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, 5ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1996, p. 193.

¹²⁴ AAVV, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Caminho, Lisboa, 2003, p.217.

elevando-o acima do universo dos restantes intervenientes da acção que são, de um modo geral, designados indiferenciadamente através de um colectivo¹²⁵. Acresce ainda que, no caso particular desta personagem, este nome próprio identifica um indivíduo que pertence à nossa memória histórico-cultural¹²⁶, o que lhe dá uma maior relevância. Aliás, ainda relativamente ao nome próprio do mestre, penso que será de todo curioso referenciar que este é mencionado ao longo de todo o texto oito vezes¹²⁷. À excepção do último capítulo, ele surge sempre que o narrador enuncia o nome do rei, como se houvesse deliberadamente o propósito de, deste modo, os manter num mesmo nível de importância que a hierarquia nobiliárquica, por si só, não garantiria. Será caso para perguntar: teria tido o narrador necessidade de o fazer, para que a imagem de D. Paio, relativamente à do rei, não saísse prejudicada? Ou terá sido por ele próprio considerar que ambas as figuras se equivaliam em termos de importância histórica? A verdade é que, ao longo de todo o texto, não precisa, regra geral, de outra designação para

¹²⁵ Quer os seus companheiros (“sua gente”, “seos cavalleiros” “os almagraves do mestre”, ...) quer o inimigo (“os moros”,) aparecem, regra geral, designados no plural, ou seja, são os outros enquanto uma massa indiferenciada e anónima, de onde sobressai D. Paio. Relativamente ao facto de o inimigo não aparecer individualizado contribui para, de alguma forma, engrandecer a acção desta personagem, pela desvantagem numérica, e, conseqüentemente, a imagem, pois o narrador coloca aos olhos do leitor o herói, individualizado, contra muitos, “os mouros”.

¹²⁶ Prova desta memória serão as diferentes lendas que existem por todo o Algarve e que, muito à sua maneira, retratam a acção do mestre em território algarvio. Estas lendas têm sido recolhidas e compiladas nas mais variadas colecções do género. A título de exemplo temos a lenda intitulada “O Combate” recolhida por Francisco Xavier d’Ataíde de Oliveira, compilada in *As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve*, Ed. Notícias de Loulé, 1994, e a lenda “A Moura Cássima” in *Lendas Portuguesas*, investigação, recolha e textos de Fernando Frazão, Amigos do livro, s/d.

¹²⁷ No capítulo I quatro vezes, a primeira delas na epígrafe; no capítulo VIII três vezes e, por último, na epígrafe do capítulo IX.

se referir a D. Paio do que o termo mestre. Todavia não se pode ignorar que mesmo com a enunciação do cargo, o leitor colocará D. Paio no topo hierárquico da Ordem a que pertence, o que só por si lhe garante prestígio social: “Les Ordres militaires y font figure de corporations hautement honorables et leurs supérieurs sont perçus comme des parangons de noblesse selon un schéma qui prepare les ultimes développements du XV^e siècle”¹²⁸. No fundo, o efeito repercussivo desta informação no leitor será semelhante à importância que o mesmo desempenhava na sociedade medieval. Neste sentido recorde-se uma vez mais o mesmo Philippe Josserand, cujas palavras, “l’appartenance à un Ordre militaire est une source de considération importante à l’échelle sociale”¹²⁹, demonstram a importância do exercício de um cargo numa Ordem Militar. Importância esta que se engrandece com o facto de o narrador reportar toda a acção do combate contra os mouros à pessoa de D. Paio. A forma verbal na terceira pessoa do singular usada na expressão “tomou este reino”, não deixa margem para dúvidas: elimina, por omissão, todos os outros intervenientes, tornando a sua acção nula, ao mesmo tempo que ilumina e agiganta a figura do herói, como se só a ele se devesse o extraordinário feito da conquista do reino do Algarve.

A confluência destes três elementos na epígrafe – nome próprio, cargo exercido na Ordem e atribuição da exclusividade da acção heróica - confere

¹²⁸ Philippe Josserand, “Itinéraires d’une rencontre: les Ordres militaires et l’ideal chevaleresque dans la Castille du Bas Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècle)” in *L’Univers de la Chevalerie en Castille (fin du Moyen Âge - début des temps modernes)*, Paris 2000, Ed. J.P. Sanchez, p. 85

¹²⁹ Philippe Josserand, 2000, p.84.

uma dimensionalidade à personagem, que lhe garante, imediatamente, a partir deste momento, e ao longo de toda a narrativa, um lugar de destaque. D. Paio é, por assim dizer, delineado aos olhos do leitor já como um esboço de traços muito nítidos de uma imagem que o texto só virá a confirmar, engrandecer e fortalecer, não permitindo ao leitor que outra leitura seja feita.

A epígrafe, que tem como função esboçar a história que apresenta, assume aqui o seu papel, relativamente ao capítulo I, mas também, e por extensão, a toda a narrativa, o que a transforma numa súpula que, antecipando a própria matéria da crónica, cria uma expectativa de leitura relativamente ao protagonismo do mesmo D. Paio, que o texto mais não fará do que confirmar. A voz do narrador anuncia assim, e desde logo, o resultado da acção levada a cabo pelo mestre, tornando, de algum modo, previsível o perfil de herói que virá a desenhar-se ao longo da narrativa; o leitor esperará encontrar nele, reunidas, quer a coragem física quer a sabedoria e a determinação características necessárias ao empreendimento do combate aos mouros.

A epígrafe da CCA inicia-se com o termo “Coroniqua” o que, considero, logo à partida, não deixa quaisquer dúvidas ao leitor, identificando o tipo de texto que vai ler. Partindo do pressuposto de que na Idade Média crónica será aquele texto que possui uma “narração de acontecimentos históricos, mais ou menos focada em protagonistas individuais, mais ou menos atenta ao enquadramento em que as personagens existiram, mais ou menos preocupada com a contextualização

dos *facta*, que lhes permite serem integradas no género da narrativa histórica”¹³⁰, o horizonte de expectativas¹³¹ do leitor fica assim condicionado, pela mão de quem tomou a decisão¹³². Essa expectativa é de imediato confirmada com a expressão “de como”, em que a associação da preposição com o advérbio introduz um complemento do nome relativo ao antecedente, “Coroniqua”, ou seja, trata-se de um complemento explicitador do modo como “D. Payo Correa mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos mouros” servindo, ao que parece, os propósitos do texto: enaltecer a acção do mestre e/ou da Ordem na região algarvia.

Conclui-se, portanto, que a epígrafe, para além de realçar a personagem principal, remete igualmente para a acção dessa personagem, localizando-as num espaço e num tempo definidos.

- O primeiro capítulo

*Reinando em portugall ellRei afomso o treseiro deste nome que hera
cazado com dona beatrix filha de ellRey de Castella ouve della estes*

¹³⁰ António Branco, *Emergência de um Herói*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Unidade de Ciências Exactas e Humanas da Universidade do Algarve, 1998, p. 18.

¹³¹ “O conceito de «horizonte de expectativas» foi introduzido por Hans Robert Jauss, constituindo um dos elementos teóricos fundamentais da estética da recepção e, em particular, da história «receptional» dos textos literários”, Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1996, pp. 110-111, nota nº 154.

¹³² Confrontar Tzvetan Todorov, *Os Géneros do Discurso*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 51.

filhos convem a saber ho ymfante dom denis que nasceo em Lisboa dia de S. denis aos vynte de Outubro era de mill e duzentos e noventa e nove anons, e ho ymfante dom afonso que foi mui bom ymfante, e a ymfante dona samchia que morreo em sevilha e despois a trouxeraõ a allcobaça e outra filha que ouve nome dona branqua que foi senhora do mosterio de llovaõ e nelle morreo segundo a Coronnica de Espanha faz menção e este rey dom afonso tomou aos moros faraõ e outros llugares e ho mestre dom payo correa era seo compadre e seo naturall e ganhou Tavira e a maior parte do allguarve

O início do primeiro capítulo, como podemos observar, faz a descrição/ apresentação do contexto temporal, em que se vão desenrolar os acontecimentos, apresentando como referência o reinado de D. Afonso III. A opção da forma gerundiva “reinando”, para iniciar a narrativa, para além de possuir a função de localizador temporal, mostra que a acção enunciada pela mesma forma verbal teve começo antes da proferida pela epígrafe, sugerindo, ao mesmo tempo, um desenrolar paralelo das acções de ambas as figuras, D. Afonso e o mestre.

Esse paralelo ganha relevância, quando, na continuação da diegese, o narrador prossegue com a apresentação da figura do herói, mas desta vez desvendando a sua relação com a família real por força de um laço de parentesco colateral, mais especificamente, no que respeita a D. Afonso III, que “era seo compadre e seo naturall”, o que lhe confere, também, de imediato um enorme relevo.

O termo compadre pode ser entendido em duas acepções: numa perspectiva etimológica verificamos que a palavra é composta por “cum” mais “pater”, o que significa que todo aquele que mantiver este laço familiar tem depositada em si, na eventualidade de perda, a responsabilidade das funções de pai. Numa perspectiva da evolução semântica da palavra, ao longo dos tempos, constatamos que na Idade Média compadre, significava, para além daquele que tem acesso ao espaço íntimo, familiar, também, companheiro¹³³, aquele que acompanha, que é camarada, parceiro, situação que o decorrer do texto corroborará.

O texto não explicita o motivo desta ligação tão próxima ao rei, deixa, portanto, que seja o leitor a inferir significado. Seguindo este raciocínio, tudo leva a crer que D. Paio fosse padrinho de um dos filhos de D. Afonso III. Esta hipótese, ganha consistência se tomarmos em atenção as palavras de Avelino Barbieri Cardoso¹³⁴ quando afirma que, por ocasião do nascimento de D. Dinis, D. Paio ter-se-á deslocado a Portugal para ser padrinho do Infante¹³⁵. No fundo, a escolha de um compadre reveste-se sempre de um carácter

¹³³ Conf. Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997.

¹³⁴ *As Ordens Monástico-Militares em Portugal, 1958*, citado por Mário Raul de Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, Porto, 1991, (tese policopiada), p. 95: “O ano de 1261 marca a chegada de tão esperado fruto da união entre Afonso III e D. Beatriz, filha de Afonso X. Diniz veio à luz no dia do seu onomástico, ou seja, a 9 de Outubro. Avelino Barbieri Cardoso, afirma que nessa ocasião veio a Portugal o Mestre D. Paio Peres Correia, para ser padrinho do Infante...”

¹³⁵ Explicaria, este facto, a hipótese do denodo posto por D. Paio Peres Correia na sua luta pela Reconquista do Algarve aos mouros, para o futuro rei? Não se poderá aqui esquecer o argumento colocado na boca de D. Beatriz quando, no capítulo VIII, esta se desloca a Toledo para pedir a seu pai, D. Afonso X, a “conquista da terra do allgarve e aquelles logares que tomados **eraõ para seos netos** porque EllRey tinha a terra mui pequena...” (sublinhado meu).

especial, dado que a opção se fazia por “uma selecção operada entre os amigos e os vizinhos”¹³⁶, o que prova ter existido entre os dois homens uma estreita relação de cumplicidade.

Logo, quer através da primeira acepção quer da segunda, o que se pretende mostrar é que existe de facto uma relação de grande proximidade entre o herói e a figura régia, e que é uma honra beneficiar desta ligação. A estratégia discursiva presente nesta primeira referência é de tal forma eficiente, que quem lê fica de imediato convencido e expectante em relação à personagem, quer pelos seus actos pré-anunciados quer pelo seu relacionamento social e político. Através da selecção de informação, o cronista omite qualquer informação sobre a genealogia de D. Paio, fazendo crer ao leitor, por um lado, que a sua referência é menos importante do que a relação existente entre o mestre e o rei, por outro, que D. Paio vale por si independentemente da linhagem em que se filia. Ou seja, o narrador confere importância a esta figura quando a menciona imediatamente a seguir à apresentação da genealogia real. Mas embora a filiação de D. Paio seja omitida, ela é inferível a partir do laço que os une. Não é crível que o filho do Rei tenha como padrinho alguém de menor estatuto. O lugar que ocupa na sequência textual é, assim, concomitante da proeminência dos feitos do próprio herói.

¹³⁶ Veja-se “Quadros. A vida privada dos notáveis toscanos” in *História da Vida Privada*, II vol., dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, p.170.

O mestre é, pois, instituído, desde o início do texto, como o herói da narrativa. Por outras palavras, D. Paio terá sido alguém que se notabilizou pelos seus feitos e que, por isso, adquiriu um estatuto histórico. Todo este “preâmbulo”, onde não encontramos espaço familiar, só espaço público, é sintomático. D. Paio, aparentemente, não revela vida própria, a sua vida desenrolar-se-á, ao longo de toda a narrativa, em função do projecto que enverga.

A Formulação do Projecto de Reconquista do Algarve

Com o objectivo de ganhar os “lugares em poder dos mouros”, razão que justifica a existência das ordens militares, como já foi referido, o mestre apresenta-se, trazendo a sua gente: “muintos e bons cavaleiros” preparados para combater o infiel como verdadeiros “grupos de profissionais de guerra”¹³⁷. Este mestre revela assim o seu carácter guerreiro, deixando antever, já, o seu perfil de grande chefe militar que cumpre o seu dever, com conhecimento prático e grande eficácia.

Como bom comandante militar que demonstra ser, D. Paio revela, num momento crítico, a necessidade “de «jogar pela certa», de ponderar de forma segura a (in)conveniência de aceder ou de provocar uma batalha campal”¹³⁸. Por esta razão, e num procedimento considerado normal em questão de preparativos militares, reúne-se em conselho de guerra¹³⁹ com os seus companheiros para, assim, os ouvir e, de acordo com as apreciações/julgamentos daí resultantes, analisar as possibilidades de penetrar no território algarvio e dar continuidade ao projecto de reconquista. A

¹³⁷ Caracterização feita por Joaquim Romero Magalhães, “Uma Interpretação da Crónica da conquista do Algarve” in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto 1987, p. 125.

¹³⁸ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias Editorial, 1998, p. 272.

¹³⁹ Recordem-se as palavras de João Gouveia Monteiro sobre o propósito da realização de um conselho de guerra – “um conselho de guerra competente e sereno deveria – segundo a opinião de todos os tratadistas – ponderar de forma adequada uma série de parâmetros que permitiriam finalmente decidir até que ponto haveria ou não vantagem (ou necessidade) em empenhar a hoste numa batalha campal.”, *ibidem*, p. 273.

“convocação destes conselhos (e o respeito pelas suas deliberações)¹⁴⁰ era até vista como uma defesa para o comandante da hoste, que assim evitava ter de assumir sozinho as responsabilidades por uma decisão infeliz e de consequências eventualmente desastrosas.”¹⁴¹ E com o mesmo intuito terá agido o mestre, quando em

[naquele] lugar [campo de ourique] ouve concelho com os seus cavalleiros de que maneira podião hir ao reyno do algarve (Cap. I).

Então,

todos em hum acordo por recearem a grande passagem da serra, (Cap. I)

mostrando, portanto, sentir receio e medo, recusaram apoiar os desígnios do mestre.

Consequentemente, do conselho reunido não resulta uma decisão que o satisfaça. Desta forma, a atitude dos seus e a incerteza do que iria encontrar revelam-se como obstáculos à determinação do mestre, manifestada na expressão: “tendo em vontade de hir lá toda a via” e ao seu sentido de

¹⁴⁰ Lembre-se, ainda, que no conselho de guerra eram ouvidos os guerreiros considerados experientes e audazes, que reuniam condições para analisar a conjuntura da guerra e se tomava decisões relativamente à sua execução, tendo em conta as próprias possibilidades e as do adversário. João Gouveia Monteiro, *ibidem*, p. 272.

¹⁴¹ João Gouveia Monteiro, *ibidem*, p. 272.

missão, uma vez que esta é uma guerra santa, como o narrador vai fazendo questão de relembrar ao leitor. A luta é “por serviço de deos”.

Mediante esta situação, confrontado com o medo dos seus, o mestre, como homem cauteloso que é, procura resolver a situação que se apresenta impeditiva, destacando-se, mais uma vez, da massa homogénea e indiferenciada, que identifica os seus companheiros, pela capacidade de atenuar os obstáculos em prol da concretização da sua vontade e da missão de que se sente incumbido. Decidido a continuar, a sua próxima estratégia será a de descobrir a forma de concretizar o seu objectivo. Como “os chefes militares tratavam de garantir aos seus homens que a causa pela qual se iriam sujeitar a morrer era «*justa querella*»”¹⁴², D. Paio, numa atitude preventiva, procura uma solução. Assim,

veinho a fallar com hum mercador que andava vendendo suas mercadorias antre os moros e os xpaos a que chamavaõ Garcia Rodrigues e descobriolhe a elle a vontade que tinha de conquistar aquella terra que por serviço de deos e que o deichava de o fazer porque não sabia todo o reyno do algarve (Cap. I)

É, pois, junto de um mercador, Garcia Rodrigues, que D. Paio busca informações sobre o receado desconhecido. A procura de mercador surge porque o mestre pensa primeiro nas necessidades do seu exército. Garcia Rodrigues, visto como um descobridor do terreno, é alguém que se

¹⁴² João Gouveia Moutinho, *ibidem*, p.277.

movimenta pela região algarvia devido à sua actividade, por isso, será, sem dúvida, uma boa fonte de informações quer respeitantes ao inimigo - hábitos, estado físico e psicológico, composição do exército - quer respeitantes à morfologia do terreno - percursos que ofereçam segurança - questões essenciais para o chefe militar traçar o melhor itinerário, de forma a que as suas hostes marchem, em segurança, ao encontro do inimigo. Assim, o mercador

*devizoullhe o lugar por onde melhor passaria e levaria suas gentes
mais a seo salvo (Cap. I)*

torneando, desde logo, um dos principais entraves que a posição do conselho punha ao plano de conquista do mestre.

O praticante da mercancia funciona assim como uma espécie de espião ao serviço da Ordem Militar. A espionagem era uma prática bastante comum em termos de tácticas guerreiras e que se assume de grande importância para o sucesso do projecto que D. Paio vem delineando.

Ora, sendo o itinerário indicado por Garcia Rodrigues as próprias vias de expansão da mercancia, mais facilmente oferecia a possibilidade de dar resposta às necessidades de abastecimento e de comunicação inerentes à composição da hoste e à duração da viagem.

Poderia ser interpretado como fraqueza, por parte de um herói, que pelas suas características não necessitaria de recorrer a ninguém para resolver eventuais problemas, procurar, neste momento, alguém ainda por cima exterior ao grupo. No entanto, é preciso sublinhar que, se o mestre o faz, é pelos seus, não por si próprio, pois são os outros que demonstram receio e é a eles que D. Paio tem de oferecer condições para se prosseguir no projecto. Mas, por outro lado, convém também não esquecer que este é um procedimento considerado natural pelos tratadistas¹⁴³.

Este será mais um dos traços que ajudam a construir o perfil do herói: é um homem avisado, prudente, que age com segurança, com conhecimento e reflexão. Primeiro prevê que a acção, para ser levada a bom termo, tem que contar com a participação aberta de todos os homens, pois o medo não é bom conselheiro. Segundo, que só poderia atenuar as dificuldades da passagem da serra e em relação ao desconhecimento da região, oferecendo, dentro das limitações circunstanciais, o itinerário que melhores condições poderia oferecer aos seus companheiros. Será ainda importante verificar que soube escolher a pessoa certa. Nada melhor do que alguém que conhecesse o território para ele desconhecido. Garcia Rodrigues torna-se, assim, o elo de ligação ao Algarve e, simultaneamente, aos mouros. Esta personagem acaba por fornecer informações preciosas na medida em que vão contribuir para a

¹⁴³ Vegécio afirma que é de importância decisiva para qualquer exército, dispor de uma boa e eficiente rede de espionagem, João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, 1998, p. 241.

movimentação dos cristãos no terreno e, também, porque é aqui que, de alguma forma, a partir dos dados fornecidos pelo seu informador, o herói começa a desenhar o perfil do inimigo que vai encontrar. Como afirma Gouveia Monteiro, os chefes militares utilizavam “como uma espécie de «radar humano», precioso para a rectificação ou o ajustamento dos projectos militares”¹⁴⁴ uma série de fontes, nomeadamente, como refere “pacatos mercadores”. E neste ponto, o mestre não foge à regra.

D. Paio reage de forma contrária à decisão resultante do conselho. Poderemos, por um lado, e numa leitura ligeira, entender esta atitude como uma forma de desrespeito perante os seus companheiros, no entanto, por outro lado, é-nos permitido verificar que, não respeitando as decisões das suas gentes, D. Paio está a chamar unicamente a si a responsabilidade do projecto da reconquista do Algarve. Este homem não teme pela responsabilidade que acaba de assumir, fortalecendo, ainda mais a sua imagem de herói, pois se a decisão de continuar tivesse sido tomada em conselho de guerra a responsabilidade do projecto seria assim partilhada.

Na sequência dos acontecimentos, D. Paio envia ao Algarve os seus almogávares, para fazerem a exploração do terreno, ou seja, o prévio reconhecimento do território, por onde o exército deveria passar. O mestre, mais uma vez, revela-se um excelente militar, pois o seu procedimento é

¹⁴⁴João Gouveia Monteiro, 1998, p. 243.

conforme ao que os tratadistas descrevem: “todo o bom general, antes de avançar com as suas hostes deveria enviar à frente homens fiéis «com cavallos ligeros e provados», para reconhecimento dos lugares de marcha”¹⁴⁵. Os almogávares não apenas cumprem a missão de que foram incumbidos como ainda conquistam Estômbar.

A forma ousada como os cristão se apresentam em território algarvio é sintoma das suas virtualidades em termos de acção combativa, o que vai provocar, como seria de esperar, desagrado no inimigo, que logo tenta resolver o problema, como ilustra a seguinte passagem:

vendoçe os moros munto anoyados e perseguidos do mestre ouveraõ comçelho huus com outros que lhe deçem por partido ao mestre algum lugar mais fora do Reyno por aquelles que tinha donde lhes não fizeçe tanto damno e noyo como lhes fazia junto da cidade de silvez (Cap. II)

É comum existirem acordos em tempo de guerra. No entanto, parece incompreensível o acordo, feito entre as partes beligerantes, após as eficientes conquistas de Estômbar e Alvor: o mestre aceita uma proposta feita pelos mouros “de lhe darem por partido cacela por aquelles luguares ambos”. Indubitavelmente, numa primeira leitura, esta troca será muito fácil de perceber: o cronista pretende mostrar a benevolência e a grandeza desta personagem, na concessão que faz ao inimigo.

¹⁴⁵ Monteiro, 1998, p. 239, baseando-se em Vegécio, Livro III, cap. 6 (p.72 da ed. de Milner).

Mas, uma segunda leitura, mais atenta, pode deixar o leitor intrigado, pois se o objectivo é conquistar “lugares” aos mouros, por que razão o herói toma esta atitude, agravada ainda pelo facto de trocar dois por um? Aparentemente, em nada esta permuta beneficiaria os cristãos; antes pelo contrário, deixá-los-ia numa posição desfavorável em relação ao inimigo. Considero que uma interpretação que levasse a atribuir a atitude de D. Paio apenas à sua bondade, seria ingénua.

Em primeiro lugar, ao proceder à troca, D. Paio está a ter em conta os seus objectivos guerreiros. A sua decisão poder-se-á entender como uma estratégia militar. De acordo com Monteiro “sempre que um conselho de guerra decidia dar batalha ao inimigo, a preocupação do comandante da hoste era a de escolher o terreno adequado para o efeito”¹⁴⁶, decisão esta que D. Paio não pode tomar antes de conhecer o campo de batalha. O mestre vê a proposta de uma forma muito positiva, pois considera Cacela, “lugar mais fora do Reyno”, um lugar favorável, qualificando-o de “forte e bom”. Para este chefe, estes atributos, e atendendo ao seu significado, conferiam a Cacela uma importância estratégica. O primeiro desses atributos revela a existência de condições geográficas necessárias à defesa do exército, por se encontrar situada à beira-mar; o segundo, como reforço enfático do primeiro, porque reúne condições necessárias à instalação¹⁴⁷ do exército. Ao aceitar a troca

¹⁴⁶ Monteiro, *ibidem*, 1998, p. 240.

¹⁴⁷ O facto de Cacela se encontrar junto ao mar, torna-se uma mais valia no que se refere à protecção do exército, pois este elemento constitui um obstáculo natural. Cacela encontrava-se protegida pelo lado sul, uma vez que é mar, o exército apenas tinha de se preocupar com o lado norte, este e oeste. Também se podem referir ainda, relativamente à escolha do

proposta pelos mouros, o mestre parece ter em vista o afastamento do aglomerado populacional, que as imediações de Silves eram nesta altura, procurando, num lugar mais distanciado, a possibilidade possuir uma perspectiva diferente de todo o território e, possivelmente, organizar o seu exército. O mestre decide em função das exigências do projecto de reconquista.

Por outro lado, e observando agora num nível intradieético, o comportamento relatado poder-se-á enquadrar, em minha opinião, noutra perspectiva. O narrador serve-se deste facto para cortar integralmente o laço que liga o mestre a Garcia Rodrigues. Ou seja, os cristãos chegaram ao Algarve por via do mercador, que lhes fornece indicações preciosas:

*vizou-lhe o lugar por onde melhor passaria e levaria suas gentes mais
a seo salvo (Cap. I)*

Essas indicações são, certamente, as de um lugar que o mercador usaria nas suas deslocações comerciais. Aparentemente, desta forma, o rumo que a Reconquista tomaria, poderia ser entendido como o dos caminhos da mercancia, como o deixa entender a expressão “terra mais povoada contra o cabo”, uma vez que mais população será sinónimo de maiores possibilidades

terreno, aspectos como o “garantir que o sol e o vento ficariam pelas costas, transferindo assim os embaraços provocados pela luz e pelo pó para o rosto do inimigo” (Monteiro, 1998, 274.), portanto, condições que o já referido ponto geográfico poderia oferecer ao exército cristão.

de actividades comerciais. Ora, a D. Paio, cavaleiro de uma Ordem Religiosa, não interessaria essa associação, pois a guerra em que estava empenhado era ao “serviço de deos” e os interesses materiais seriam secundários.

Conhecida a verdade dos factos, sabe-se que a Reconquista não se processa desta forma: “a sequência das operações mostra que a tática dos Espartários consistiu em ocupar a linha do Guadiana antes de assediar as cidades algarvias”.¹⁴⁸ Portanto, a acção militar desenvolve-se na direcção Este/ Oeste. Nesse sentido, tem de se interpretar esta adulteração da verdade histórica, feita pelo cronista, como uma estratégia, mais uma vez, de construção da imagem de D. Paio. Uma forma de ler esta atitude seria vê-la como uma estratégia para cortar o eventual cordão que une o mestre ao mercador, que representa o universo dos interesses materiais, devolvendo novamente à acção militar a inspiração religiosa que presidiu a esta Guerra Santa. Aceitando Cacula, o mestre estaria a transferir para outro local, que, segundo o cronista

a elle lhe aprove munto porque ho lugar era forte e bom (Cap. II)

o nascimento da reconquista do Algarve. Esta atitude retira, também, inequivocamente, ao leitor toda e qualquer possibilidade de associar o projecto de reconquista a outra figura e “vontade” que não sejam as do herói,

¹⁴⁸ Veja-se “A Conquista do Alentejo”, in *História de Portugal*, 2º vol., dir. de J. Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 124.

confirmando, desta forma, a autoria do plano estratégico. Mesmo o contributo de Garcia Rodrigues fica assim, de algum modo, relegado para um segundo plano, uma vez que a reconquista se reinicia a partir de Cacela e todas as honras cabem a D. Paio Peres Correia. A sucessão dos acontecimentos, descrita de forma rápida e eficaz, e a surpresa dos actos do mestre fazem, sem dúvida alguma, com que o leitor gradualmente confira a esta personagem uma dimensão superior/ heróica.

Assim poder-se-á afirmar que o projecto de reconquista do Algarve se processa em duas fases: a primeira está associada à penetração no território inimigo, à segunda corresponde o início do projecto propriamente dito, com a troca entre as cidades. Os dois momentos determinantes do prosseguimento deste acontecimento histórico têm como único agente responsável o mestre da Ordem de Santiago: D. Paio.

Concluimos, portanto, que, determinado como é, não deixa de atingir os seus objectivos, procurando, sempre, a melhor maneira de os concretizar. É pela acção que se vai desenhando o carácter deste homem, o que permite, gradualmente, passar de um esboço ao precisar do traço, cada vez mais aperfeiçoado, das suas qualidades elevadas ao expoente máximo. A atitude do mestre revela uma convicção pessoal espelhada na forma como planeia e na voluntariedade com que concretiza a sua vontade.

D. Paio e os Outros

Como já vimos, esta Crónica propõe-se a relatar a forma como D. Paio conquistou o Algarve aos mouros, fazendo dele, pela forma como o coloca a movimentar-se na acção, o principal agente da mesma. Aliás, prova desta mesma centralidade, para além da epígrafe já analisada, é o pequeno excerto que a seguir transcrevo:

O mestre dom payo correa era seo [do rei] compadre e seo naturall e ganhou Tavira e a maior parte do allguarve e naõ diz como nem porque guisa mas queremos dizer aqui brevemente como estes luguares foram tomados segundo ho achamos escripto. (Cap. I)

O narrador volta a reiterar, tal como na epígrafe do mesmo capítulo, os actos do mestre de Santiago, apresentando-o como o principal responsável pela conquista das vilas algarvias aos mouros. Para além disso, informa o leitor sobre o objectivo desta crónica, dar a conhecer a forma como D. Paio conquistou o Algarve.

Ao que vamos assistir a partir logo do primeiro capítulo, onde começa a emergir um potencial heróico na figura deste cavaleiro, é à criação de todo um ambiente propício à concretização dos objectivos que parecem estar subjacentes a este projecto de escrita. Isto é, vão sendo edificadas as condições diegéticas para que o resultado da leitura seja, indubitavelmente, a

transformação dessas potencialidades de cavaleiro em “características concretas” de um herói cavaleiro.

Para além do protagonista, o mundo diegético architectado pelo narrador vai também ser habitado pelo movimento de outras personagens, pois como afirma Massaud Moisés “é no fluxo da ação que a personagem mostra as tendências caracteriológicas que a distinguem das demais, e a ação implica necessariamente um ou mais agentes.”¹⁴⁹ Assim, poder-se-á dizer que as personagens secundárias irão servir de contraponto à figura do mestre. Embora partilhem o mesmo espaço narrativo e participem nos mesmos acontecimentos, o seu estatuto, mais do que co-agentes, é o de instrumentos ao serviço da construção do herói pelo engrandecimento deste e conseqüente apagamento dos outros.

Ora, durante todo o percurso narrativo, D. Paio não partilha o espaço diegético com um grande número de personagens. Contudo, penso que será de considerar que, naturalmente, outros intervenientes participaram nos acontecimentos que a crónica tenta reproduzir, sem que o narrador faça menção deles. Poder-se-á interpretar esta atitude do cronista como resultado de uma selecção que revela que estas seriam apenas as necessárias para corresponder ao objectivo do texto: engrandecer a imagem de D. Paio Peres Correia.

¹⁴⁹ *Dicionário de Termos Literários*, São Paulo, Editora Cultrix, 1999. pp. 397-398.

destacando-se, mais uma vez dos demais, através de uma espécie de receio premonitório.

Na leitura desta passagem, apercebemo-nos de que o cronista cria uma cena onde põe a dialogar um conjunto de personagens representantes de atitudes diferentes: de um lado temos a preocupação e o aviso do mestre em relação ao comportamento dos seus, do outro temos os companheiros que representam o excesso de confiança, a imprudência e a incosequência. O uso do discurso directo, quer pelo comendador quer pelo mestre, permite que as duas personagens se autonomizem, assumindo o estatuto de sujeito(s) da enunciação, esbatendo-se, portanto, a presença do narrador, o que confere ao momento uma maior importância, realismo e dramatismo, deixando transparecer, na divergência de atitudes, a tensão do desenrolar dos acontecimentos.

Na dramaticidade deste episódio sente-se que houve a preocupação, por parte do cronista, de salvaguardar a posição do herói, para que o leitor nunca pudesse pôr a hipótese de irresponsabilidade e/ou descuido por parte de D. Paio. A antevisão do desenrolar dos acontecimentos por parte do herói é, logo a seguir, reforçada pelo narrador através do discurso proléptico, como mostra a expressão: "cuidando bem pouco que a sua morte era tão acerca", que aparece em oposição à forma como nos descreve o estado leviano dos cavaleiros: "tomando prazer". Embora militarmente se compreenda a decisão e até a vontade dos companheiros do mestre em investirem no treino, estes acusam a falta de capacidade de comedimento face à conjuntura vivida.

Assim, temos como personagens os reis, o mercador Garcia Rodrigues, os companheiros do mestre e o inimigo, uns e outros considerados colectivamente, personagens sem rosto ou identidade, mas fundamentais na afirmação da superioridade do herói. As diferentes personagens servirão, pois, como pano de fundo para, ao longo dos vários momentos do percurso narrativo de D. Paio, suportarem a sua imagem, fazendo-a emergir a um nível de superioridade relativamente a todas as outras.

- Os companheiros

Ao longo do texto, vamos encontrar o mestre como representação do grupo, no interior do qual os seus companheiros agem não por sua vontade, mas por vontade do líder. Temos um exemplo disso, quando, após o acordo da troca de Estombar e Alvor por Cacela (no capítulo II), se deslocam para Tavira “indo pello caminho direito”, o mestre, à cautela e com prudência, decide que não deverão continuar (“não quis andar”) e os seus companheiros obedecem (“jouverão ali toda a noite”). A escolha, por parte do narrador, destas diferentes formas verbais não é inocente. Assim, formas, como “deteve” e “quis” (na terceira pessoa do singular), de verbos que revelam dinamicidade e decisão, reportam-se ao mestre, enquanto “jouverão” (na terceira do plural), pertence a um verbo ao qual está associado o estatismo e a passividade, descreve a atitude do grupo. É desta forma subtil que o

narrador vai, constantemente, colocando à disposição do leitor elementos que este, por sua vez, conseqüente e inconscientemente, vai processando e o levam a destacar a acção do mestre das restantes figuras que ilustram a narrativa.

O *incipit* do capítulo seguinte, o III, que a seguir se apresenta:

Como o mestre pelleyou com os mouros e os desbarattou e venceo,

serve, uma vez mais, para confirmar o anteriormente dito, uma vez que aí podemos encontrar uma manifestação dessa metonímia: o mestre é referido em nome dos cristãos contra os mouros, a acção do grupo recai unicamente na figura do herói, enquanto o inimigo é referido no plural. Este tipo de estratégia discursiva vai fazendo, progressivamente, com que, aos olhos do leitor, esta personagem se vá destacando e engrandecendo: uma leitura possível, porque literal, do enunciado é a de que o mestre, sozinho, batalhou contra um número indeterminado de adversários e, mais do que isso, os levou de vencida.

No entanto, esta estratégia discursiva nem sempre se verifica, pois momentos há em que o mestre vai deixar de representar os seus metonimicamente. Episódio ilustrativo do que se disse é aquele acordo de paz entre cristãos e mouros “acerca do mês de Julho” para “não destruir

culturas produtivas¹⁵⁰ e garantir a subsistência das populações. Como a guerra está sujeita ao ritmo da vida, faz com que haja uma relação próxima entre as partes: para o mouro, fazer uma trégua teria o objectivo de assegurar a colheita (“façamos com elle treguas athe são miguel de setembro que vem e apanharemos então nossas novidades”), para o cristão, é um treino que lhe permite adestrar as forças guerreiras das hostes¹⁵¹ (“elle prove de lhes dar treguas por aquelle tempo por entanto ajuntar mais gentes e haverem folgança de seu trabalho”). Por isso, é comum a existência de acordos em tempo de guerra, e este, aceite pelo mestre, e, em extensão, pelos seus também, surge como uma oportunidade de restabelecer energias.

Assim, tendo a terra segura, o comendador e os outros cavaleiros por “haverem folgança do seu trabalho”, decidem ir “caçar com grossas aves as antas”. Em termos militares esta é uma atitude considerada natural e, normalmente, desenvolvida, como afirma João Monteiro, nos “períodos de paz [que] eram destinados a aperfeiçoar ou a manter intactas as suas capacidades marciais”¹⁵² dado que os cavaleiros necessitavam de se adestrar na arte guerreira. Das actividades que praticassem, de forma regular ou quando a guerra permitia, retirariam simultaneamente prazer e proveito

¹⁵⁰ José Mattoso, *Identificação de um País – Oposição*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 276.

¹⁵¹ Será de considerar que também para os cristãos seria um momento de tratar de questões relacionadas com o armazenamento de alimentos para momentos posteriores em que fosse necessário direccionar todas as forças para a actividade militar. Segundo os tratadistas, quer esta última actividade quer a primeira são factores importantes na vida quotidiana do exército. Ver Teresa Amado (coord.), *A Guerra até 1450*, Quimera, Lisboa, 1994, p. 73. No entanto, aos olhos do cronista este aspecto não mereceu relevância, de forma a incorporar o texto.

¹⁵² Monteiro, *op. cit.*, 1998, p. 411.

como o comendador-mor confirma, em discurso directo, na expressão “tomaremos alli algum prazer e desemfadamento”. Aliás, é de realçar que estas actividades paramilitares eram recomendadas nas fontes narrativas coevas de forma a estimularem a aptidão dos *bellatores*¹⁵³.

No entanto, esta atitude por parte dos cristãos pode ser vista como leviana e inconsequente, porque ao romperem o acordo estabelecido com os muçulmanos estão a subestimar o valor do inimigo, o que provoca o descontentamento nos mouros, incentivando à luta, da qual resulta a morte deste pequeno grupo. Mas se os cristãos são derrotados, a imagem de D. Paio em nada fica prejudicada, pois o narrador revelou essa preocupação, quando cita um acto de fala do mestre que já se dirigira aos seus, avisando-os de que essa não seria uma atitude correcta, como podemos confirmar na seguinte passagem:

naõ me parece que he bem que vades llá porque os moros são muy ciosos asi das terras como das molheres e se vos lla virem podervos há aquecer allgum dano porque na sanha são gente sem freo (Cap. V)

Com a sua intervenção em discurso directo, o herói revela-nos a capacidade de interpretar as atitudes dos inimigos, só possível quando se domina o conhecimento da psicologia do comportamento do outro, bom senso, sageza, e previdência relativamente ao que poderá acontecer,

¹⁵³ Para mais informação, confrontar Monteiro, *op. cit.*, pp. 413-414.

Desta forma só o comportamento racional do mestre parece revelar capacidade de prudência, característica que, segundo os tratadistas, “a tradição ocidental pós-aristotélica define como a ciência das coisas a fazer e a não fazer”¹⁵⁴. Esta característica tem sido vista, desde sempre, como um aspecto importante na conceptualização e prática militares, pois ela será a componente unificadora entre a preparação da guerra - os aspectos tático-militares - e a concretização dos mesmos - estratégia. Mais uma vez, a figura do mestre, relativamente às outras personagens - os seus -, sobrepõe-se pela sua capacidade intrínseca de reflexão e previsão que, ao longo da narrativa, orientam toda a sua acção e reforçam a sua força de carácter exemplar de cavaleiro.

Embora os tivesse precavido, quando soube que os seus precisavam de auxílio, D. Paio, como bom líder que é, não os abandona e consciente do que os esperava,

*bem sabia que outra mingoa não havia de passar por elles senão vencer
ou morrer (Cap. VI),*

vai “o mais apressadamente que pode por lhes acorrer”; tendo a oportunidade de conquistar Tavira, não o faz, sem antes ajudar os seus. O

¹⁵⁴ Isabel Dias, “Livros I, II, III” in Teresa Amado (coord.), *A Guerra até 1450*, Quimera, Lisboa, 1994, pp. 74-75.

herói demonstra assim, mais uma vez, a nobreza das suas qualidades humanas: age em função dos outros.

Assim, o comportamento dos seus companheiros permite que, ao longo do processo de leitura, a memória do leitor filtre da acção a imagem que o narrador vai, de acordo com o seu objectivo, construindo da personagem heróica. Poder-se-á dizer que as atitudes das “suas gentes” funcionam como um contraste relativamente ao mestre, servindo para vincar, cada vez mais, os contornos que compõem a imagem de D. Paio: ele é o mais prudente, o mais lúcido, o mais corajoso, mas também o mais humano e altruísta entre todos.

- O(s) Rei(s)

Quando chegamos ao penúltimo capítulo, sentimos que, de alguma maneira, o narrador desvia a atenção do leitor do trajecto da reconquista, focando a sua atenção num acontecimento que tem o seu desenvolvimento em simultâneo¹⁵⁵. Podemos dizer que, de certa forma, este é um capítulo

¹⁵⁵ Será de relembrar que os acontecimentos não se desenrolaram assim tão em simultâneo. Pois, segundo a narrativa, o rei D. Afonso III, após receber as cartas de seu sogro, dirige-se ao Algarve antes da tomada de Faro, que se deu em 1249; no entanto, o seu casamento com D. Beatriz data de 1253, é portanto, posterior. É com base em factos como este que muitos historiadores consideraram esta narrativa sem credibilidade, como já se referiu neste trabalho. No entanto, parece ser importante lembrar que a credibilidade é um critério de avaliação/ validação dos acontecimentos históricos, enquanto que no texto literário, tratando-se de uma construção, sendo outro o critério (o da pertinência para essa construção) a credibilidade a atribuir ao texto é de importância menor.

onde a imagem de D. Paio deixa de ser central e outras figuras, a da Rainha D. Beatriz e de D. Afonso III, vão assumir destaque, como deixa, à partida, antever a epígrafe:

*Como a Rainha dona beatrix foi com seu padre a Toledo e como elle
lhe otorgou tudo o que lhe requireo por mandado de seo marido
EllRey Dom afonso de portuguall (Cap. VIII)*

Embora a epígrafe se inicie com a referência a D. Beatriz, explicitando que a seguir se descreverá a sua acção, ela ocupará apenas uma parte do capítulo, onde vamos encontrá-la a agir em prol de seu marido.

Até este momento da narrativa, D. Afonso III apenas tinha sido referenciado, no início do primeiro capítulo, com a função de contextualizar temporalmente, através da indicação do reinado, situando o leitor, no momento da História em que se vai desenrolar a acção - “Reinando em portugal ellRey afonso o treceiro deste nome” - e, ainda no mesmo capítulo, para informar o leitor de que D. Paio era “seo compadre e seo naturall” (cap. I). Desde o início do texto até ao presente capítulo VIII, o leitor teve tempo para esquecer a figura do rei, pois o narrador parece fazer questão de criar condições para esse efeito. Se no I capítulo o rei era apenas uma mera referência, funcionando a alusão ao seu nome apenas como factor de encarecimento do mestre pelo parentesco revelado, neste capítulo entra em acção. O rei começa por urdir uma estratégia, enviando sua mulher,

Rainha Dona Beatriz, a Castela para intervir junto de seu pai e assim lhe pedir as terras já conquistadas, que se encontravam em poder de Afonso X de Castela.

Num primeiro olhar, que não tivesse em conta todos os dados disponíveis, poderíamos avaliar a atitude do rei como a de um homem determinado e zelador dos interesses da coroa, no entanto, não se pode também deixar de sublinhar que D. Afonso III só toma esta atitude, porque D. Paio Peres Correia já tinha conquistado as praças algarvias aos mouros, situação que a crónica deixa bem vincada, pelo seguinte excerto:

Quando o mestre dom payo correa ouve ganhadas estas villas e luguares no algarve que eraõ da conquista de EllRey de Castella cuidou EllRey dom afonso que era bem de mandar pedir aquella terra a seo sogro que lha deçe por conquista (Cap. VIII)

Podemos então concluir que D. Afonso III só age porque D. Paio lhe dá motivo para isso, ou seja, a acção do rei acaba por estar dependente da acção do mestre. Se analisarmos a própria organização sintáctica, ela revela a dependência dos actos¹⁵⁶, mas não é irrelevante a ordem da ocorrência das duas orações, pois o narrador localiza a acção do rei, descrita na designada oração subordinante ou oração principal, depois da de D. Paio. A alteração da ordem relativa da subordinada face à subordinante, acaba por exceder a

¹⁵⁶ M. H. Mira Mateus (org.), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003, pp.130-132.

mera ordem factual dos acontecimentos que assim é reposta, resultando na ênfase da importância da primeira referência relativamente à segunda. Assim, mesmo sendo um capítulo onde o rei assume algum protagonismo, o narrador parece revelar a preocupação de não se perder de vista a movimentação de D. Paio, nem do protagonismo da sua acção.

É a rainha Dona Beatriz que, como já vimos, a mando do rei, se dirige a Castela, para, junto de seu pai, interceder por seu marido. A viagem de D. Beatriz tem resultados positivos, pois outros não seriam de esperar uma vez que ela é a filha do rei de Castela e, para além disso, projecta o argumento principal do pedido nos netos do rei, como podemos observar na seguinte passagem:

Pedir por mercê lhe deçe a conquista da terra do allguarve e aquelles logares que tomados eraõ para seos netos porque EllRey tinha a terra muyi pequena (Cap. VIII)

Perante estas circunstâncias não se esperaria que o rei Sábio recusasse o pedido. São, assim, dois os factores – a acção do mestre por terras algarvias e a viagem de D. Beatriz – que contribuem para o sucesso da doação das terras algarvias a Afonso III, e afinal nenhuma delas passa directamente pelo rei.

Afonso X envia, como foi pedido, as cartas de doação ao genro, mas o narrador documenta, para surpresa do leitor, também a doação de cartas a D.

Paio, que comparativamente com as do Bolonhês não são pedidas pelo mestre. Esta atitude por parte do rei de Castela servirá para confirmar, para além das boas relações existentes entre o mestre e o rei castelhano¹⁵⁷, logo enunciadas no início da crónica, um reforço pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo mestre nas suas funções. O narrador não perde, assim, a oportunidade de engrandecer, mais uma vez, pela mão do rei Sábio, a imagem de Paio Peres Correia, ainda que neste capítulo o seu posicionamento na acção possa ser considerado de segundo plano.

De acordo com o dito anteriormente, podemos afirmar que D. Afonso III se apossava do Algarve graças à acção de outros: numa primeira fase, pelo esforço de D. Paio, numa segunda fase, graças à diplomacia de Dona Beatriz.

Sem que o texto explicita de forma clara o objectivo da deslocação, D. Afonso III dirige-se ao Algarve, imediatamente após a recepção das cartas. Assim, o leitor poderá ser levado a inferir que este virá trazê-las a D. Paio, uma vez que até este momento da narrativa nada serve de motivo de ligação entre o rei e o Algarve, justificando a sua vinda. Embora saibamos que o rei “exerce uma autoridade simultaneamente pública e privada sobre os territórios que lhe pertencem como bens matrimoniais”¹⁵⁸, o que lhe confere o direito de se deslocar por qualquer parte do território, o narrador faz

¹⁵⁷ Eram conhecidos, na época, os laços que uniam o mestre D. Paio ao rei Afonso X, de tal forma que o rei chegou a afirmar que o primeiro filho varão que tivesse o entregaria a cargo do mestre. (Mário Raul de Sousa Cunha, *A Ordem de Santiago – das origens a 1327*, p. 76 ssg).

¹⁵⁸ José Mattoso, *Identificação de um País – Composição*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 58.

questão de deixar bem presente que a vinda do rei ao Algarve não é a pedido de D. Paio, como se pode verificar na seguinte passagem:

quando o mestre dom payo correa que era vassallo de EllRey dom afonso soube que hia llá foiho aguardar entre loulealmodovar e na villa de sellir Cap. VIII)

Assim, a ideia transmitida é a de que o rei não é, portanto, solicitado pelo mestre a intervir na conquista das terras do sul, simplesmente aparece em “acção”.

D. Paio revela-se cumpridor das suas funções enquanto mestre e esperando o rei, manifesta paralelamente o seu papel social e o seu papel militar. Social na medida em que ao ir esperar o rei revela a sua faceta representativa ou não fosse ele um símbolo da Ordem¹⁵⁹, por outro lado a sua presença afirma-se “como uma força com a qual havia de se contar”¹⁶⁰, reiterando a função da ordem junto do poder central¹⁶¹. Se, por um lado, o mestre parece desempenhar as suas funções, também o rei assim o faz, pois segundo as palavras de Mattoso “o rei é apenas o primeiro e o mais poderoso

¹⁵⁹ Isabel Lago Barbosa, *A Ordem Militar de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média (normativa e prática)*, Tese de Mestrado de História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1989, p. 142.

¹⁶⁰ Mário Cunha, *op. cit.*, p.197.

¹⁶¹ Recordemos aqui as palavras de Carlos de Ayala Martinez, sobre a relação entre as ordens e os monarcas: “La situación de las ordenes peninsulares - o de radicación peninsular - respecto al poder de los monarcas hispánicos es, sin duda, la que presenta elementos de mayor mediatización política. Las monarquías peninsulares, forjadas en el campo de la legitimación de una cruzada propia, dirigida y gestionada por los reyes, se erige en marco de referencia obligada para las órdenes que nacen o se desarrollan en su seno.” *Las Órdenes Militares en la Edad Media*, Madrid, Arco/ Libros, 1998, p. 62.

dos guerreiros”¹⁶², por isso não será de todo estranha a sua presença na região algarvia.

Assim que o mestre e o rei se encontraram, logo “foraõ cercar faraõ” e o narrador apresenta-nos uma descrição rápida e eficaz dos acontecimentos. A forma como a conquista da vila é feita revela-se bastante diferente das restantes conquistas que a crónica descreve. Aqui vamos encontrar um plano estratégico mais elaborado, que consiste na divisão do cerco de Faro por diferentes colaboradores do rei e do mestre, de tal forma que a vila estava bem combatida quer por terra quer por mar, estratégia guerreira que o leitor estaria, no decorrer da acção, com certeza, à espera de ver concretizada. No entanto, apesar do planeado, o rei D. Afonso III assume o comando das operações e acaba por negociar¹⁶³ de forma secreta com os mouros a tomada de Faro, não dando conhecimento ao mestre e aos outros da sua decisão. A atitude do rei acaba, assim, por desviar a atenção dos militares envolvidos no cerco do propósito que ali os reunia - combater os mouros -, para o súbito e inexplicável desaparecimento da figura régia. A preocupação dos cristãos manifesta-se na sua reacção que o seguinte excerto ilustra:

Allevantaraõ hum ruído tão grande que por força e a mal de seu grado dos moros não lhes prestando ceptas nem pedras os Chrisptaons passaraõ a cava e a barra e ajuntaraõçe com ho muro e a

¹⁶² *Identificação de um País – Oposição*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 193.

¹⁶³ A sua competência diplomática será resultado da sua estadia em França, na corte de Luís IX, onde assimilou uma elevada cultura geral e adquiriu experiência de negócios públicos.

gente do mestre carretava lenha a porta da villa para lhe porem fogo e por esta razãõ padeciaõ muntos dos Chrisptaons (Cap. VIII)

O comportamento dos companheiros do rei revela sofrimento físico grandioso e preocupação que aparecem retratados na forma como encaram a agressividade do ataque dos mouros, e que vai contrastar com a forma triunfal, mas pouco reflectida (sensata), da reacção do rei à atitude dos seus, tal como o narrador a relata no seguinte excerto:

saltou em cima de huma torre e mostrou as chaves na maõ que já tinha do castello (Cap. VIII)

Desta forma, o rei põe em causa o plano architectado, uma vez que acaba por não respeitar o inicialmente combinado, decidindo, a título individual, alterar o percurso do projecto de tomada da cidade. A atitude do rei agrava-se pelo facto de não ter dado conhecimento das suas intenções ao mestre, aquele que permanentemente se mostrou fiel e companheiro, servidor presente, sempre, ao lado do rei. O rei pensou unicamente na concretização do seu objectivo – a tomada de Faro. Assim, agindo à revelia dos seus companheiros, o seu carácter não revela preocupação humana, não respeita o acordado e coloca-se a si próprio em situação de risco. Por outras palavras, poder-se-á dizer que a atitude do rei revela pouco companheirismo e falta de sintonia para com o grupo: o rei traiu, de algum modo, os seus próprios companheiros. A atitude do rei parece ser a de alguém que nos

momentos finais procede como um usurpador: alguém que pretende chamar a si a glória, que por direito próprio caberia ao verdadeiro herói.

Podemos, por isso, comparar as atitudes do rei e de D. Paio relativamente aos seus companheiros. O rei, como responsável pela unidade do reino, age em função dos interesses materiais da coroa, ao contrário, D. Paio, a propósito do episódio das Antas, coloca os seus em primeiro lugar, pois como já vimos, poderia ter conquistado Tavira e não o faz, sem primeiro defender as suas hostes. Através deste contraste percebemos como o narrador, atribuindo ao rei este tipo de comportamento, deixa transparecer a inabilidade militar de D. Afonso III, suplantado pelo seu carácter diplomático e deixando espaço, mais uma vez, para a função da Ordem Militar. Se quisermos, de alguma forma, sintetizar a acção directa do rei neste capítulo, podemos dizer que se traduz num passeio militar até Faro, durante o qual esteve sempre bem acompanhado, bem seguro e onde conseguiu um triunfo fácil, pela forma como obteve a cidade, comparativamente às outras conquistas relatadas pela crónica, opondo-se, assim, à dinamicidade “ancorada” no mestre.

Embora do ponto de vista textual, a narrativa se inicie e encerre com a presença do rei, a crónica tem como conteúdo a acção do mestre. O narrador serve-se da movimentação do rei, neste capítulo essencialmente, para tornar ainda mais visível o estatuto de herói que atribui ao mestre.

O aparecimento do rei no final do texto não diminui nem interfere na figura de D. Paio. Em primeiro lugar, porque o leitor já tem instituída a

heroicidade do protagonista, o que permite, ao cronista, deixar momentaneamente, a imagem do herói um pouco na sombra; em segundo lugar, porque o comportamento do rei, perante D. Paio, não faz dele uma figura superior, antes pelo contrário. Mais uma vez a intenção do narrador, ao referir-se à figura régia, para além do objectivo de localizar no tempo, é a de valorizar a grandeza do herói, neste caso, contrastando os seus respectivos comportamentos.

Podemos então dizer que a imagem do rei não será mais do que uma construção abstracta de um comportamento político veiculadora de uma intencionalidade definida em função de um objectivo: servir de contraste, pela negativa, à exemplaridade da imagem que o texto tem vindo a construir do mestre de Castela e, parafraseando António Branco relativamente à forma como as figuras de D. Fernando e D. João servem ao retrato de D. Nuno Alvares Pereira, podemos dizer que esta abstracção régia parece povoar o texto não pelas características de realeza, que lhe estão subjacentes, mas para conferirem a ideia de realeza necessária ao retrato deste herói¹⁶⁴.

¹⁶⁴ *A Emergência de um Herói (Estudo da Crónica do Condestável)*, Dissertação para doutoramento no ramo de Literaturas apresentada à Unidade de Ciências Exactas e Humanas da Universidade do Algarve, Tese Policopiada, Faro, 1998.p. 304.

O inimigo

Como temos vindo a observar, a representação que o narrador criou das personagens é o resultado de uma realidade percebida e construída por essa mesma entidade narratológica, que tem como objectivo servir os pressupostos subjacentes ao seu objectivo: mostrar como D. Paio, mestre da Ordem de Santiago, conquistou o Algarve aos mouros. Assim, a imagem que é dada do mouro é uma imagem criada em função de um projecto de escrita, que representa uma expressão simbólica da realidade que subjaz às comunidades que vivem o conflito e, de alguma forma, também, reflecte a mentalidade da classe a que pertence o cronista.

O inimigo é logo identificado na epígrafe do primeiro capítulo, como *supra* foi referido, quando o narrador refere que D. Paio “tomou este reino do algarve aos moros”, estabelecendo, portanto, desde logo, uma relação entre o protagonista e o mouro, não sendo uma relação que começa neste momento, pois, D. Paio já se confrontou com os mouros num momento anterior aos factos descritos na crónica, nomeadamente na conquista de Sevilha¹⁶⁵, como refere o seguinte excerto:

quando ellRey de Castella tomou Sevilha aos mouros segundo ho achamos escrito na coronnica de Espanha era alli com elle naquelle cerquo este mestre dom payo correa (Cap. I)

¹⁶⁵ Como o que se fará referência num momento *supra* neste estudo.

A existência do mouro justifica, assim, a presença de D. Paio; por outras palavras, está no lugar certo, à hora certa a fazer o que lhe compete – ajudar na Reconquista Cristã –, reiterando, também, a função da Ordem Militar de Castela no terreno, como a seguinte passagem confirma:

ajuntou ho mestre dom payo correa sua gente e entrou pella terra de lusitânia que era conquista de portugual onde havia muitos luguares em poder de moros (Cap. I)

No entanto, apesar da forma de apresentação revelar forças opostas, em momento algum do texto é reconhecida alguma manifestação religiosa por parte deste grupo inimigo, por outras palavras, nunca é formulada explicitamente a concepção religiosa dos mouros como antagónica à dos cristãos. Esta oposição entre as forças está implícita no espírito de cruzada “que caracteriza a las crónicas destaca los sentimientos de enemistad y la repulsa por los musulmanes, a quienes se debía expulsar o exterminar.”¹⁶⁶ E, conseqüentemente, na própria designação do inimigo: mouro¹⁶⁷, palavra de índole negativa, que só por si é designativa daquele que é considerado gentio pelos cristãos, o infiel. Assim, a religião dos mouros poderá ser vista como pecaminosa e perversa e por isso deve ser exterminada. Exemplo do que se

¹⁶⁶ Ron BarKai, *Cristianos y Musulmanes en la España Medieval (El enemigo en el espejo)*, Madrid, Rialp, 1991, p. 219.

¹⁶⁷ É de referir que, embora o narrador opte sempre pela mesma designação, o mouro poderia receber outras como sarracenos, pagãos, muçulmanos, árabes.

afirma é o caso da tomada de Faro das mãos dos mouros, onde se procedeu à aglutinação das mentalidades e das características deste povo que se vê obrigado a adaptar-se à ideologia cristã, como se pode observar na seguinte passagem:

e a avença que ElRey [D. Afonso III] fez com os moros foi por esta guiza que elles lhe fizeçem aquelle mesmo foro que em todas as couzas faziaõ ao seu Rey (Cap. VIII)

Temos, portanto, a imagem cristã a sobrepor-se à do mouro, que tem como objectivo principal consolidar o sistema ideológico que está na origem deste texto.

No que se refere à caracterização das personagens da crónica, raramente as suas particularidades são enunciadas de forma directa, depositando o narrador uma maior responsabilidade no leitor, uma vez que a figura da personagem se irá revelar através dos seus actos. No caso dos mouros a primeira vez que se configura a sua personalidade é de forma directa, pela voz do mercador Garcia Rodrigues, condicionando, à partida, o leitor, no retrato que irá construir deste grupo. Como já vimos, esta personagem fornece informações aos cristãos, transmitindo a ideia de um grupo pouco coeso, que se encontra em “grande desvairo huns com otros”, circunstância que D. Paio, notável militar que era, aproveita, sem hesitação, para dar prosseguimento ao seu projecto, reforçando, deste modo, as

qualidades de liderança do herói. Desta forma, o narrador dá-nos logo uma perspectiva de contraste em relação ao campo cristão, que, como já anteriormente foi referido, aparece descrito como unido pela palavra e pela acção.

Pela forma como se movimentam no espaço, percebemos que os mouros não tinham a coesão de um chefe militar a uni-lo, ao contrário dos cristãos. A harmonia que falta aos mouros é assegurada, nos defensores da fé, pelas características de chefia ancoradas na pessoa de D. Paio. Parece, assim, verificar-se uma distância no que respeita à prática militar destas duas forças bélicas. Essa superioridade concretiza-se nas vitórias dos cristãos sobre os mouros, que acabam por provocar, neste último, sentimentos negativos como os que estão expressos nos seguintes excertos:

*vendoçe os moros munto anoyados e preseguidos do mestre ouveraõ
conçelho hums com os outros (Cap. II)*

*grande noyo tomaraõ os moros por este desbaratto que asi ouveraõ
expecialmente de Tavira e por isso loguo aquella noite ouveraõ seo
acordo e concelho (Cap. IV)*

Esse sentimento, face ao comportamento dos cristãos, dá origem à realização de dois conselhos. O primeiro encontramos-lo no II capítulo, já anteriormente citado, onde os mouros pretendem trocar as conquistas de Estombar e Alvor por uma outra praça, Cacela. Ao propor esta permuta o

mouro revela que a sua grande preocupação é a presença de D. Paio, por isso, afastá-lo do meio mais povoado para um menos povoado será, com certeza, uma forma de “expulsá-lo”¹⁶⁸. A atitude estratégica do mestre de aceitar a proposta, corroborará, assim, a perspectiva do inimigo, que julga fácil o seu afastamento, mas que, como já vimos, poderá ter por trás outros objectivos, mais directamente relacionados com as estratégias militares.

É a alternância de movimentação que o narrador relata entre cristãos e mouros que vai progressivamente permitindo que a narrativa progrida. Desta forma, “assistimos em muitas circunstâncias a uma distribuição quase equitativa em termos de espaço narrativo, das movimentações guerreiras das partes adversárias”¹⁶⁹. Os mouros revelam uma técnica militar que se vai desenhando a cada passo: tal facto é denunciado pelos sucessivos conselhos que sentem necessidade de convocar a cada derrota, para, de certa maneira, poderem reorientar o trajecto militar. Assim, o mouro vai sendo o motor de avanço da acção. Esta atitude contrasta com a dos cristãos que ao longo da narrativa se apresenta de uma forma linear e coerente, não revelando a necessidade de se programarem a cada momento.

Neste sentido, segundo Isabel Dias, são “múltiplos os momentos narrativos em que o mouro surge como personagem actuante e é alargado o

¹⁶⁸ Cf. Isabel Dias, “O Mouro na Conquista do Algarve” in *A Guerra até 1450*, Lisboa, Quimera, 1994, p. 369.

¹⁶⁹ Isabel Dias, *ibidem*, 1994, p 369.

espaço textual reservado à descrição dos seus movimentos”¹⁷⁰, fazendo da acção do mouro um eixo na narrativa, isto é, na vida de D. Paio.

Os conselhos que os mouros convocam, de forma a programarem a vida militar, são sempre desencadeados pelos cristãos e, na narração desses mesmos conselhos, o narrador aproveita para colocar o mouro em discurso directo. A primeira vez que tal acontece é no início do capítulo IV, após a derrota do “desbaratto”, momento que a seguir se transcreve:

loguo aquella noite ouveraõ seo acordo e concelho dizendo entre si estes Chrisptaons mui poucos porque cada vez somos vencidos hiraõ agora seguros pois sahiamoslhe agora ao caminho que elles naõ cuidaraõ que ovemos e todos sem nenhum temor demos nelles e asi os desbarataremos (cap. IV)

É, assim, em discurso directo que o inimigo reconhece a superioridade dos cristãos, que apesar de se terem apresentado em menor número venceram. O facto de o narrador reproduzir estas afirmações tal como o mouro as terá pronunciado, para além de pretender conferir credibilidade ao discurso, vai, de alguma forma, ter influência na perspectiva do leitor relativamente à imagem do mestre. Poder-se-á dizer que a imagem do herói, e por extensão a da Ordem - porque o mouro se refere a “Chrisptaons” - está instituída pelo reconhecimento que é expresso no desespero do inimigo, pois

¹⁷⁰, Isabel Dias, *ibidem*, 1994, p.368.

como afirma Bernardo Vasconcelos e Sousa “nada há de melhor, para sublinhar o significado e as razões da vitória [...] do que pôr os vencidos a falar”¹⁷¹.

Na sequência do reconhecimento da superioridade cristã, os mouros preparam um ataque surpresa, para que os cristãos não tivessem possibilidade de se defenderem, revelando, assim, pouca elegância comportamental.

Efectivamente, os cristãos foram apanhados de surpresa, pois, como revela o excerto:

o mestre não levava consigo toda sua gente porque a deichava no monte donde hera e hora he castro marin que alli colheçem alguns que passaçem pella ribeira (cap. IV)

Por esta razão, a batalha que se segue é travada em circunstâncias penosas para os cristãos, que apesar da superioridade numérica do inimigo, não deixam de combater “mais rijamente”, como afirma o narrador. No entanto, apesar da vantagem, quando por força as partes beligerantes se separam, os mouros decidem, em segredo, abandonar o campo de batalha. Vejamos:

¹⁷¹ “O Sangue, a Cruz e a Coroa – A Memória do Salado em Portugal” in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 2, Lisboa, Dep. História da F.C.S.H. – U.N.L., 1989, pp. 29-30.

ouveraõ acordo de se tornarem porque loguo recearaõ a gente que ao mestre a outro dia veiho em ajuda e partiraõçe, e mui alta minham para donde vieraõ sem saberem os Crisptaons parte disto (Cap. IV)

Assim, da atitude dos mouros podemos concluir, como exprime a forma verbal “recearaõ” na oração subordinada causal, mais uma vez, que já conhecem bem o seu adversário, por isso o temem, situação que o narrador, mais não faz do que confirmar logo em seguida:

e o mestre mandou aquella noite a cacella por gente á preça e vieraõ muy azinha para o outro dis pelleyarem (Cap. IV)

A decisão dos mouros, para além de ser o reflexo da imagem de grandeza que o próprio inimigo tem do mestre, que, como já vimos, parece estar definitivamente instituída, revela também uma característica deste povo bastante difundida em textos da época – a cobardia¹⁷². O comportamento dos mouros leva o leitor a criar uma imagem negativa deste grupo, e, ao mesmo tempo, reforça a imagem positiva do mestre¹⁷³.

No capítulo V, recorrendo ao discurso do mestre, vamos encontrar o narrador, mais uma vez, a contribuir para a criação do retrato do mouro. Leiamos o seguinte excerto:

¹⁷² Como Ron Barkai afirma relativamente às características dos mouros, *op. cit.*, 1991.

¹⁷³ Confrontar Ron Barkai, *op. cit.*, 1991, nomeadamente, pp. 137 e 158.

*os mouros são muy ciosos asi das terras como das molheres e se vos lla
virem podervos há aquecer allgum dano porque na sanha são gente
sem freo (Cap. V)*

A imagem que é conferida ao mouro através das palavras do mestre é, mais uma vez, uma imagem negativa, pois esta característica de zelar cuidadosamente por aquilo que é seu, converte-se em crueldade na defesa da sua propriedade¹⁷⁴, situação que se vem a verificar na forma como os mouros combatem, neste mesmo capítulo, o comendador-mor e os outros cavaleiros, como ilustram os seguintes trechos:

*[os cristãos] dando e recebendo muntas feridas e asi eraõ afincados dos
mouros que hum não podia dar fee do que o outro fazia que cada hum
tinha assas que fazer em defender ho luguar (Cap. V)*

*os Crisptaons postos em maior preça e desfalecendolhes a virtude e não
podendo mais fazer acabaraõ alli sete sua postimeira ventura (Cap. V)*

¹⁷⁴ Relativamente à defesa das mulheres Ron Barkai transcreve um excerto da crónica de Jaime I onde ilustra a forma como os muçulmanos lutavam para defender a honra das suas mulheres: “de manera que uno peleava por dos”, *Chronica o comentaris del rey en Jaume Primer, Rey d’Aragó de Mallorca y de Valencia, comte de Barcelona, d’Urgele y de Montpellier. Feta y escrita per aquel en sa llengua natural*, Barcelona, 1875, p. 107, in op. cit., p. 240.

O relacionamento entre cristãos e mouros na CCA adquire contornos peculiares, pois se estes à partida se assumem como inimigos, momentos há, ao longo da narrativa, em que os dois mundos vão viver em comunidade. Como habitantes de um mesmo espaço, vêem-se obrigados a dar resposta às necessidades do quotidiano, situação absolutamente normal em tempo de guerra.

A presença do mouro desempenha uma função central na narrativa uma vez que vai dar origem à movimentação de D. Paio, contribuindo para a criação da sua imagem de herói. Poder-se-á afirmar que ao inimigo está destinada uma função central na narrativa: a de projectar a imagem do herói guerreiro que inspira o narrador.

O mouro, na Crónica, tem como função espelhar a imagem de D. Paio, em contraste com a sua, ou seja, um espelho que o narrador se encarrega de tornar negativo para melhor reflectir e reforçar a imagem positiva do mestre, que se vai esboçando, ao longo da crónica, no cumprimento de um projecto de escrita que tem como objectivo a construção do retrato de um herói. As diferenças que vão sendo assinaladas entre as duas forças, cristão e mouros, querem-se bem vincadas, pois quanto maior for essa diferença, maior será a rivalidade entre as mesmas.

Esta ideia de que a representação do inimigo serve a honra do herói e que aparentemente parece criar a ilusão da diferença, mas, no entanto, acaba por revelar um outro igual é um recurso comum nos textos medievais. Neste sentido, afirma António Branco, relativamente à Crónica do Condestável,

que o “inimigo auxilia o percurso do protagonista, na medida em que lhe proporciona o terreno para se pôr à prova e, conseqüentemente, confirmar-se como herói”¹⁷⁵.

A atitude dos mouros no último capítulo vem provar que o herói é reconhecido publicamente, pois quando o mestre se foi “lançar sobre aljesur” o inimigo não ofereceu qualquer resistência e “deramçe loguo ao mestre”. Esta atitude revela como o adversário aprendeu a reconhecer a superioridade do herói.

¹⁷⁵ “O Outro: Travesti do Igual” in Teresa Amado, *A Guerra até 1450*, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 438-439.

“Testemunhos” de Confirmação

Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa, as batalhas constituem, pelo seu significado, um “terreno fértil para exploração dos valores ideológicos e do imaginário de indivíduos ou grupos sociais que retinham, pela técnica da escrita, a memória dos tempos”¹⁷⁶. Desta forma, analisá-las-ei com o intuito de averiguar de que forma servem a construção da imagem do herói.

O texto está povoado de momentos de combate, que surgem como uma imposição da realidade vivida: a necessidade de lutar impõe-se, pois é urgente extinguir o poder do inimigo. As escaramuças a que assistimos podem ser definidas como uma técnica de desgaste, ou seja, podemos verificar que ambos, mouros e cristãos, atacam e fogem, o que provoca o enfraquecimento progressivo de ambas as partes.

Se a decisão da empreitada de conquistar a região algarvia foi morosa, revelando cuidado nas palavras e nos actos e inteligência na preparação por parte do herói, chegados ao Algarve, as conquistas fazem-se de uma forma fácil e veloz: os almogaves do mestre “ao primeiro lugar que chegarão” – Estômbar -, logo o tomaram, seguindo-se um outro “que he antre silves e lagos” – Alvor. A agilidade na concretização do plano, por parte das gentes do mestre, revela-se como consequência da prudência do herói na planificação do referido plano. O narrador opta pela não descrição de

¹⁷⁶“O Sangue, a Cruz e a Coroa – A Memória do Salado em Portugal” in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 2, Dep. História da F.C.S.H. – U.N.L., 1989, p. 28.

momentos de combate, no que se refere àqueles dois lugares - os cristãos entram e ganham -, contribuindo esta estratégia discursiva para, logo no início do texto, delinear o perfil do herói: um chefe militar de uma extraordinária eficácia, que planeia com rigor antes de executar, prevê dificuldades, para mais facilmente as resolver, sem nunca se desumanizar, isto é, tendo sempre em consideração os seus companheiros, em atenção aos quais, como já vimos, procurou o mercador Garcia Rodrigues.

Nas batalhas descritas - à exceção de uma, que se poderá justificar pela leviandade dos companheiros do mestre - os cristãos saem vencedores, mesmo quando as condições são adversas, o que só é possível porque associada a uma boa organização militar está a audácia do herói. Exemplo disso é o combate travado no capítulo III em que o exército muçulmano é superior ao exército cristão, não sendo, porém, essa superioridade suficiente para derrotar o mestre. Será de observar que, relativamente à composição do exército, não há, por parte do narrador, qualquer tipo de preocupação com o rigor numérico, mas também não parece que essa seja intenção do cronista, até porque não o faz em relação a nenhuma batalha, pois o que verdadeiramente interessa é, como afirma Bernardo Vasconcelos e Sousa, “marcar com nitidez a diferença entre os campos cristão e muçulmano”¹⁷⁷. Esta desproporção serve para realçar o feito dos cristãos na pessoa de D.

¹⁷⁷ *ibidem*, p. 28.

Paio, uma vez que no desenrolar da batalha vêm-lo a sobressair do resto do grupo, como se a objectiva de uma câmara o focasse só a ele:

*o mestre foi loguo dar em elles ahi a onde estavaõ e começouse entre elles
huma forte pelleya (Cap. III)*

A forma como aparece destacado do resto do grupo contribui para solidificar a imagem do herói guerreiro eficaz, que combate arduamente o infiel, mostrando a sua coragem, a sua valentia e a sua resistência, superioridade que se vê reconhecida pelo inimigo e que aparece reforçada pela forma como o mouro abandona o campo de batalha, visível no seguinte excerto:

*os moros não poderaõ sofrer os Chrisptaons e começaraõ a fugir
morreraõ muntos delles em esta pelleya e os que escaparaõ fugiraõ para
hum lugar que dizem foradoiro (Cap. III)*

O narrador coloca, assim, aos olhos do leitor, as qualidades do exército cristão na acção do seu mestre, que, embora em desvantagem, devastou o inimigo. Todo este contexto confere uma maior dimensão à vitória, que, de algum modo, estava “protegida” pela imagem da “bandeira estendida”, o

mesmo será dizer, pela cruz¹⁷⁸, símbolo da cristandade, justificando/ reafirmando o espírito de cruzada ao serviço de Deus, contra o inimigo da fé.

Como resposta a este episódio, os mouros com “grande noyo” contra-atacam (capítulo IV); não “sabendo o mestre disto parte”, os cristãos são apanhados desprevenidos. Perante esta surpresa, e não estando preparados, o “mestre e seus poucos que com elle erão” não conseguem responder positivamente. Só não perdem porque a noite “os partio por força”. Embora em perfeita desvantagem, pois estão em menor número, os cristãos não desistem e combatem “rigorosamente” um grupo que só pode ser muito numeroso, dada a forma hiperbólica como o narrador descreve a sua aparição na seguinte passagem:

o som delles era espantozo e trespassou as orelhas de quantos ali vinhaõ

(Cap. IV)

A imagem auditiva, expressa no excerto anterior, serve, aqui, para ilustrar a violência com que o inimigo se aproxima do cristão; o adjectivo “espantozo” e o verbo “trespassar” usados pelo cronista para dar conta dos efeitos produzidos nas hostes inimigas não indiciam temor, mas apenas a reacção de surpresa inicial e o mal estar físico que tal som provocava,

¹⁷⁸ Pode-se aqui recordar as palavras de Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre o valor da Cruz, nomeadamente na Batalha do Salado: “É, de facto, a Cruz que traz a vitória, é ela que devasta o campo inimigo e inculca novas e sobrenaturais forças nos defensores da cristandade”, *ibidem*, p. 31.

impressionando, sem dúvida, o leitor, e, de alguma forma servindo para valorizar ainda mais o esforço empreendido pelo mestre e os seus companheiros, que não dão mostras de receio e avançam abertamente na luta, tendo por base a força da crença numa guerra justa.

É, ainda, importante realçar a necessidade que o cronista sente de justificar o facto de o exército cristão não estar completo, ficando o leitor imediatamente a saber a razão da ausência dos restantes elementos do exército e o lugar onde se encontravam. O leitor é informado de que as hostes estavam, portanto, ao serviço do projecto:

*no monte donde hera e hora he castro marin para que alli colheçem
alguns que passam pela ribeira (Cap. IV)*

Desta forma não dá tempo ao leitor para se questionar, nem para colocar a hipótese de falha relativamente ao cumprimento do dever dos elementos da Ordem.

O mouro, conhecendo já as qualidades do chefe militar adversário, sabendo que este procuraria fortalecer o seu exército, dá por finalizada esta “pelleya”, não esperando o combate do dia seguinte, e abandona o local da batalha furtivamente, sem que os cristãos se apercebam disso, rompendo assim o que seria um compromisso tácito de guerra, interpretável como um reconhecimento de derrota, como o excerto seguinte confirma:

e ouveraõ acordo de se tornarem porque logo recearaõ a gente que ao mestre outro dia veio em ajuda e partiraõçe mui alta minhan para donde vieraõ sem saberem os crisptaons parte disto (Cap. IV)

De todas as batalhas que encontramos ao longo da narrativa são as descritas nos capítulos V e VI as que, a meu ver, adquirem uma maior dimensão simbólica. Para além de confirmarem a imagem já instituída, é nestas duas batalhas que vamos assistir e um evidenciar da ideologia que subjaz aos actos praticados pelos cristãos: a da guerra santa.

A batalha do V capítulo é provocada pela atitude imprevidente do comendador-mor e dos seus cavaleiros, quando, num momento de tréguas com os mouros, decidem ir caçar nas imediações de Tavira, mesmo tendo sido avisados pelo mestre que prevê o desfecho do episódio. Tal comportamento de desprezo pelo acordado provoca nos mouros um sentimento de despeito que os leva a “vingar-se”. Assim, os mouros surpreendem os cristãos no seu belo prazer e atacam.

O narrador, primeiramente, confere aos cristãos uma imagem de inocência relativamente ao sucedido, de alguma forma desculpabilizando-os, para logo de imediato os colocar a agir em sua própria defesa. É só quando se apercebem por que razão estão ali os mouros que os cristãos decidem defender-se, mas conscientes da sua fragilidade perante o inimigo, resolvem pedir auxílio ao mestre. Todo este contexto está criado para que o mestre entre em acção e consiga brilhar neste cenário que, pela configuração, se

avizinha penoso. Assim, à chamada dos seus, o mestre acode em auxílio sem hesitar, revelando, deste modo, para além do seu dever de mestre, um sentido de altruísmo. Esta chamada vem confirmar o receio premonitório das consequências antevistas pelo mestre perante a insistência dos seus no desejo de caçar e, ao mesmo tempo, contribui para dar testemunho do seu carácter mais prudente e avisado e também de um mais profundo conhecimento dos modos de reacção do inimigo.

A partir do momento em que o mestre chega às Antas, vamos assistir à focalização da “objectiva” apenas sobre a acção da pessoa de D. Paio, como provam as formas verbais seleccionadas pelo narrador, isolando-o do grupo na defesa dos seus. Leiamos o seguinte excerto:

e quando chegou as antas e vio os cavalleiros mortos começou com os moros mui dura pelleya e morreo tanta gente delles que ainda hoje em dia jaz alli a ossada delles e desde que os venceo seguiu ho alcance fazendo grande estrago em elles os mouros que estavaõ na villa quando o mestre por ella passou (Cap. VI)

Se observarmos o movimento do mestre, temos a seguinte sequência de acções: chegar, ver, começar a peleja, vencer, que revelam dinamismo na acção, decisão e rapidez na concretização dos actos. A eficiência desta concretização pode ainda ser observada na forma hiperbólica como o

narrador descreve os resultados da batalha conduzida por D. Paio, na expressão que passo a repetir:

morreo tanta gente delles que ainda hoje em dia jaz alli a ossada delles desde que os venceo seguio ho alcance fazendo grande estrago em elles os mouros (Cap. VI)

Como se a determinação e eficiência do mestre devessem ser avaliadas na proporção directa das mortes infligidas ao infiel. Assim, podemos considerar que o protagonismo do mestre resulta, mais uma vez, de uma estratégia discursiva por parte do narrador que, por momentos, parece querer fazer esquecer de que D. Paio não está sozinho. Utiliza, portanto, todas as formas verbais na terceira pessoa do singular, reportando a acção unicamente à figura do mestre, quando, anteriormente, nos tinha informado de que o mestre ao sair de Cacela partira acompanhado, como se confirma na seguinte passagem:

enquanto os crisptaons pelleyaraõ chegou recado ao mestre a cacella onde estava e cavalgou logo com suas gentes o mais apressadamente que pode por lles acorrer (Cap. VI)

Terminada esta batalha, o mestre dirige-se a Tavira para a tomar. A força, o poder, a qualidade guerreira deste mestre estão de tal forma

consolidadas aos olhos do inimigo que, quando este se apercebe do que se vai passar, o cronista encarrega-se de transmitir ao leitor o sentimento do mouro. O discurso do narrador denuncia o medo do inimigo e a consciência do que iria acontecer patente na reacção rápida de se resguardarem da cólera do mesmo, como podemos ler na seguinte expressão:

e mui a preça cerraraõ as portas temendoçe do que depois se seguio (Cap. VI)

A descrição da batalha referente à tomada de Tavira não parece ser relevante na estratégia do narrador e, por isso, não nos é permitido “visualizá-la”. Assim, deste confronto entre cristãos e mouros o narrador apenas informa que

entrou o mestre com elles de volta e cobrou a villa e apoderouse della (Cap. VI)

permitindo concluir que o narrador privilegia a narração rápida e despojada de pormenores dos acontecimentos a traduzir o ritmo veloz a que se sucederam.

Se observarmos o excerto, verificamos como a recorrência da copulativa “e”, interligando as orações que descrevem a acção do mestre, não só confere esse efeito rítmico, como cria a ideia de que o contínuo narrativo é o que melhor traduz a acção levada a cabo sem hiatos nem hesitações.

O narrador não descuida o engrandecimento da imagem deste herói e, para isso, basta o facto de destacar o resultado desse confronto. Fá-lo, mais uma vez, de forma hiperbólica, permitindo ao leitor recriar/imaginar a violência do confronto que, do ponto de vista da construção da imagem do herói, se tornará mais eficaz, como podemos observar:

foi estranha a mortandade que o mestre e os seos fizeraõ em os moros e também nos da villa como que morreraõ fora e não consta se o abem Fabilla moro senhor deste luguar foi em esta batalha e morreo em ella ou se ficou no luguar e o que se fez delle (Cap. VI)

A forma como aparece qualificada a mortandade – o uso do adjectivo “estranha” – atribui um carácter místico e sobrenatural aos resultados da batalha. Toda essa estranheza ganha dimensão maior quando o narrador informa que, na sequência do combate, o rei mouro é dado como misteriosamente desaparecido, o que se pode considerar representativo da forma como mouros e cristãos lutaram entre si.

Tudo concorre para garantir a dimensão sobrenatural que paira sobre a acção dos cristãos. A descrição que é feita dos acontecimentos parece ser tendenciosa em favor da ideologia da guerra santa – o cristão combate o mouro em nome de Deus, perspectiva que unifica o grupo constituído pelo comendador e os companheiros, claramente evidenciado no momento que antecede o combate pelo discurso proferido pelo comendador:

vencelloshemos com ajuda de deus athe fazer fim das nossas vidas em seu serviço (Cap. V)

e depois reiterada no discurso do mercador que perfilha esses mesmos ideais, renunciando aos bens materiais que possui:

tomai essa recova e cargas e idevos com ella que se eu viver não me mingoará alguma couza e se morrer aqui será em serviço de deus e todo esto que levais parti entre vos outros (Cap. V)

Apesar do seu estatuto de combatentes de uma guerra santa, a batalha revela-se penosa, pois os cristãos receberam

muntas feridas e asi eraõ afincados dos moros que hum não podia dar fee do que otro fazia que cada hum tinha assas que fazer em defender ho luguar (Cap. V).

O resultado revela-se dramático, uma vez que, depois de muito sofrimento

os Crisptaons postos em maior preça e desfalecendolhes a virtude e não podendo mais fazer acabaraõ alli sete sua postrimeira ventura (Cap. V)

A forma como estes sete cavaleiros foram mortos pelos mouros, como pudemos ler no excerto anterior, faz com que sejam elevados ao estatuto de mártires, isto é, daqueles que sofrendo torturas e tormentos, na defesa da fé cristã, acabam por ser vítimas de morte¹⁷⁹. Estes guerreiros cristãos que lutaram e que perderam a vida contra os mouros são definidos pela crónica como mártires que “conforme a la concépcion cristiana solo es mártir el que muere por la santificación de su fe, defendiendo a esta cum verbum Dei”¹⁸⁰. Aliás, Carlos de Ayala Martínez parece ir um pouco mais longe afirmando que: combater por la fe de Cristo, era un adecuado vehículo de santificación”¹⁸¹, que a crónica mais não faz do que confirmar:

*e fizeraõ na mesquita mor Igreja de Santa Maria e mandou o mestre
fazer hum moymento em que poz sete escudos com as vieiras do Senhor
Santlago e alli foraõ sobterrados todos seis e o mercador com elles os
nomes dos quaes saõ os que se seguem dom Pêro Pães commendador mor
Mem do Valle, Damiaõ Vaz Álvaro Gracia Estevaõ Vaz Vallerio de Ossa*

¹⁷⁹ O facto de serem enunciados os nomes dos cavaleiros que morrem, para além de projectar a memória dos mesmos e, conseqüentemente, da Ordem, acaba por conferir veracidade aos acontecimentos. Relativamente aos nomes dos intervenientes nesta batalha, Manuel López Fernández, citando López Agurleta, informa-nos da referência a este acontecimento nos Livros de “Martirilogio y Kalendas” do Convento de Uclés. Nesse livro é referido o número de cavaleiros, que coincide, e enuncia quatro dos nomes, que passo a citar: “*et occissi sunt apud Taviram pró Christi momine dommus Petrus Petri quomdam comendador de Segura, et Beltrianus Ochova, et Álvaro Garsis, et Durandus Blassi et alli tres frates*”, “Los cristianos en Tavira El Domínio Santiaguista” in *Tavira Território e Poder*, Org. C.M.Tavira e Museu Nacional de Arqueologia, Tavira, 2003, p. 174, corroborando assim o que a crónica descreve. De facto estes nomes, se não são totalmente coincidentes, assemelham-se aos da crónica, respectivamente: Pêro Pães, Vallerio de Ossa, Álvaro Garcia e Damião Vaz. Os três não referenciados são: Mem do Valle, Estevaõ Vaz, Garcia Rodrigues.

¹⁸⁰ Ron Barkai, *op. cit.*, p. 167.

¹⁸¹ *ibidem*, 1998, p. 11.

e o mercador Gracia Rodriguez cujos corpos foraõ despois tidos em grande relíquia e reuerencia e devoçaõ como a martyres que espargeraõ seo sangue por honra da fee de Jezus Christo (Cap. VI)

O martírio, forma suprema de sacrifício da própria vida, em nome da fé e da fidelidade a uma confissão religiosa – o cristianismo, neste caso – não deixa de ser mais um dos factores de exaltação da justeza da guerra santa e, se engrandece os próprios mártires que, pela provação experimentada se tornam intercessores junto de Deus, engrandece igualmente a Ordem a que pertencem e, naturalmente, o seu representante maior, o mestre. “Comandante” de mártires, tal como eles, D. Paio, dá testemunho de Deus, tanto pela sua acção heróica, como pelo reconhecimento da sagração dos seus na construção do monumento que perpetuará a memória do sacrifício. Será ainda de lembrar a vivacidade como este sacrifício aparece descrito:

[o mestre] tornou com munta gente as antas honde jaziaõ os cavalleiros mortos e com grandes zemidos e dor os tiraraõ dantre os moros que jaziaõ os corpos delles lançados no sangue com as espadas nuas (Cap. VI)

As referências que são fornecidas – os gemidos, os corpos, o sangue, as espadas – servem para conferir um carácter mais realista e, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica ao acontecimento.

As batalhas parecem ser, pois, por excelência, um espaço para a construção da imagem do herói, uma vez que permitem confirmar as suas capacidades de líder e de guerreiro. A forma como elas aparecem descritas - rápidas, eficazes e decisivas - sem grandes descrições pormenorizadas, traduzem as suas capacidades e, conseqüentemente, a facilidade de execução do projecto e em simultâneo espelham os valores ideológicos que lhe estão subjacentes e como tal assumem o carácter de testemunhos de confirmação da heroicidade da personagem que o cronista erigiu como protagonista da conquista do Algarve.

Da CCA aos textos castelhanos

A representação que a CCA faz de D. Paio não se apresenta muito diferente dos restantes textos portugueses em que a figura aparece, até mesmo porque os textos são em muito semelhantes, devido às suas possíveis relações, como já vimos na primeira parte deste trabalho.

Tendo sido D. Paio Peres Correia Mestre da Ordem de Santiago, uma Ordem que desenvolveu actividade no combate aos mouros por toda a península, será normal que a sua imagem esteja presente também em textos castelhanos que compõem a historiografia medieval¹⁸². Aliás, tal facto é mencionado logo no primeiro capítulo da CCA, como podemos comprovar na seguinte passagem:

¹⁸² Cumpre afirmar-se, desde já, que o que se segue não é de forma alguma um(a) estudo/ análise aprofundada sobre a imagem de D. Paio nos textos castelhanos medievais, à semelhança do anteriormente feito com a CCA. Para tal, este trabalho necessitaria de uma maior extensão e de mais tempo para se proceder a uma pesquisa mais exaustiva sobre todos os textos castelhanos que de alguma forma façam referência a esta figura, o que não foi possível. Assim, o que se pretende é dar a conhecer, através de uma panorâmica deveras geral, um pouco mais sobre o retrato que é atribuído a este herói. Será ainda de referir que os textos castelhanos tidos em conta, relativamente ao retrato de D. Paio foram seleccionados com base no artigo de Avallé-Arce intitulado “Crónica del maestre Pelayo Pérez Correa”, pelo facto de o autor os referir, na esteira de Derek Lomax, como possibilidade de terem sido influenciados pela desaparecida Crónica de D. Paio, que se sabe que existiu. Teremos então como objecto de estudo uma tradução castelhana, de princípios do séc. XV, da *Crónica de España* de Lucas de Tuy, o correspondente ao reinado de D. Fernando; um texto anónimo, de finais do séc. XV, intitulado *Historia de los hechos del marqués de Cádiz*; e a *Chronica de las tres Ordenes y Cauallerias de Sanctiago, Calatraua y Alcantara: en la qual se trata de su origem y successo, y notables hechos en armas de los Maestres y Caualleros de ellas: y de muchos Señores de titulo y otros Nobles que descien den de los Maestres: y de muchos otros Linages de España* de Rades y Andrada. Será de lembrar que, para além deste, outros textos fazem referência ao dito mestre, como é o exemplo da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, entre outros.

quando ellRey de Castella tomou Sevilha aos mouros segundo ho achamos escrito na coronnica de espenha era alli com elle naquelle cerquo este mestre dom payo correa trazemdo consigo muintos e bons cavalleiros da ordem de Santiago de Castella de que elle era mestre (Cap. I).

A forma como esses textos castelhanos nos revelam o empenho do mestre no combate aos mouros configura-se um pouco diferente da existente nos textos portugueses. Ressalta, todavia, o retrato de um homem que vive em função do projecto a que dá corpo.

A tradução castelhana da crónica do Bispo de Tuy¹⁸³ relata a acção deste mestre ao lado de D. Fernando na conquista de Sevilha, exaltando a sua acção bélica contra os mouros. A primeira vez que o texto se refere a D. Paio fá-lo para o apresentar, referindo-se às suas origens – “de naçion de Portugal”¹⁸⁴ –, informação que nenhum texto português chega a referir. Em forma de anotação, talvez se possa concluir que se os textos portugueses não explicitam as origens do mestre poderá ser porque os seus cronistas o consideraram como óbvio, isto é, de conhecimento geral para a época ao contrário do que acontece com a tradução castelhana que apresenta ao seu público um herói não nacional. Esta crónica apresenta o mestre, logo à partida, como um verdadeiro guerreiro empenhado numa empresa,

¹⁸³ Lucas de Tuy, *Crónica de España*, Madrid, Ed. J. Puyol y Alonso, 1926.

¹⁸⁴ Capítulo XCV, p. 432.

qualificada, pelo cronista, como “singular batalla con los moros”¹⁸⁵. O texto revela-nos um mestre muito esforçado, mostrando que “nunca dexaua folgar su cuerpo”¹⁸⁶. Esta é uma imagem que define a acção de D. Paio como um verdadeiro cavaleiro de Deus, como um guerreiro pela fé cristã, a quem importa mais o espírito do que o próprio corpo. Neste sentido, é de referir que o texto não descuida, tal como a *CCA*, a função da ordem militar na luta contra o infiel, como podemos confirmar na expressão: “don Pelayo Correa con sus caualleros de Santiago que eran vsados a las peleas de los moros”¹⁸⁷. Assim, do mestre é dado um retrato de abnegação total, de esquecimento de si (para além da demonstração de vigor físico revelado) em favor de uma ideologia: a cristã.

Curioso é o facto de D. Paio ser comparado a David, conhecido pela forma como enfrentou Golias, figura emblemática da Bíblia, que possuía uma grande habilidade guerreira utilizada no combate contra os povos que ocupavam o território que viria a constituir o estado de Israel. A associação que é feita confere, logo à partida, uma dimensão heróica ao mestre da Ordem de Santiago pela transposição de qualidades de um para outro. Se David individualmente abateu Golias, o gigante, por sua vez, D. Paio combate o inimigo, que regra geral se apresenta em maior número, valorizando, assim, ainda mais a sua acção. Desta comparação resulta, sem

¹⁸⁵ Capítulo XCV, p. 432.

¹⁸⁶ Capítulo XCV, p. 432.

¹⁸⁷ Capítulo XCVIII, p. 437.

dúvida, o engrandecimento da figura de Pelayo Correa, como é conhecido nos textos castelhanos.

Tal como na CCA, onde vimos D. Paio a cumprir lealmente o seu dever ao lado de D. Afonso III, nesta tradução castelhana da crónica de Lucas de Tuy, vamos ver o mestre a colaborar com o rei D. Fernando na conquista de Sevilha. No entanto, a relação descrita entre o mestre e o rei castelhano parece ser mais estreita, deixando o cronista transparecer um quase ascendente do mestre sobre D. Fernando, uma vez que o rei toma em consideração a opinião de D. Paio: o texto permite inferir que, se o rei decide conquistar Sevilha é na sequência de uma conversa com o mestre onde este o aconselha a tomar a cidade. É disso que fala o seguinte excerto:

E mientras que estudiese el rey con grand folgança y todo su reyno se gouernasse pacificamente, vino aquel Pelayo Correa sobredicho por que le contasse nuevas de la frontera del Andaluzia; el qual resçibio el rey y plugole con su venida. Mas, entre las otras cosas que dixo al rey, aconsejole que con su hueste cercase la çibdad de Seuilla, que era cabeça de España y en otro tiempo fuera morada de cristianos; lo qual, como oyese el rey, plugole mucho y dixole: "Por auentura, ¿piensas que la podamos tomar?" y él dixo: "Si yo, un cauallero, cadaldia lo sigo, asi que non ose salir vn moro ni entrar otro en la çibdad, ¿quánto más mi señor el rey?"; lo qual, como oyó [el rey,] dixo a sus caualleros: "Aparejados en el mes de março para tomar como más ligeramente podieremos la çibdad de Seuilla."

188

¹⁸⁸ Capítulo XCVII, p. 433.

Este pequeno excerto parece ser muito interessante no que se refere à relação que mestre e rei mantêm. Assim, esse laço reveste-se de confiança, credibilidade e respeito a ponto de ser o mestre a aconselhar o rei. No entanto, se analisarmos de uma forma mais minuciosa a atitude do mestre, percebemos que este sabe ser persuasivo, pois o argumento que utiliza na conversa que tem com o rei é magnífico: com suas palavras, apresentadas em discurso directo, o mestre acaba por, estrategicamente, desvalorizar-se – “Si yo, un cauallero, cadaldia lo sigo, asi que non ose salir vn moro ni entrar otro en la çibdad” - e enaltecer o rei – “¿quánto más mi señor el rey?”. Ou seja, o mestre apela ao orgulho do rei e persuade-o a fazer algo que ele nem tinha em mente, pois este rei encontrava-se em “grand folgança y todo su reyno se gouernasse pacificamente”. Só depois da conversa que mantêm é que o monarca se decide a conquistar Sevilha, respondendo, pela acção imediata, ao “desafio” de Pelayo Correa.

Situação idêntica, encontramos na crónica de Rades y Andrada. Mas, desta vez, a cidade a ser tomada é “Iaen”¹⁸⁹. O conselho de guerra que antecede a conquista de Sevilha, e que também é referido pela crónica das três ordens, é descrito de forma diferente. Nesta, D. Paio não assume o mesmo protagonismo conferido pela crónica anterior. Embora nós saibamos que, pelo seu cargo, fizesse parte desse conselho, ele aparece, aos olhos do

¹⁸⁹ Será de referir que na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, também se reúne conselho para se decidir que cidade se deveria conquistar, e é D. Paio que aconselha o rei D. Fernando a conquistar “Geen”, ao qual o rei acede de imediato. Capítulo DCCCXVI, pp. 436-437.

leitor, diluído num conjunto de outros elementos, como podemos observar na seguinte passagem:

Estuuu el Rey en Iaen ocho meses, haziendo fortalecer y poblar la Ciudad: y despues por consejo de los Maestres de Sanctiago y Calatraua, y de otros Ricos hombres diestros en las cosas de la guerra, fue con su Exercito a poner cerco a la Ciudad de Seuilla, partiendo de Iaen con gente muy escogida de las Ciudades y Villas de sus Reynos, y con los Caualleros de las Ordenes militares¹⁹⁰

Verificamos que o mestre Pelayo é-nos apresentado como alguém que possui sensatez e uma imagem bastante engrandecida e de verdadeira força guerreira. Força essa que o inimigo se viu obrigado a temer e a respeitar. De forma a percebermos o medo dos castelhanos face a D. Paio, leiamos o seguinte excerto:

Despues vino entre ellos aquel noble cauallero Pelayo Correa con la caualleria de Santiago haziendo grandes estragos de moros y hiriendo cruelmente por mitad de las hazes de acá y de allá, asi como vn fuerte leon, a unos matando, a otros derrocando, a outros empuxando, llamando varonilmente a Dios en su ayuda y a Sanctiago, animando a los christianos a la batalla, porque auia de derribar este dia, con la ayuda de

¹⁹⁰ *Chronica de las tres Ordenes y Cauallerias de Sanctiago, Calatraua y Alcantara: en la qual se trata de su orígem y successo, y notables hechos en armas de los Maestres y Caualleros de ellas: y de muchos Señores de titulo y otros Nobles que descíenden de los Maestres: y de muchos otros Linages de España*, Toledo, Casa de Juan de Ayala, 1572, cap. 24.

*Dios, a los moros. Tanta era su animosidad y deseo de se encruelçer a los moros, que ninguna cosa temia, ante los moros, asi lo temian, que ninguno se osaua parar antél*¹⁹¹

O pequeno excerto traduz uma imagem muito dinâmica da acção deste mestre que defende o seu território do poder do inimigo de uma forma corajosa, mostrando-se vigoroso e valente nos actos que empreende contra os mouros. Perante atitudes tão determinadas, ao mouro mais não resta do que temer este herói. A forma como o texto descreve a acção de D. Paio, comparando-o a um leão, revela a crueldade e a ferocidade com que enfrenta o inimigo: tal como animal que devora a sua presa.

As suas atitudes guerreiras, plenamente justificadas pelo projecto da guerra santa, a fama de terror que inspirava os inimigos enraizaram de tal maneira o medo relativamente ao seu nome, que esse sentimento já não se limita aos adultos; a figura de D. Paio era também conhecida das crianças. A sua imagem era de tal forma aterrorizadora que funcionava como o “papão”, figura tradicional do imaginário infantil, com a qual os adultos, pelo medo, pretendem dissuadir certos comportamentos nas crianças. Comprovemos o que se diz através da seguinte passagem:

¹⁹¹ Capítulo XCVIII, p. 438.

*y tanto era con ellos temor de Pelayo Correa, que esos moros a sus hijos quando llorauan y a los muchachos los amansauan diziendo: "Guarte de pelayo Correa", y como los moços estas palabras oyan, no lo llorauan más*¹⁹².

Esta imagem aplicada ao mundo infantil demonstra como D. Paio seria uma figura muito popular, revelando o seu poder sobre toda a comunidade mourisca, para a qual a sua presença constituía uma visão medonha, ameaçadora.

O texto intitulado *Historia de los hechos del marqués de Cádiz*, a determinada altura, possui uma passagem que relata um episódio protagonizado pelo mestre de Santiago. O acontecimento descrito refere-se à intervenção de D. Paio num milagre de Santa Maria¹⁹³, como podemos ler em seguida:

Otrosy no es de dejar en olvido el bienaventurado maestro de Santiago Peláez Correa, que tanto floreció favoreciendo la fe de Jesucristo, que yendo un día en pos de los moros con muy poca gente, e los moros eran gran número de ellos de caballo e de pie, e como él se fallase ya puesto encima de la sierra de Santa María de Tudía, e viese tan gran morería, e como el día

¹⁹² Capítulo XCVIII, p. 438.

¹⁹³ Serão de considerar aqui as palavras de Avalor-Arce relativamente à credibilidade deste episódio. O autor afirma que esta terá sido uma "invención piadosa del cronista anónimo, o que él recoge de una tradición formada con posterioridad a la muerte del maestro", *op. cit.*, 1974, p. 19, baseando-se no facto de nem a *Crónica general* no reinado de D. Afonso X, nem *As Cantigas de Santa Maria*, autoria deste rei, mencionarem o referido milagre. Avalor-Arce supõe que se trata de um modelo literário e faz algumas considerações sobre a sua origem. Cf. *op. cit.*, 1974, pp. 19-26.

fuese ya passada la mayor parte dél, que ya era tarde, e su gana era grande de pelear con los moros, e como él era devoto de Nuestra Señora la Virgen María, él se apartó un poco de sus caballeros, e puso las rodillas en tierra junto con una peña blanca que parecía cristal, e con muchas lágrimas fizo una muy devota oración, los ojos y manos levantados contra el cielo, e dijo: «!Oh Señora Virgen María, por reverencia y acatamiento de tu limpieza y Santísima Virginidad, detén hoy este día y danos vencimiento contra estos enemigos, porque el nombre de Jesucristo por todas las generaciones del mundo sea loado!» E la oración acabada, según cuenta su crónica, el sol estobo quedo tres horas e media, y luego el maestro se vino a sus caballeros, muy alegremente, e comenzólos mucho a esforzar, e díxoles: «Ea, caballeros, que hoy es nuestro día». E todos con grande alegría se fueron contra los moros, peleando muy bravamente, e venció toda la morería, e siguiendo el alcance, mató infinitos de ellos.¹⁹⁴

Mais uma vez, como também a CCA nos tinha habituado, estamos perante uma situação bélica em que os cristãos se apresentam em menor número do que os mouros o que à partida pareceria ser factor de previsibilidade do desfecho do combate ou, pelo menos, razão da maior dificuldade que se apresentava aos cristãos. Essa dificuldade é agravada pelo facto de já ter passado mais de metade do dia, o que naturalmente reduz as condições para a continuação da realização do confronto. No entanto, o desejo que o mestre tinha de combater com os mouros era de tal forma grandioso, que ele canaliza essa “força” para o pedido que, como devoto que

¹⁹⁴ *Historia de los hechos del marqués de Cádiz*, pp. 149-150, extraído de A Valle Arce, 1974, pp. 14/15, embora este excerto já tenha sido reproduzido na página 25/26 deste trabalho, considereei que devia repeti-lo, não apenas dada a distância a que se encontra a presente página, como pelos diferentes objetivos.

era, faz à Virgem, apelando à sua intercessão para que a vitória sobre o muçulmano se concretizasse apesar da força desigual dos exércitos em confronto. O pedido que faz acaba por se considerar perfeitamente legítimo, pela forma como D. Paio argumenta, pois coloca a justificação na alusão que, indirectamente faz à guerra santa: “Santísima Virginidad, detén hoy este día y danos vencimiento contra estos enemigos, porque el nombre de Jesucristo por todas las generaciones del mundo sea loado”. Os cristãos têm consigo a força da razão que a fé lhes dá, e essa força sobrepor-se-á à do inimigo que tendo, embora, a força numérica não lhe assiste a razão que só o cristianismo tem. O cronista confere vivacidade e realismo ao acto, recorrendo ao uso do discurso directo. Assim que termina a oração o milagre acontece; e outro desfecho não seria de esperar: a graça é concedida àquele que fez da sua vida um combate por Cristo. Mas, o pedido que é feito à Virgem não retira mérito à acção de D. Paio, até porque, como já vimos, encontrando-se o exército em desvantagem, o simples facto de lhe ser concedido mais tempo já seria o suficiente para desempenhar a sua função, cuja motivação mais profunda era favorecer a fé de Cristo.

Neste excerto revela-se mais uma das faces do retrato de D. Paio. Já conhecíamos o guerreiro, agora, o “bienaventurado”.

O mestre de Santiago, assim designado pelo cronista, ascende a uma categoria que já não é a do simples mortal. Como sabemos, bem-aventurado é, na terminologia da teologia cristã, aquele que goza do privilégio de poder desfrutar nesta e/ou na outra vida das bem-aventuranças divinas, que vive

um estado próximo da santidade. Com ele está a graça divina. D. Paio adquire, deste modo, uma dimensão espiritual que falta nos outros textos. O herói guerreiro é agora também o beato, o quase santo, interlocutor privilegiado da Virgem Maria por intermédio de quem, Jesus Cristo, em cujo nome combate, concede a graça pedida. O altivo cavaleiro, o guerreiro temido pelos homens, está agora face à Virgem invocada, de “rodillas en tierra” e “com muchas lágrimas”.

Uma Cantiga de Escárnio

Na sequência do trabalho que vem sendo desenvolvido sobre a imagem do mestre da Ordem de Santiago de Castela, D. Paio Peres Correia, considero de todo o interesse a apresentação de uma cantiga de escárnio acerca de um “Paio de maas artes”, que, pela sua curta dimensão, passo a transcrever:

Chegou Paio de maas artes
 con seu cerame de Chartes;
 e non leeu el nas partes
 que chegasse a ùu mês,
 e do lûes ao martes
 foi comendador d’ Ocrês.

[E] semelha-me busnardo,
 viind’ en seu ceramen pardo;
 e, u non ouv’ esse reguardo
 en nẽ un dos dez e três,
 log’ ouve mant’ e tabardo
 e foi comendador d’ Ocrês.

E chegou per ùa strada,
 descalço, gran madurgada,
 u se non catavan nada
 d’ ùu om’ atan rafez:
 cobrou manto com espada
 e foi comendador d’ Ocrês.

*Pero Meéndez da Fonseca*¹⁹⁵

¹⁹⁵ Texto transcrito de Manuel Rodrigues Lapa, *Cantigas d’ Escarnho e de Maldizer – dos cancioneros medievais galego-portugueses*, 3ª ed., Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1995, p. 255.

António Resende de Oliveira mostra-se um pouco renitente no que se refere à possível identificação da personagem descrita com D. Paio Peres Correia, uma vez que as escassas informações existentes sobre o trovador não permitem fazer afirmações fundamentadas. De facto, sobre Pero Meéndez da Fonseca sabemos que foi um trovador que “terá vivido na segunda metade do séc. XIII, período em que frequentou a corte portuguesa, embora sejam ainda incertos os limites cronológicos da sua actividade como trovador”¹⁹⁶. Sabe-se ainda que, enquanto exercitador da actividade, “encontramo-lo pela primeira vez em 1275, testemunhando um documento do mosteiro da Pendorada”¹⁹⁷. Sabendo-se que D. Paio Peres Correia morreu em 1275, data em que termina o seu mestrado, pelo menos, nesta altura, este trovador já teria de exercer a sua função, pois a cantiga “tuvo que haber sido escrita en vida de este último [mestre], pues si no perdería su objectivo primordial: el de herirlo en su amor próprio.”¹⁹⁸ São, portanto, questões cronológicas que dificultam a identificação de D. Paio com a figura da cantiga, pois o mestre exerce as suas funções na ordem – de comendador: entre 1241-1242, de mestre: entre 1242-1275.

Porém, o facto de apenas em 1275 o seu nome figurar no citado documento não parece ser factor de desvalorização total da hipótese de

¹⁹⁶ *Depois do Espectáculo Trovadoresco*, Lisboa, Ed. Colibri, 1994, p. 422.

¹⁹⁷ Resende de Oliveira, *ibidem*, 1994, p. 422.

¹⁹⁸ Elisa María Ferreira Priegue, “Chegou Paio de maas artes...” *Cuadernos de Estudos Gallegos*, tomo xxxi, nº 93, Santiago, 1978-1980, pp. 366-367.

identificação do mestre D. Paio Peres Correia com a personagem satirizada. Pero Meéndez da Fonseca poderia, nesta data, já exercer, em pleno, a sua actividade de trovador, não havendo efectivamente, dados que provem o contrário. Mas também não existem quaisquer informações¹⁹⁹ sobre a sua data de nascimento, o que não permite tirar quaisquer conclusões quanto à idade que teria em 1275. Por isso, será ainda de colocar a hipótese de, por detrás da realização desta cantiga, estar um efeito retrospectivo, quer relativamente à figura de D. Paio quer à forma como a Ordem actuou no que se refere “a su elevación a la encomienda como al «descuido» que hizo a un tipo tan indesable como «Correia» llegar a donde llegó”²⁰⁰. Sendo tudo conjecturas, não parece despropositado aceitar tal identificação, visto que outros dados revelam coincidências que não serão de desprezar.

Com efeito, e segundo as palavras de Elisa Priegue, a correspondência parece ser possível, pois, de entre todos os comendadores de Uclés e os Mestres da Ordem de Santiago “el único de ese nombre que aparece ocupando ambos cargos es D. Pelayo Pérez Correa” considerado o “más famoso y discutido de sus Maestres [da Ordem], que ejerció su prolongado mandato en los reinados de Fernando III y Alfonso X”²⁰¹, por ter subido de forma muito rápida dentro da Ordem de Santiago.

¹⁹⁹ Pelo menos os documentos que constituíram a pesquisa revelaram-se omissos relativamente a essa informação.

²⁰⁰ Elisa Maria Ferreira Priegue, *ibidem*, 1978-1980, p. 366.

²⁰¹ Elisa Maria Ferreira Priegue, *ibidem*, 1978-1980, p. 362.

Daí entender-se que este texto merece o espaço que lhe será dedicado, pois, de alguma forma, vem trazer uma imagem deste mestre bem diferente daquela a que este trabalho nos tem vindo a habituar. Até este momento deparámos com a imagem de um herói, com qualidades humanas e guerreiras, muito bem relacionado com as figuras régias, fazedor de milagres, e, agora, somos confrontados com uma imagem negativa de alguém que se revela hipócrita, ambicioso, ridículo e até com um aspecto de tonto. Parece que temos, portanto, duas imagens bastante distintas de uma mesma figura, constituindo este último texto o reverso de uma medalha que até então se revelou indubitavelmente grandiosa.

De entre os géneros que compõem a lírica galego-portuguesa, as Cantigas de Escárnio e Maldizer são aquelas que de algum modo se parecem aproximar mais da realidade da época. No entanto, por ser um exercício literário, não devemos esquecer que a representação oferecida poderá não corresponder totalmente à realidade. Devemos, então, entendê-la como “distorcida, manipulada, condicionada por mil factores literários e extralinguísticos do mundo de que [fala], ou melhor, que [interpreta] através do espelho deformante de estereótipos culturais”²⁰², mas que, sem qualquer dúvida, se encontra enraizada no húmus social de um dado contexto. E, por isso mesmo, não podemos esquecer que essa correlação com a realidade terá de existir, porque, embora as injúrias se apresentem de forma hiperbólica,

²⁰² Giulia Lanciani e Guiseppe Tavani, *A Cantiga de Escárnio e Maldizer*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 33.

característica deste tipo de texto, elas têm forçosamente alguma correspondência com dados factuais encaixados no ambiente dos seus intervenientes. Assim, será com todo o cuidado que observaremos este texto, tentando perceber, a partir da representação oferecida, quem seria verdadeiramente D. Paio, a aceitar-se a sua identificação com o “Paio de maas artes” da cantiga, ou que causa estará por detrás deste exercício literário²⁰³.

²⁰³ Relativamente às causas que estarão na origem desta composição poética, muito não se poderá dizer, uma vez que as informações de que dispomos sobre o trovador são efectivamente escassas, e também porque essa me parece ser uma questão que foge ao âmbito deste trabalho. Contudo, conhecendo o contexto de génese do texto, bem como as suas características, poder-se-á supor que por de trás do mesmo poderão estar razões ou pessoais ou políticas. Pero Meéndez da Fonseca deveria ser alguém que estaria, directa ou indirectamente, ligado à Ordem. António Resende de Oliveira afirma que “O trovador devia conhecer bem o meio satirizado porquanto, segundo o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, seu filho Gonçalo Peres foi freire da mesma Ordem.”, “Pero Mendiz da Fonseca” *in* *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 549. Será, então, que os laços familiares que unem o trovador à Ordem estão na base da origem da cantiga? Ou, por outro lado, será que a origem da cantiga se poderá justificar pela razão de Pero Meéndez da Fonseca ser português e pretender criticar o facto de esta ser uma Ordem peninsular que se encontrava a prestar vassalagem ao domínio Castelhana?

“Chegou Paio de maas artes”

A figura a que a cantiga se refere é apresentada logo no primeiro verso de uma forma terminantemente expressiva: “Chegou Paio de maas artes”, pois é pela presença da primeira palavra – verbo chegar²⁰⁴ – que ficamos a saber que é alguém que viaja, isto é, que vem de algum lugar ou que a deslocação é um processo culminado neste momento que lhe garantirá atingir um fim, eventualmente o fim que se propôs a si mesmo como o desígnio da sua vida. O acto em si acaba por ser enfatizado, dado que a posição da forma verbal se encontra invertida relativamente ao sujeito que pratica a acção descrita. Após o verbo, é identificado o agente da acção (“Paio”) seguido de um complemento determinativo (“de maas artes”), que vem especificar uma característica desta figura. Segundo o dicionário etimológico “artes” significa talento, saber, habilidade, quer em sentido geral quer em sentido moral, mas também engano, malícia. “Artes”, repita-se, aparece qualificado pelo adjectivo mau (“maas”) que significa também “maldoso”, “astuto”.

Assim, a figura que nos é apresentada parece ser, desde logo, a de alguém que possui malícia, que tem a habilidade de enganar e que chega

²⁰⁴ De algum modo, o significado lexical do verbo chegar comporta um valor aspectual e enquadra-se naquilo a que Fátima Oliveira chama evento télico, isto é, tendendo para um fim. in M. Helena Mira Mateus, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003, p. 134.

para, de forma talentosa e também com astúcia, desenvolver arditamente o seu mister.

“Maas Artes” é também complemento determinativo do nome de uma personagem folclórica: Pedro das Malas Artes, a quem é atribuída uma “imagen de tretero y burlador”²⁰⁵ ou, ainda, dependendo da área geográfica, essa mesma imagem poder-se-á converter “en la mezcla de astuto y bobo”²⁰⁶. Este Pedro de Malasartes apresenta assim a imagem de alguém “bafejado” pela tolice que “serve apenas de gaúdio à gente de sua terra ou das terras por onde passa”²⁰⁷. Tal como Pedro, também Paio é viajante. Reiterando, ainda, a semelhança entre as características destas duas figuras temos ainda a presença do termo “busnardo”²⁰⁸, no primeiro verso da segunda cbla, qualificando Paio por aquilo que aparenta ser – um idiota.

Ao existir a associação entre a figura dos contos tradicionais e a imagem deste Paio da cantiga, o trovador estará a reportar para o segundo as características do primeiro, ou seja, leva-nos a inferir que Paio será alguém que se quer ridicularizado pelos actos que desempenhou, tal como Pedro. Poder-se-á considerar esta uma estratégia eficaz, pois sendo uma figura dos contos tradicionais era, certamente, conhecida do grande público da época²⁰⁹.

²⁰⁵ Isabel Rodriguez Garcia, “Cuentos de Pedro Malasartes en el Brasil” *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, Madrid, Instituto de Filología, 1985, p. 241.

²⁰⁶ Isabel Rodriguez Garcia, *ibidem*, p. 241.

²⁰⁷ José Leite de Vasconcelos, *Contos populares e lendas*, vol. II, Coimbra: Acta Universitaris Conimbricensis, 1969, in Isabel Rodriguez Garcia, *op. cit.*, 1985, p. 241.

²⁰⁸ Rodrigues Lapa informa que a forma “busnardo” aparece no onomástico latino medieval (*Livro das Kalendas*, pág. 73) e tem o significado de “idiota”.

²⁰⁹ Testemunho dessa divulgação será o facto de os contos de Pedro Malas Artes constituírem só por si “el ciclo «O Pedro das Malas Artes», recopilados por Leite

Sobre esta peculiar figura, referida na cantiga, é dito que surge coberto por um “cerame de Chartes”, ou “ceramen” (como podemos encontrar no verso oitavo), que designa uma peça de vestuário equivalente a “uma capa de resguardo, simples, duradoira e relativamente barata”²¹⁰, usada pelas pessoas consideradas pouco abastadas e humildes. Parece que, quanto ao significado de Chartes, os autores se têm dividido. Carolina Michaëlis considera que a cantiga se refere a um tipo de tecido – “pano de Chartes”²¹¹ –, por outro lado, Rodrigues Lapa, nas anotações que faz ao texto, afirma que pode indicar o tecido e a cidade: “o homem viria mesmo de Chartes, onde se formara, e trazia, naturalmente, uma capa da terra francesa”²¹². Relativamente à afirmação de Carolina Michaëlis – identificar *Chartes* com um tipo de tecido – também em nenhum dicionário, geral ou etimológico, se configura tal referência. A propósito do termo, posteriormente a Lapa, já Elisa Priegue informou que o “cerame de Chartes” seria “una prenda bastante en boga hacia los años 40 del siglo XIII”²¹³, pois a expressão aparece num testamento que data do ano de 1241²¹⁴.

Vasconcelos, editados y clasificados por Paulo C. Soromenho en su obra póstuma *Contos populares e lendas*, in Isabel Rodriguez Garcia, *op. cit.*, p. 241.

²¹⁰ Carolina Michaëlis, “Fragmentos Etymologicos” *Revista Lusitana*, nº III, 1887, p. 142.

²¹¹ Carolina Michaëlis, *ibidem*, 1887, p. 142.

²¹² Rodrigues Lapa, *op. cit.*, p. 255. Considero que, identificando esta figura com D. Paio Peres Correia, esta possibilidade apontada por Rodrigues Lapa não parece ser muito credível, pois das pesquisas a que procedi, e que compõem a bibliografia deste trabalho, nunca recolhi qualquer informação sobre que alguma vez D. Paio Peres Correia tivesse estado em França.

²¹³ Elisa Priegue, *op. cit.*, 1978-1980, p. 361.

²¹⁴ «ad Horam Bonam unum zurame de Chartes», Elisa Priegue, *op. cit.*, 1978-1980, p. 361-362.

Sendo normal um cavaleiro de uma ordem possuir esta peça de vestuário, penso que a intenção do trovador ao utilizar o termo “Chartes” aplicado a “cerame” será o de, mais do que identificar a posse da indumentária, realçar o seu significado metafórico, isto é, quem possui um manto encontra-se protegido, mas também disfarçado e escondido, e tendo como especificador *Chartes*, então encontrar-se-ia protegido com privilégios uma vez que *charte(s)*, apesar da presença da maiúscula no texto fazer pensar sobretudo tratar-se do topónimo, significa um “ancien titre concédant des franchises, des privilèges”²¹⁵. E, a mesma palavra também pode significar “règle”²¹⁶, o que é possível de ser entendido como estar Paio protegido pelas regras ou normas, isto é, pela “lei” da instituição a que pertencia.

Este mesmo “cerame” volta a aparecer na segunda cobla, mas desta vez com uma outra caracterização: “pardo”, adjectivo que se pode interpretar como a cor do manto, uma cor que varia entre duas outras definidas, eventualmente o preto e o branco, mas esta não definida. Poder-se-á, ainda, entender como uma alusão metonímica ao carácter de quem o enverga, ou seja, alguém cujos comportamentos não permitem definir com clareza, ressaltando da personagem uma imagem dúbia. Não será, igualmente, inocente a altura do dia em que o trovador o faz chegar: “gran madrugada”. Pode-se entender a utilização deste vocábulo como um reforço da ideia anterior, uma vez que grande madrugada é expressão sinónima de

²¹⁵ *Petit Larousse Illustré* 1986, Librairie Larousse, Paris, 1980.

²¹⁶ *Thesaurus Larousse – des idées aux mots, des mots aux idées*, 2^o édition, Larousse, Paris, 1992.

amanhecer: momento em que ainda não é dia, mas também já não é noite, altura em que a luz do sol se confunde com o escuro da noite, não permitindo uma visibilidade definida. Por outro lado, constituindo o começo do dia, e num sentido figurativo, pode-se entender este chegar de madrugada como o início da(s) actividade(s) de D. Paio ao serviço da Ordem de Santiago ao longo de toda a sua vida, pois, sabemos, como já vimos, que o ocaso da sua vida só chegará quando este deixa de exercer o cargo de mestre da dita Ordem apenas em 1275, ano em que morreu.

No seguimento da forma como a figura é descrita, é-nos permitido verificar que a capacidade de dissimulação deste Paio se revela ser muito eficaz. De tal forma que, aparentemente, parece ter conseguido iludir o conselho d' Os Treze - "os dez e três" a que a cantiga alude. Poder-se-á entender tal comportamento como uma grande "façanha" por parte da figura de Paio, uma vez que o já referido conselho era um "órgão governativo"²¹⁷ da Ordem e dada a responsabilidade de que estava incumbido, na sua composição estavam certamente cavaleiros considerados experientes e avisados, porque "tinham a responsabilidade directa da eleição do Mestre e, simultaneamente, da sua demissão"²¹⁸.

A alusão que, no terceiro verso da segunda cobla - "e, u non ouv' esse reguardo" -, é feita à forma como este conselho agiu demonstra como a dissimulação de Paio foi tão forte que o conseguiu enganar, tomando-o por

²¹⁷ Isabel Barbosa, *ibidem*, 1989, p. 144.

²¹⁸ Isabel Barbosa, *ibidem*, 1989, p. 144.

aquilo que parecia ser, sem que tivesse havido, repito, “esse reguardo”, isto é, o cuidado, a atenção inerente à decisão do próprio conselho em avaliar o verdadeiro carácter da figura. Aproveitando-se dessa situação ele “log’ ouve mant’ e tabardo”.

É ainda de observar que na estrutura desta segunda cobra, mais especificamente, do terceiro e quinto versos, possui significado particular na medida em que faz supor uma rápida sucessão de acontecimentos relativamente às duas situações descritas. Isto é, os dois referentes temporais “u” (aceitando a interpretação de Rodrigues Lapa, ele é entendido como quando) e “log’ ” exprimem não só a ideia de sequência, como também a de causa e consequência imediatas, respectivamente. Ou seja, à falta de “reguardo” do conselho segue-se, como consequência, o imediato aproveitamento por parte da figura que logo troca o seu “cerame” pelo “mant’ e tabardo”. Considero a referência ao “tabardo” que, embora constituindo um sinónimo de manto, se encontra num estatuto superior ao “cerame”, tendo a função de reforçar a imagem de ambição desta figura: o manto humilde e “plebeu” é trocado quase sem transição, tal foi a rapidez, pelo tabardo senhoril²¹⁹. Desta forma, parece que na origem da celeridade com que decorrem os acontecimentos encontramos dois factores, por um lado a ambição de Paio, que mesmo sem estar preparado ocupa o cargo; por outro, o facto de o conselho não se ter precavido relativamente à pessoa em

²¹⁹ Cf. Carolina Michaëlis, *op. cit.*, p. 142.

questão, pois não cuidou de olhar ao “ser”, mas sim àquilo que Paio parecia ser.

Este cavaleiro que chega, julga-se que à Ordem, depressa atinge o estatuto de comendador de Uclés como já se viu. A forma da sua ascensão dentro da instituição parece constituir um dos motivos maiores do acto escarecedor do trovador. Essa rápida promoção parece despertar no trovador um sentimento de tal maneira feroz, que a forma que encontra para o demonstrar traduz-se numa hipérbole, dizendo, como se isso fosse possível, que atinge o cargo de “um dia para o outro”, como se pode ler no presente verso: “e do lūes ao martes”. Ora, a velocidade a que se dá a ascensão desta figura é tal que não lhe permite ter tempo para se preparar em função do papel a desempenhar. Esta ideia aparece exposta nos versos três e quatro da primeira cobla que passo a transcrever:

*e non leeu el nas partes
que chegasse a iūu mês*

Para se ser comendador era necessário cumprir deveres exigentes de ordem administrativa, militar e espiritual²²⁰ a requererem, por parte de quem

²²⁰ Segundo Isabel Barbosa, os comendadores eram obrigados a cumprir os seguintes deveres: administrativamente: “seriam obrigados a vigiar o estado dos bens de que fossem responsáveis, arrendando-os, aforando-os ou emprazando-os, quando para tal estivessem autorizados pelo capítulo e desde que não os pudessem trabalhar directamente; deveriam evitar a alienação dos bens; ordenariam a elaboração de um tomo onde seriam registados testamentos, demarcações, delimitações e heranças; zelariam pela entrega dos dízimos; manteriam boas relações com os vassallos, não abusando dos seus direitos sobre eles; reparariam tudo o que tivessem de reparar”, militarmente deveriam “manter junto deles o número de homens armados que a Ordem lhes estipulava; obedecer à chamada do Mestre para a guerra e segui-lo, ou ao comendador-mor, em combate”, no âmbito da religião

fosse desempenhar tal cargo, uma preparação prévia e, seguramente, posterior amadurecimento que aqui não se verifica. Através da forma verbal “leeu” adverbializada pela partícula negativa “non” infere-se que este indivíduo não terá tido tempo suficiente para aprender/ apreender nem para examinar com profundidade o conteúdo normativo e prático que compõe os princípios que regulam a instituição, desde a sua chegada até ocupar o lugar. Assim, depreende-se que quem assumisse a comenda necessitaria inevitavelmente de proceder a uma interiorização de todos os referidos deveres.

Logo, a rapidez do processo, assim denunciada pelo trovador, indicia mais do que tudo, a desmesura da ambição deste Paio que desta forma galga os degraus da hierarquia. Sabemos que D. Paio Peres Correia apenas desempenhou o cargo de Comendador de Uclés durante aproximadamente um ano – de 1241 a 1242 –, por isso não será completamente despropositado ver na ocupação deste cargo uma “estratégia [de] aproximação da dignidade mestral, já que esta era, nalguns casos, precedida pela comendadoria de Uclés”²²¹, como, efectivamente, se veio a verificar.

A última cobla da cantiga vem reforçar o retrato esboçado já nas duas anteriores. A completar essa aparência humilde já observada, temos agora o

deveriam “cumprir a Regra, tê-la e conhecê-la bem; rezar as Horas, as orações estabelecidas, receber os sacramentos e ouvir missa diariamente, se possível; cumprir fielmente os votos; usar o vestuário que a Regra determinava; obedecer ao Mestre e aos Capítulos” in *A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média (normativa e prática)*, 1989, pp. 149-150.

²²¹ Mário Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, Tese de Mestrado (policopiada) Porto, 1991, p. 74

facto de este Paio se apresentar “descalço”, o que lhe confere uma dimensão de pobreza e/ou de desapego de qualquer bem material. No entanto, deste “om’ atan rafez” de quem nada se esperava, afinal acaba por revelar uma vontade de ascender na Ordem assente numa bem gizada estratégia de ambição pessoal como denuncia o último verso da cantiga: “cobrou manto con espada”.

Numa perspectiva mais geral, verificamos que a estrutura da cantiga apresenta argumentos, que correspondem aos quatro primeiros versos de cada cobla, e conseqüentemente um facto real, que é expresso pelo refrão. Contudo, esses argumentos apontam em desfavor deste “Paio de maas artes”, traduzindo uma imagem hipócrita, astuta e ambiciosa, sendo que, no entanto, apesar deste perfil, fortemente negativo, esse mesmo facto acaba por concretizar-se: “e foi comendador d’ Ocrês”.

O trovador pretende, de alguma maneira, denunciar esta situação, pois parece que, afinal, este Paio não reuniria as condições necessárias para desempenhar o referido cargo. Provavelmente, usou como estratégia, para mais facilmente atingir os seus objectivos, a aparência humilde, despojada de quaisquer interesses materiais para depois, assim, que surge a oportunidade, substituir essa mesma aparência de simplicidade pelo(a) “desempenho”/usurpação de poder. A forma verbal “cobrou” recebe, neste último verso, o sentido de exigir, que, em certo sentido, a palavra espada reforça, ou não seja esta um símbolo de “estado militar e da sua virtude, a

bravura, bem como da sua função, o poder “²²². Revela-se, então, este perfil, assim delineado, desmedidamente ambicioso, tendo-se manifestado quer a nível peninsular, a propósito das campanhas contra os mouros, quer a nível de outros domínios europeus. Exemplificando o que é dito temos as palavras de Elisa Priegue, que relembra que D. Paio “[p]retendió en varias ocasiones jugar fuerte – y por su cuenta – en la política internacional, y el rey Fernando le tuvo que llamar al orden cuando intentaba aliarse con Balduino de Constantinopla para ir a defender el Imperio Latino, o intervenir en los asuntos italianos contra el emperador Federico II”²²³.

A representação que obtivemos desta personagem histórica, através deste texto, vem talvez chocar com aquela que está institucionalizada, e a que temos sido habituados, relativamente a D. Paio Peres Correia. No entanto, não parece estar completamente longe da realidade dos factos, uma vez que se conhece documentação ilustrativa desta faceta de D. Paio, pois como afirma Elisa Priegue, “[I]a documentación de Uclés registra sus continuas rencillas”²²⁴. Afinal, dentro da Ordem de Santiago não terá sido aquela personagem tão benquista como se poderia crer. Segundo as palavras da mesma autora “[d]entro de la Orden no le faltaron conflictos. Parece que era un hombre de carácter violento y caprichoso, que intentó gobernar autocráticamente recortando las atribuciones de los comendadores mayores,

²²² Alain Gheerbrant e Jean Chevalier, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994.

²²³ Elisa Priegue, *op. cit.*, 1978-1980, p. 365.

²²⁴ Elisa Priegue, *op. cit.*, 1978-1980, p. 365.

y que muchas veces actuó arbitrariamente contra los propios estatutos de la Orden, apoyado al parecer por una pequeña camarilla de adeptos”²²⁵. Apesar de todos os problemas que o seu desempenho parece “acarretar” dentro da ordem, não prescinde do cargo, e luta ferozmente por mantê-lo, pois, sabe-se que, o mesmo conselho d’Os Treze a que a cantiga alude, reuniu para nomeá-lo como mestre, voltou a reunir, por duas vezes, para destitui-lo desse mesmo cargo, não obtendo, no entanto, os resultados desejados.

²²⁵ Elisa Priegue, *op. cit.*, 1978-1980, p. 365.

Conclusão

No que se refere à primeira parte do trabalho, lamentavelmente, este não dá qualquer resposta relativamente à relação que hipoteticamente existirá entre a CCA e a C1419, por razões já anteriormente anotadas. Fica a esperança de que investigações futuras possam fazer uma luz sobre a questão. O problema do desconhecimento do autor, apesar de o documento não oferecer essa informação, no fundo, talvez possa ser encarado de uma forma natural, pois o anonimato era algo característico da Idade Média, conferindo-se mais importância ao acto de escrever do que, propriamente, ao sujeito da escrita. No que se refere à datação, também não se consegue precisar a data da sua produção, no entanto, e com base na análise que compõe a segunda parte deste trabalho, considero que a partir do mesmo se corroboram as teses de Luís Krus e Avalor-Arce de que, pela acção do mestre, se está a prestigiar a Ordem Militar de Santiago, num período em que se vivia um verdadeiro louvor cruzadístico originado pelo sucesso da vitória da Batalha do Salado.

Apesar do pouco que a parte respeitante à revisão da bibliografia sobre a CCA pode trazer para as questões enunciadas, considero que esse mesmo momento do trabalho vale pelo facto de permitir a qualquer leitor

possuir uma visão sobre as variadíssimas questões que envolvem o texto e que, lamentavelmente, se encontram ainda por resolver.

Relativamente ao segundo momento do trabalho, a análise que levei a cabo, forneceu-me fundamentos que ora me permitem concluir que o narrador da CCA é eficiente na construção da imagem do herói, pois ao longo do texto verifiquei que utiliza variadíssimos instrumentos retóricos para fazer realçar a figura do mestre, ou seja, o herói sobrevive por pertencer a uma história: o herói existe porque é um construto. Desta maneira, consciente do seu objectivo e da mensagem que pretendia transmitir, o cronista omite, selecciona, hiperboliza ou adultera informação de forma a que o leitor construa, a partir da acção heróica, uma representação da figura de D. Paio que acaba sempre por abafar a figura de todos os outros intervenientes na acção, servindo-se dessas mesmas personagens para engrandecer a representação do mestre. Aliás, penso que se pode ir mais longe, dizendo que os outros integram o plano da narrativa para que exista herói.

Ainda relativamente à CCA, tenho consciência de que muito ficou ainda por descobrir, pois sinto que este texto revela novas facetas a cada leitura.

Através da abordagem feita aos textos castelhanos foi-me, ainda que muito superficialmente, permitido constatar que a representação deste mestre, em território vizinho, sai engrandecida, pois para além de encontrarmos, à semelhança do que acontece na CCA, o guerreiro avisado,

sensato, respeitado por reis e inimigos, ele recebe uma outra dimensão: a de bem-aventurado.

Podemos concluir que D. Paio, quer na CCA quer nos textos castelhanos observados, apresenta-se revestido pelos traços de cavaleiro ideal, uma espécie de modelo a admirar, se quisermos ir um pouco mais longe, diremos que D. Paio Peres Correia, pelo panegírico que o envolve, corresponde ao modelo ideal do cavaleiro cristão na Idade Média.

No entanto, em contradição a este retrato positivo, temos a Cantiga de Escárnio que traz à superfície uma imagem muito diferente. Foi-nos mostrada uma outra face desta personagem, a face negativa. Agora, ele é ambicioso, dissimulado, astuto, hipócrita, sujeito que tudo parece fazer para cumprir/ concretizar os seus interesses pessoais, o que origina a crítica exercida pelo trovador, que, eventualmente, terá conhecido pessoalmente o mestre ou terá contactado de muito perto com o contexto ao qual o mestre pertencia.

Das leituras feitas, penso que se pode concluir que os diferentes retratos presentes nestes textos têm origem nos, também, diferentes objectivos que os sustentam, denunciados pelos diferentes géneros em que se enquadram. Mas, não terá a própria personalidade de D. Paio ter dado azo a estes dois retratos aparentemente contraditórios? Não seria este o perfil de D. Paio, homem, efectivamente, guerreiro, defensor da fé, mas, ao mesmo tempo, ambicioso nas suas conquistas pessoais? E por que não, se Herói ou Bem-Aventurado ele não deixou, contudo, de ser Homem:

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

CALADO, Adelino de Almeida, *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

FONSECA, Pero Meéndez da, “Chegou Paio de maas artes”, in Manuel Rodrigues Lapa, *Cantigas d’ Escarnho e de Maldizer – dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, 3ª ed., Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1995, p. 255.

Historia de los hechos del marqués de Cádiz – Colección de documentos inéditos para la historia de España, Madrid, 1983, in AVALLE-ARCE, *Temas Hispánicos Medievales*, Madrid, Editorial Gredos, 1974.

LUCAS DE TUY, *Crónica de España*, Madrid, Ed. J. Puyol y Alonso, 1926.

RADES y ANDRADA, Frei F. de, *Chronica de las tres Ordenes y Cauallerias de Sanctiago, Calatraua y Alcantara: en la qual se trata de su origem y successo, y notables hechos en armas de los Maestres y Caualleros de ellas: y de muchos Señores de titulo y otros Nobles que descien den de los Maestres: y de muchos otros Linages de España*, Toledo, Casa de Juan de Ayala, 1572.

SANTO AGOSTINHO, Frei Joaquim de, “A Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reyno do Algarve aos Mouros” in *Memorias de Litteratura Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1792, pp. 84-97.

Estudos:

AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de, *Teoria da Literatura*, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1996.

ALMEIDA, M. Lopes de, *Crónicas de Rui de Pina*, (Tesouros da Literatura e da História), Porto, Lello e Irmão Editores, 1977, pp. 169-207.

AMADO, Teresa (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa, Quimera, 1994.

ANICA, Arnaldo Casimiro, "Coronica de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos mouros" in Damião Augusto de Brito Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, Tavira, Ed. Câmara Municipal de Tavira, 1999, pp. 293-301.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, *Las Órdenes Militares en la Edad Media*, Madrid, Arco/ Libros, S.L., 1998.

AVALLE-ARCE, Juan Bautista, "Sobre una Crónica medieval perdida", in *Temas Hispánicos Medievales*, Madrid, Editorial Gredos, 1974, pp. 13-63.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de, "Conquista do Algarve por D. Afonso III?", *Brotéria*, vol XV, Lisboa, 1932, pp. 15-16.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de, "Notas sobre a conquista do Algarve", *Brotéria*, vol. XVI, Lisboa, 1933, pp. 29-31.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de, "Elemento Lendário da história da Conquista do Algarve", *Brotéria*, vol. XVI, Lisboa, 1933, pp. 82-83.

BARBOSA, Isabel Maria Gomes Fernandes de Carvalho Lago, *A Ordem de Santiago em Portugal na Baixa Idade Média (normativa e prática)*, Tese de Mestrado de História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1989.

BARKAI, Ron, *Cristianos y Musulmanes en la España Medieval (el enemigo en el espejo)*, 2ª ed., Madrid, Ediciones Rialp, 1991.

BASTO, Artur de Magalhães, "Algumas páginas inéditas de Fernão Lopes?", in *Homenagem a Martins Sarmiento – Miscelânea de Estudos*, Guimarães, Ed. da Sociedade de Martins Sarmiento, 1933, pp. 208-221.

BASTO, Artur de Magalhães, *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945.

BASTO, Artur de Magalhães, *A Tese de Damião de Góis em Favor de Fernão Lopes. A posição da Crónica de Cinco Reis em face dessa tese*, Porto, Centro de Estudo Humanísticos da Universidade do Porto, 1951.

BASTO, Artur de Magalhães, *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a "Crónica de 1419"*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.

BASTO, Artur de Magalhães, *Fernão Lopes – suas "Crónicas Perdidas" e a Crónica Geral do Reino – a propósito duma crónica Quatrocentista Inédita dos Cinco Primeiros Reis de Portugal*, Porto, Livraria Progredior, 1943.

BONNET, Charles, *Memória sobre o reino do Algarve, descrição geográfica e geológica*, Faro, Delegação Regional do Sul da S.E.C., 1990.

BRANCO, António, "O Outro: Travesti do Igual" in Teresa Amado, *A Guerra até 1450*, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 427-442.

BRANCO, António, *A Emergência de Um Herói – Estudo sobre a Crónica do Condestável*, Dissertação para doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, Faro, 1998.

BRANCO, António, "O lugar do Mestre Paio Correia na História – 1. A Crónica de 1419 e a Crónica da Conquista do Algarve" in *Actas del VI Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Alcalá de Henares, Universidade de Alcalá, 1997, pp. 357-364.

BRANCO, António, "Verdade Factual e Verdade Simbólica na Crónica da Conquista do Algarve", *Colóquio/ Letras*, nº 142, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 111-119.

BRANCO, António (coord.), *Figura*, Faro, Departamento de Letras Clássicas e Modernas F. C. H. S. da Universidade do Algarve, 2001.

CALADO, Adelino de Almeida, "Introdução" in *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998, pp. 7-51.

CAMPBELL, Joseph, *O Herói das Mil Faces*, São Paulo, Cultrix/ Pensamento, 1997.

CINTRA, Luís Filipe Lindley, "Introdução" in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Lisboa, I.N.C.M., 1951.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I e II, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

CUNHA, Mário Raul de Sousa, *A Ordem Militar de Santiago (Das Origens a 1327)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval (tese policopiada), Porto, 1991.

DIAS, Isabel, "O Mouro na Crónica da Conquista do Algarve", in *A Guerra até 1450*, coord. Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 365-376.

DIAS, Isabel, "Livros I, II, III" in *A Guerra até 1450*, coord. Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, pp. 74-75.

DUBY, Georges, *A Sociedade Cavaleiresca*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.

DUBY, Georges e Philippe Ariès (dir.), "Quadros. A vida privada dos notáveis toscanos" in *História da Vida Privada*, II vol., Porto, Ed. Afrontamento, 1990.

DUBY, Georges, *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa/ Imprensa Universitária, 1982.

DUBY, Georges, *Guilherme, O Marechal - O Melhor Cavaleiro do Mundo*, Gradiva, Lisboa, 1994.

FERNANDES, Isabel C. e Paulo Pacheco, *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore, "Autor" in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p.75.

FONSECA, F. Venâncio Peixoto da, "Crónica da Conquista do Algarve", *Boletim de Trabalhos Históricos*, XXXVIII, Guimarães, Ed. do Arquivo Municipal, 1987.

GAUCHER, Elisabeth, *La Biographie Chevaleresque, Typologie d'un genre (XIII^e – XV^e siècle)*, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1994.

GIL-ALBARELLOS, Susana, «*Amadis de Gaula*» y el Género Caballeresco en España, Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 1999.

GUENÉE, Bernard, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, Aubier Montaigne, 1980.

GUERREIRO, Manuel Viegas e Joaquim Romero Magalhães, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 3, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983.

HERCULANO, Alexandre, *Portugaliae Monumenta Histórica, Scriptorum*, I, Lisboa, Academia das Ciências, 1856.

HERCULANO, Alexandre, "Notas de Fim de Volume" in *História de Portugal*, Tomo III, Livraria Bertrand, 1980.

JOSÉ, Frei João de S., "Corografia do Reino do Algarve (1577)", *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 3, coord. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983, pp.21-132.

JOSSERAND, Philippe, "Itinéraires d'une rencontre: les Ordres militaires et l'idéal chevaleresque dans la Castille du Bas Moyen Âge (XIII - XV siècle" in *L'univers de la Chevalerie en Castille (fin du Moyen Âge - début des temps modernes)*, Paris, Ed. J. P. Sanchez, 2000.

KRUS, Luís, "Crónica da Conquista do Algarve", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

KRUS, Luís, "Crónica de Portugal de 1419", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

KRUS, Luís, "Historiografia", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

KRUS, Luís, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico, (1280-1380)*, Lisboa, Gulbenkian/ J.N.I.C.T., 1994.

LANCIANI, Giulia e Giuseppe Tavani, *A Cantiga de Escárnio e Maldizer*, Lisboa, Colibri, 1998.

LAPA; M. Rodrigues, *Cantigas d' Escarinho e de Maldizer - dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, 3ª ed., Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1995.

LOMAX, Derek W., "A Lost Medieval Biography - The Corónica del Maestro Pelayo Perez" in *Bulletin of Spanish Studies*, vol. xxxviii, 1961, pp. 153-154.

LOMAX, Derek W., *La Orden de Santiago (1170-1275)*, Madrid, Consejo Superior de Investig. Cientificas, 1965, pp. 9-16.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel, "Los cristianos en Tavira El Domínio Santiaguista" in *Tavira Território e Poder*, Org. da Câmara Municipal de Tavira e Museu Nacional de Arqueologia, Tavira, 2003.

MACHADO, José Pedro, "Crónica da Conquista do Algarve - Texto de 1792", *Anais do Município*, Sep. VIII, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1978.

MACHADO, José Pedro, "Crónica da Conquista do Algarve", in *Ensaios Árabe-Portugueses*, Lisboa, Ed. Notícias, 1997, pp.195-228.

MADRID y MEDINA, Angela, "La Encomienda de Portugal en Tiempos de Pay Perez Correa", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, 1989, pp.1179-1195.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *A Conquista do Algarve aos Mouros*, Faro, Ed. da Câmara Municipal de Faro, 1987.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, "Uma interpretação da Crónica da Conquista do Algarve", in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, I, Porto, Separata da Revista da Faculdade de Letras, 1987, pp.123-133.

MARQUES, José, *Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no Reinado de D. Afonso III*, Braga, Separata Caminiana, 1986.

MATTOSO, José, "Notas Críticas às notas de fim de volume", in *História de Portugal*, de A. Herculano, vol. III, Lisboa, Liv. Bertrand, 1980, pp.587-588.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MATTOSO, José, "Livros de Linhagens", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa, Editorial Caminho, 1993, p.419-420.

MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

MATTOSO, José, *Identificação de um País – Oposição*, Lisboa, Círculo de leitores, 2001.

MATTOSO, José, *Identificação de um País – Composição*, Lisboa, Círculo de leitores, 2001.

MATTOSO, José, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

MENENDEZ PIDAL, Diego Catalan, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Editorial Gredos, 1962.

MENENDEZ PIDAL, Diego Catalan, "Los modos de producción y 'reproducción' del texto Literario y la noción de apertura" in *Homenaje a Julio Caro Baroja*, Madrid, CSIC, 1978, pp.250-272.

MICHAËLIS, Carolina, "Fragmentos Etymologicos", *Revista Lusitana*, nº III, Lisboa, 1887, pp. 141-142.

MONTERO GARRIDO, Cruz, *A Historia, Creación Literaria el ejemplo del Cuatrocientos*, Madrid, Seminario Menéndez Pidal - Universidad Complutense de Madrid, 1995.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal - nos finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias Editorial, 1998.

OLIVEIRA, António Resende de, *Depois do Espectáculo Trovadoresco*, Lisboa, Ed. Colibri, 1994.

PRIEGUE, Elisa M. Ferreira, "Chegou Paio de Maas Artes...", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XXXI, nº 9345, Santiago, 1978-1980, pp. 361-369.

REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura - introdução aos estudos Literários*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 1999.

RODRIGUEZ GARCIA, Isabel, "Cuentos de Pedro Malasartes en el Brasil", *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, Madrid, Instituto de Filología, 1985.

SANTOS, Maria José Azevedo, *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000.

SARRÃO, Henrique Fernandes, "História do Reino do Algarve", *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, nº 3, coord. M. V. Guerreiro e J. R. Magalhães, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983, pp.133-172.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, I.N.C.M., 1991.

SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, "O Sangue, a Cruz e a Coroa – A Memória do Salado em Portugal", *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 2, Dep. História da F.C.S.H. – U.N.L., 1989.

TAROUCA, C. da Silva, *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Lisboa, Academia Port. de História, 1952, pp. 247-281.

TAROUCA, C. da Silva, *Terão aparecido as Crónicas perdidas de Fernão Lopes?*, Vol. LII, Lisboa, Separata da Rev. Brotéria, 1951.

TODOROV, Tzvetan, *Poética da Prosa*, Lisboa, Edições 70, 1971.

TODOROV, Tzvetan, *Os Géneros do Discurso*, Lisboa, Edições 70, 1981.

VASCONCELOS, Damião de, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

ZUMTHOR, Paul, *Essai de Poétique Médiévale*, Paris, Éditions du Seuil, 1972.

ZUMTHOR, Paul, *La Lettre et le Voix de la "littérature" médiévale*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.

Dicionários e Gramáticas:

COELHO, Jacinto do Prado, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo da, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997.

GHEERBRANT, Alain e Jean Chevalier, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994.

LANCIANI, Giulia e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993.

MATEUS, Mª Helena Mira (org.), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Ed. Caminho, 2003.

MOISÉS, Massaud, *Dicionário de Termos Literários*, São Paulo, Editora Cultrix, 1999.

Petit Larousse Illustré 1986, Paris, Librairie Larousse, 1980.

REIS, Carlos e Ana C. M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, 5ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1996.

Thesaurus Larousse – des idées aux mots, des mots aux idées, 2º édition, Paris, Larousse, 1992.

